

Plural

Revista da Associação dos Professores da UFSC - SSIND - N°7 - Ano 5 - jan/jun 1996

ISSN 0103-9717

R\$ 10,00



**A Esquerda e
o Neoliberalismo
na América Latina**

Apresentação

Atualmente, há um ataque sistemático à universidade pública brasileira. Aliás, talvez esta seja a pior fase da história de nossas universidades. Há muito tempo, nas universidades públicas, nos habituamos a enfrentar maus momentos proporcionados por diversos governos. Porém, por muitos motivos, julgo-me no direito de avaliar a atual situação como a pior, pelo menos, das últimas três décadas.

Nas décadas de 60 a 80, as tentativas de implantação do neoliberalismo na América Latina foram introduzidas pelas ditaduras militares. Umas foram mais bem sucedidas, como por exemplo Pinochet no Chile, outras não. De qualquer forma, todas tinham contra si o fato de serem, reconhecidamente, regimes de força. Atualmente a implantação desta política se dá através de governantes escolhidos em processos eleitorais, o que lhes dá uma aura de representatividade e credibilidade mais difícil de ser enfrentada, especialmente quando se tratam, como é o caso do Brasil, de autoridades provenientes dos meios acadêmicos e/ou que resistiram às ditaduras: ex-reitores, ex-professores, ex-exila-

dos políticos, ex-militantes de esquerda, e outros ex. Já não combatemos mais uma ditadura militar e sim um sistema que, ao justificar-se pela necessidade de manter a estabilidade econômica, utiliza diversos meios não-democráticos, ainda que menos perceptíveis para muitos. Só para exemplificar, a manipulação da mídia, o fisiologismo, a cooptação do judiciário e a edição sistemática de medidas provisórias.

Há também uma inegável fadiga da capacidade de resistência no meio universitário. Muitos professores passaram a acreditar que não há outra solução para resolver a crônica escassez de verbas para o ensino público, senão através de reformas neoliberais, entre elas a própria privatização das universidades.

A anterior capacidade de luta precisa ser retomada. Talvez tenhamos muito que reaprender com outros movimentos populares, tal como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Para isto, é necessário conhecer muito bem o que estamos combatendo e que alternativas de enfrentamento dispomos.

Nesta *Plural* procuramos enfocar

como tema central o neoliberalismo com sua verdadeira face. Para isto, contamos com a colaboração de intelectuais de competência internacional. Como exemplo, citamos James Petras, cientista político norte americano, professor e pesquisador da *State University* de Nova Iorque e autor de vários livros. Contamos também com a colaboração do Professor Luis Javier Garrido, renomado cientista político e pesquisador da *Universidad Nacional Autónoma de México*. Vale a pena ler sua entrevista para, a partir da realidade mexicana, perceber o nível de exclusão social propiciado pelo "processo de modernização" ao qual o país foi submetido na década de 80.

Embora isto me frustre, não dá para neste pequeno espaço fazer referência à todos os autores deste número, que bem o merecem.

Muitos trabalharam para a edição desta *Plural*. Todos, do trabalhador anônimo da gráfica ao cientista mais reconhecido, têm meus agradecimentos. Aos leitores, desejo uma produtiva leitura.

Prof. Osni Jacó da Silva
Presidente da Apufsc SSInd.

Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina SSInd/ANDES - SN Gestão 94/96

EXPEDIENTE

Presidente:
Osni Jacó da Silva

Vice-Presidente:
Mário Luiz Vicenzi

Secretário Geral:
Waldir José Rampinelli

2º Secretário:
Anamaria Beck

Tesoureiro Geral:
Vera Maria Ribeiro Nogueira

Diretor de Divulgação e Imprensa:
Fernando Ponte de Souza

Vice-Diretor de Divulgação e Imprensa:
José Gonçalves Medeiros

Diretor de Promoções Culturais e Científicas:
José Gatti

Diretor de Relações Institucionais:
Milton Divino Muniz

Diretor de Assuntos dos Aposentados:
Maria Esmênia R. Gonçalves

Comissão Editorial:
José Gonçalves Medeiros, Ari Minella, Carmen Aidê Hermes, Danilo Wilhelm Filho, Elenor Kunz, Elizabeth Junchem Machado Leal, James Petras, Luiz Carlos P. Machado, Luiz Fernando Scheibe, Raimundo Campos Caruso, Raul Guenther, Ubaldo Cesar Balthazar, Walter Carlos Costa

Jornalistas Responsáveis:
Rosângela Bion de Assis 1.019 DRT/SC
Luciano João de Faria 1.003 DRT/SC

Editor
José Gonçalves Medeiros

Revisão
Comissão Editorial

Capa:
Hélio Devigili Júnior
Stephan Antonelli

Editoração Eletrônica:
Rosângela Bion de Assis
Luciano João de Faria

Fotolito e Impressão:
Ind. e Editora Gráfica Agnus Ltda

Correspondência:
Associação dos Professores da Universidade
Federal de Santa Catarina - Campus
Universitário - Florianópolis - SC
CEP 88040-900
Fone: (048) 231-9425 - Fax (048) 234-2844

O material publicado é de
responsabilidade dos autores

03

Entrevista

Uma crítica ao 'Estado Imperial' Norte-Americano e o declínio da esquerda na América Latina

Em entrevista à Plural, o cientista político James Petras traça um perfil da situação política no terceiro mundo e analisa as possibilidades da esquerda diante do avanço do neoliberalismo na América Latina.

13

Perspectivas de libertação: alternativas para o neoliberalismo na América Latina

Analizando a estratégia das esquerdas na América Latina, James Petras faz uma crítica à opção pelas políticas eleitorais e fala do projeto socialista como única alternativa global disponível ao neoliberalismo.

23

Mitos e realidades da revolta de Chiapas

Neste artigo, Petras faz um estudo sobre o caráter e a natureza da revolta de Chiapas, abordando seu significado histórico e fazendo um paralelo com os movimentos de esquerda nos demais países da América Latina.

29

Entrevista

Da crise mexicana às políticas neoliberais na América Latina

O colapso do neoliberalismo no México, o crescimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional e a ascensão da luta armada como opção política da esquerda são os temas analisados, nesta entrevista, pelo jurista e cientista político mexicano, Luis Javier Garrido.

38

El conflicto de Chiapas: una prefiguración de América Latina en el siglo XXI

Luis Javier Garrido descreve, neste breve artigo, como se desenvolve a situação político-institucional Mexicana a partir da revolta de Chiapas, e mostra como a atuação do EZLN tem contribuído para a conquista da democracia no país.

41

Literatura

Neste número, Plural divulga o trabalho de três importantes escritores: o paranaense Domingos Pellegrini Júnior, o catarinense Amílcar Neves e o paraense Luiz Otávio Bandeira Gomes que, ao lado das poesias de Ruy Espinheira e das "memórias" de Raimundo Caruso no Chile, completam o quadro de literatura desse semestre.

P
l
u
r
a
l

54

Neoliberalismo, exclusion social y politicas educativas

A partir de uma análise do neoliberalismo como projeto hegemônico a nível mundial, Pablo Gentili faz uma crítica à visão neoliberal do ensino e analisa as consequências da aplicação das políticas neoliberais no processo educacional da América Latina.

62

Catecismo cívico do Brasil novo e a cartilha do Real: a relação governo/povo

Nara Caetano Rodrigues analisa os processos de dominação, presentes na relação governo/povo, estudando a linguagem e o discurso oficial, utilizados na cartilha do Real e no catecismo cívico do Brasil novo.

71

Desenvolvimento, uma idéia subdesenvolvida

Neste artigo, o professor Armando de Melo Lisboa faz uma abordagem do significado histórico do termo "desenvolvimento", criticando os conceitos tradicionais de modernidade e atraso, e falando de suas implicações sociais e políticas para os países do chamado Terceiro Mundo.

79

Língua e identidade cultural

Elias José Mengarda, mestrando em psicolingüística na UFSC, estuda a influência da linguagem no processos de formação da identidade cultural dos povos, e alerta para a importância da preservação da cultura dos imigrantes.

84

Resenha Violência Neoliberal reacende a luta armada na América Latina

O professor Waldir Rampinelli comenta o livro "Chiapas Insurgente", um conjunto de cinco ensaios sobre a realidade mexicana e os vários aspectos que envolvem a estratégia política do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

Uma crítica ao 'Estado Imperial' Norte-Americano

E o declínio da esquerda da América Latina

James F. Petras, cientista político norte-americano, é docente e pesquisador da **State University** do Estado de Nova Iorque. Autor de vários livros sobre a América Latina e o Terceiro Mundo, seu último trabalho, lançado em abril de 1995, leva o título de **Ensaio contra a ordem**. Tanto seus inúmeros artigos, quanto os ensaios políticos se tornaram referência obrigatória para quem pretende conhecer o que está por trás da política externa dos Estados Unidos e das idéias neoliberais. Foi membro do Tribunal Russel contra a repressão na América Latina. Essa entrevista foi realizada em outubro de 1995, durante as comemorações dos 20 anos da Apufsc-SSind, pelos professores Bernardete W. Aued, José Gatti, Nildo D. Ouriques, Osni Jacó da Silva, Waldir José Rampinelli e pela jornalista Jeana Santos. A transcrição, tradução e notas foram feitas por Waldir José Rampinelli.

"Vivemos uma crise de representatividade. Há cada vez uma distância maior entre os governos e seus sistemas eleitorais com as aspirações e os interesses populares".

Plural: Grandes mudanças aconteceram no mundo nos últimos anos. A partir do final dos anos 70 e início dos 80, houve um declínio da política revolucionária, um recuo de significativa parte da intelectualidade de suas posições de vanguarda, a adesão de alguns movimentos radicais à ideologia de mercado e a preocupação dos pós-marxistas quanto a que tipo de capitalismo abraçar. Como o senhor explica tantas mudanças em tão pouco tempo? Seria a "era dos extremos" de que fala Hobsbawm?

Petras: Não sei se a gente pode analisar a coisa tão facilmente assim. Nos Estados Unidos vivemos uma onda de extrema direitização e o Congresso é um exemplo típico dessa situação. Há um retrocesso na legislação social desde o período de Roosevelt - seguro social, programas de combate à fome, subvenção para os idosos - nunca havido antes. E embora a maioria da população se oponha a tais medidas, o Congresso continua a aprovar leis restritivas no campo social. Vivemos uma crise de representatividade. Há cada vez uma distância maior entre os governos e seus sistemas eleitorais com as aspirações e os interesses populares. Como explicar esse distanciamento dos governantes da grande maioria de seus eleitores? A imprensa afirma: o país está se diretizando porque a nação pede menos governo e mais mercado. Isto não corresponde à verdade.

Na realidade, o distanciamento entre governantes e eleitores se explica pela quebra do sistema democrático representativo que está afetando todos os países. Basta olhar os países do leste europeu. Walesa e Yeltsin, por exemplo, até há pouco tempo eram considerados os salvadores de seus países e hoje não conseguem 10% de popularidade. Por isso, penso que estamos em uma fase de mudanças, que ainda não são grandes, mas poderão vir a ser. E elas começam pelo desgaste do neoliberalismo a partir de sua primeira onda, e conseqüentemente surge a estratégia de repensar o papel

de um Estado de bem-estar social. Isso não está acontecendo somente na ex-URSS, mas também curiosamente na China, o país mais populoso do mundo. As pesquisas nesse país mostram que Mao Tsé Tung, hoje, tem quatro vezes mais popularidade que Deng Chiao Ping. No entanto, não há nenhum grupo maoísta organizado, muito menos com um projeto revolucionário. O que está ocorrendo é apenas um questionamento da política liberal, ou seja, da corrupção, dos privilégios, das desigualdades, da desintegração da rede social, chamada por eles de "panela de ferro", que é a garantia de empregos, etc.

Vivemos um momento, ainda que não seja muito visível, de deterioração do neoliberalismo, que não significa a sua queda, mas sim um "desencanto". E o problema do desencanto é que ele não mobiliza as pessoas. Elas apenas se retiram ao invés de se comprometerem com um novo projeto.

Plural: Por que o Estado de bem-estar social foi tão pulverizado e o neoliberalismo ascendeu de maneira tão rápida?

Petras: Primeiramente, o neoliberalismo não ascendeu de maneira tão rápida. Ele cresceu graças ao acúmulo das vitórias militares e políticas. Pela força das armas, o neoliberalismo esmagou grandes setores populares. Na África, por exemplo, principalmente em Angola, Moçambique e África do Sul, houve uma enorme destruição de sua capacidade de produção. O mesmo ocorreu na América Central com as intervenções militares. Isso criou um ambiente pouco favorável para qualquer mudança.

No mundo Ocidental, tem-se um processo gradual relacionado à destruição da política reformista. E isso precisa ser analisado com muito rigor, pois esta política reformista, social-democrata e de bem-estar social foi acrescida de uma economia mista, uma concertação entre operários, classe média e setores de capitais contra os setores de capital liberal e da direita. Quando o capitalismo, no seu conjunto, se deslocou para o liberalismo, to-

dos os setores reformistas entraram em crise, já que não podiam combinar capitalismo e reformismo. Então, o reformismo direitizou-se para competir e ter o apoio do capitalismo. Neste processo, eles começam a abandonar as posições reformistas, transformando-se na ala moderada do liberalismo. Então o debate se dá entre os social-democratas ou liberais progressistas sobre o terreno do liberalismo, abandonando o campo do reformismo e do bem-estar social. E isso gera o que chamo de "desencanto", pois as pessoas não vêem uma alternativa. Estão castigadas por Mitterand, Felipe González, etc. Por outro lado, a direita exige mais sacrifícios, deixando as pessoas perplexas.

- O que vamos fazer? Surgem, então, grupos extremistas e nacionalistas no campo da direita. E a esquerda fica à margem deste processo já que em primeira instância ela integrou o projeto social-democrata, como os projetos de 68, quando os extra-parlamentares se juntaram à social-democracia e, no momento em que ela começou a direitizar-se, eles se tornaram cativos dessa situação. Por sua vez, os comunistas estavam escudados na URSS. Quando esta se desintegra, eles também ficam sem alternativa. Sobre, então, o povo com seus movimentos sindicais e populares. Este é o grande dilema de hoje: o povo domina as ruas e praças enquanto o neoliberalismo os parlamentos. Este é o grande desafio para analisar a nova política: o que vamos fazer com isto? Convertemos os movimentos de rua em uma força política civil e eleitoral ou ficamos com outro projeto. É o que o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) fez. Tem uma força capaz de mobilizar, mas não tem uma inserção política eleitoral, chamada por eles de "política civil". E é o que temos que discutir neste novo contexto. Não podemos regressar aos mesmos temas de 60 e 70, pois estamos em outro mundo, com outras características.

Plural: A esquerda existente hoje na América Latina carece de firmeza ideológica, política, e perdeu o

rumo: não sabe para onde ir. Apesar dos "fracassos" do neoliberalismo por todas as partes, sendo o caso mexicano o protótipo, que bases políticas, ideológicas e programáticas deveria seguir a esquerda para superar esta situação?

Petras: Nós, os intelectuais, temos muito contato com nossos contrapartidos nos partidos políticos. E principalmente com os partidos políticos eleitorais, ou seja, a ala esquerda, como Valter Pomar no PT, Cuahutémoc Cárdenas no PRD, Alonzo Aguilar e tantos outros. Eu acredito que o problema é quando começamos a falar da direitização dos partidos de oposição e esquecemos que há outra esquerda, fora dos partidos eleitorais, que é significativa e que inclusive não estão se diretizando. Em Guerrero,¹ por exemplo, existe um movimento camponês muito combativo, que só neste verão chegou a perder 18 de seus membros assassinados. O mesmo ocorre no Brasil com o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MST). O MST é uma organização camponesa muito combativa nas suas invasões de terras apesar da acomodação no PT no Espírito Santo e em outros estados, bem como de seu apoio à política neoliberal de redução de funcionários públicos.

Penso, portanto, que há duas esquerdas: 1) a esquerda que conhece

1. É um estado do México, situado na zona central. Pela proximidade com Morelos - região de atuação de Emiliano Zapata - participou ativamente da luta pela terra durante a revolução de 1910-17. Mais tarde, no final dos 60 e início dos 70, a luta pela terra tornou-se a verdadeira base das guerrilhas rurais que prosperaram nesta região.

Petras (na ponta da mesa) com os entrevistadores, durante as comemorações dos 20 anos da Apufsc-SSind



2. Estado mexicano, localizado ao sul do país - que juntamente com Yucatán, Puebla, Morelos, Hidalgo e México formam o cinturão da pobreza -, onde surgiu a 01 de janeiro de 1994 o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

3. O Partido Revolucionário Institucional (PRI), antes denominado Partido Nacional Revolucionário (PNR) e Partido da Revolução Mexicana (PRM), está no poder desde 1929, sendo um partido de Estado que tem se caracterizado pelo uso sistemático de fraudes e assassinatos para dominar a política do país.

4. O Partido Revolucionário Democrático (PRD), nascido em 1988, foi criado por dissidentes priístas, que trouxeram para esta organização grande parte dos velhos costumes do partido anterior. Rotulado por alguns como de centro-esquerda, na verdade o PRD é apenas e tão-somente um partido de oposição ao PRI.

mos e que tem afinidade de classe conosco, ou seja, a esquerda cujos intelectuais estão envolvidos nos aparatos dos partidos e que não vêem nenhuma saída a não ser através de compromissos eleitorais. Esses intelectuais, embora tenham um discurso de esquerda, não estão vinculados ao combate; e, 2) a outra esquerda é combativa e luta pela implantação de um projeto socialista. Os "cocaleros" na Bolívia, por exemplo, são 70 mil trabalhadores organizados sob a liderança de Morales, lutando por um socialismo a partir de sua realidade. O mesmo acontece com os dirigentes camponeses no Paraguai que estão liderando uma enorme campanha de mobilização e que, simultaneamente, tratam de vincular-se a intelectuais críticos, em Assunção. Igualmente o MST, que está construindo alianças com sindicatos e setores da Igreja a partir de grandes invasões perto de centros urbanos.

Se enfocarmos apenas a esquerda eleitoral, ou seja, nossos velhos conhecidos que nos convidam para os debates, há um pessimismo muito grande. Porém, se sairmos da universidade e da política eleitoral para conhecermos pessoas de outros movimentos, que não são de nossa classe social, que não publicam revistas e que para chegarmos até eles temos que amassar muito barro, vamos encontrar uma outra esquerda. E ali a gente não se sente pessimista. Eu trabalho com o MST e não sinto nenhum pessimismo. Estive em Santa Catarina e Rio Grande do Sul e o que encontrei foram grandes acampamentos com suas bandeiras vermelhas e muitas famílias em plena luta. Sinto-me, aí, como se estivesse nos melhores momentos dos anos 60. Muita mística, atividade, organização, democracia, consulta, debate, etc. É uma vida muito rica. E isto é outra forma de fazer política. Nós só estamos acostumados a fazer política escrevendo livros.

Chiapas,² por exemplo, causou um terremoto na região. Mudou a fisionomia política, dividindo o país entre aqueles que querem negociar com o

PRI³ - que é um setor majoritário do PRD⁴ - e aqueles que tentam situar-se diante do Movimento Zapatista. Isto é um novo ambiente, uma nova maneira de pensar a política. E poderíamos multiplicar por outras formas mais inorgânicas, como na Venezuela, onde há uma rejeição pela política social-cristã e social-democrática.

Plural: O que se percebe hoje é uma tentativa dos partidos de esquerda, principalmente os eleitorais, de neutralizar os movimentos radicais. A greve dos petroleiros no Brasil é um exemplo típico. Enquanto esta categoria radicalizava suas posições contra as políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso, a CUT e o PT davam declarações pelo fim da greve, desmobilizando todo o trabalho destes trabalhadores.

Petras: Não acredito que estes movimentos estejam neutralizados pela política eleitoral. Sua estratégia é muito clara. O MST, por exemplo, apoiou a candidatura de Lula, porém nunca paralisou suas invasões. Nem antes da campanha, nem durante a campanha e nem depois das eleições. O MST tinha um projeto que incluía, num determinado momento, uma participação na campanha eleitoral. Porém, dispõe de uma estratégia mais ampla que não se encontra esterilizada. Ele continua pressionando e se organizando, apesar da derrota de Lula. Inicialmente houve uma pequena decepção pela derrota, porém o MST se reagrupou de imediato e se lançou ao trabalho de organização.

O mesmo ocorreu com os Zapatistas quando da invasão militar. Agora no mês de julho, quando passei por Chiapas, vi que as comunidades estão intactas e continuam se organizando para uma nova fase de ocupação de terras que vai além do movimento guerrilheiro. Em todo lugar onde há uma influência do Zapatismo, existe toda uma estratégia de ocupação de terras. E os fazendeiros só reclamam suas propriedades quando os militares lhes dão respaldo.

Há uma situação de tensão, qual seja, como combinar mobilizações

com uma participação eleitoral que não define e não decide nossa política. **É a subordinação do processo eleitoral a uma estratégia mais ampla e mais profunda.** Eu creio que com dirigentes capazes se pode fazer isso.

Plural: O senhor afirma que "os intelectuais são muito sensíveis às mudanças de poder". Isto significa dizer que, à semelhança de birutas de aeroporto, eles estão sempre suscetíveis a novos ventos, principalmente se advindos do poder? Seria, então, uma categoria com cada vez mais perda de credibilidade na sociedade?

Petras: No Chile, quase todos os intelectuais que trabalharam no governo Allende optaram pela "concertação". Hoje são ministros e se dedicam a reprimir greves. Na Argentina, começaram com o governo de Alfonsín. No Brasil não está ainda muito claro, mas com a chegada de Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao poder, eles também começaram a entrar nesta onda. No México, o processo é mais complicado porque o PRI é muito corrupto, mafioso e ligado ao narcotráfico e não permite uma entrada descarada. Porém, há uma moderação das formulações no terreno do debate que cada vez mais incorpora o mercado como um fator significativo. Nestes países - Chile, Argentina, México e Brasil - se pode observar uma acomodação das realidades.

O problema fundamental não vem de uma traição ética simples. Em grande parte vem da repressão e das ditaduras militares que formularam alguns parâmetros de ação como condicionamentos para a participação política. Todos os políticos eleitorais internacionalizaram os novos parâmetros. Aceitaram as novas regras do jogo e, a partir daí, começaram a formular uma estratégia de como fazer uma transição e praticar uma política eleitoral, tendo em mente o fato de que não se tocará no imperialismo, nos militares, na estrutura sócio-econômica, enfim, na política liberal. Dentro dessa perspectiva, como fazer política? Esses matices, então, foram codificados pelos

intelectuais que a chamaram de "democratização incerta". No entanto, ela não é incerta. Está muito bem definida, tutelada, condicionada e, mais que nada, inserida em um projeto que não dá espaço para formular alternativas.

Outra problemática mais existencial e controversa é a de que muitos intelectuais vivem em sua vida particular os valores neoliberais. Estão inseridos dentro de um consumismo exagerado, buscando cada vez mais oportunidades de enriquecimento e apresentam um discurso crítico ao neoliberalismo. Ora, é difícil estar imerso nos valores individualistas da vida cotidiana e fazer uma crítica ao neoliberalismo na tentativa de apresentar uma alternativa. Então, vive-se uma contradição: um discurso crítico ao neoliberalismo com uma prática de vida neoliberal. **Não se tem uma vida de solidariedade, de senso coletivo.** Assim sendo, como se pode formular uma estratégia, já que a vida cotidiana está em grande contraste e em competitividade permanente com as pessoas? Na realidade, o que muitos destes intelectuais buscam é uma fórmula de conseguir melhor oportunidades para seus filhos, tais como escolas privadas, saídas subsidiadas, etc. Os cientistas sociais chamam a isto de "cruzes de pressão", conhecimento discordante. Na realidade se pensa uma coisa e se faz outra. Assim se torna difícil formular uma alternativa, já que ela vem da experiência.

Plural: Como o senhor define o neoliberalismo?

Petras: Para definir o neoliberalismo temos que falar do capitalismo histórico. Temos o liberalismo do século passado até os anos 20: uma economia de exportação, aberta, privatizante, com alguma intervenção do Estado. Este liberalismo quebra com a crise dos anos 30, com a mobilização das massas urbanizadas, com os imigrantes capitalistas que formaram um bloco de poder e desencadearam o processo industrial, construíram um grande setor público com empresas que puderam dar o impulso para a construção de um mercado nacional. Este



"Outra problemática mais existencial e controversa é a de que muitos intelectuais vivem em sua vida particular os valores neoliberais. Estão inseridos dentro de um consumismo exagerado, buscando cada vez mais oportunidades de enriquecimento e apresentam um discurso crítico ao neoliberalismo".



Petras reunido com o então Vice-Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Odilon Silva

desprezo pelo anterior é que fez a esquerda cair por sua super crítica - tudo o que era capitalismo era mau. Foi um capitalismo que tinha uma dinâmica de incorporação, de produção, de ampliação, de capacidade produtiva. Muito contraditório, obviamente, já que era capitalista, porém gerava uma ampla incorporação de trabalhadores, classe média, técnicos e universidades públicas dentro de uma situação de um desenvolvimento contraditório. Alguns ganharam mais, outros menos. O Estado tinha muita deficiência e corrupção, mas também dispunha de uma capacidade de administrar programas de bem-estar social. Esse sistema entrou, por várias razões, em um período de grande conflito. Conflitos entre as limitações de mercado interno e a necessidade do capital aumentar a taxa de lucros, bem como as pressões imperiais externas e a capacidade interna da classe operária e sindical de resistir a tais investidas, etc. Com a falência desta situação surge, então, o neoliberalismo.

O que é, então, o neoliberalismo? O esforço de voltar a abrir a economia e privatizar dentro de um contexto muito diferente daquele existente nos anos 20. Hoje já se tem cidades, já se dispõe de economias com setores industriais e um mercado interno, com operários sindicalizados, ou seja, é toda uma configuração nova. Isso im-

plica que o neoliberalismo é precisamente uma política de desmantelamento daquilo que existe, isto é, **transferências do público para o privado, que não existia no liberalismo.** O liberalismo não tinha algo público para privatizar.

Hoje o neoliberalismo apresenta uma política destrutiva e subversiva do *status quo*. Ser esquerdista neste momento é ser conservador no sentido genérico. Nós defendemos o bem-estar social - não com todos os matizes anteriores - frente à subversão liberal ou neoliberal que trata de concentrar poder, riqueza, a partir de uma ideologia de desenvolvimento. FHC, por exemplo, usa um discurso desenvolvimentista. E isso é uma exigência que vem de cima para baixo. Como dizia há dois anos, nesta mesma Universidade, é natural que FHC tenha que capitular, direitizar-se e ser muito duro, já que há muito o que repartir por aqui [Brasil] e, além do mais, muitas estruturas vão resistir a isso. Não é como no México, onde os sindicatos estão submissos ao estado. Aqui é preciso cortar cabeças, começando com a dos petroleiros. No entanto, não vão parar por aí.

Nesta situação, o que define o neoliberalismo não é o liberalismo com a sua abertura de mercado, a entrada de capitais estrangeiros e a entrega de recursos. É a configuração anterior e a articulação da política neoliberal neste contexto. E ainda a mudança que existe na correlação de forças internacionais. E isso é a articulação do liberalismo interno com o liberalismo nos centros capitalistas. Neste caso, FHC não é mais que um agente, convertendo o país para uma nova articulação que favoreça os capitais externos. Por isso tem uma boa cobertura da imprensa internacional, já que se trata de uma pessoa preparada para pôr o Brasil nesta nova articulação.

Pierre Anderson fez uma análise muito ingênua sobre FHC ao pensar que se tratava de um sociólogo de esquerda que poderia aliar-se com as forças populares ou com a direita. E como se tratava de uma livre opção,

vislumbra-o como um agente dinâmico da transformação deste capitalismo. Isto é uma falta total de conhecimento da dinâmica da política brasileira. FHC é mais transparente que Collor. Enquanto Collor representava o velho clientelismo do interior com corrupção e personalismo, FHC é mais impessoal e está vinculado às novas forças internacionais do capitalismo, sem as mediações do caciquismo interno.

Plural: FHC seria, então, um mediador entre o neoliberalismo e as velhas forças conservadoras no Brasil?

Petras: FHC tem um projeto, sendo que as alianças com os setores latifundistas são simples medidas políticas. Seu compromisso é com o capitalismo externo, com os capitalistas mais integrados no mercado mundial e brasileiro ou capazes de entrar neste circuito, ou seja, ele está interessado nos 80 bilhões de dólares que os brasileiros voltam a investir no país agora e que estavam aplicados no exterior. Esta é a base de FHC. As concessões ao Nordeste são simples jogadas políticas, não fazendo parte de seu projeto. Sua mediação é entre os diferentes componentes do capital internacional, ou seja, norte-americano, japonês, etc.. As concessões são simplesmente para consolidar políticas, ganhar votos, controlar o Congresso. Elas não estão no grande projeto econômico.

Plural: O senhor afirma textualmente em seu último 'Ensaio Contra a Ordem' que o "retorno ao comunismo começa no momento do triunfo do capitalismo mundial. O fim do comunismo é o começo do retorno ao socialismo". Que tanta certeza o leva a fazer esta afirmação e, caso isto se concretize, que tipo de socialismo teríamos?

Petras: Os partidos mais liberais na Rússia são os mais desprestigiados hoje. Gaigar, o ex-chefe da economia liberal, não consegue 2% dos votos agora. E o partido mais prestigiado nas últimas pesquisas foi o Comunista. Está, portanto, recuperando votos desde a grande catástrofe que foi o libe-

ralismo aplicado na Rússia. A produção de grãos, por exemplo, é a mais baixa em 30 anos, ou seja, não alcança a produção de 1960. E a população tem crescido mais de 50%.

Não é inevitável que volte o comunismo. O que quero dizer é que as condições objetivas que geraram o neoliberalismo estão objetivamente gerando as condições para o retorno do comunismo. O que trato de aprofundar - e o faço na primeira parte do livro - é que devemos entrar na temática que vincula a situação objetiva com a ação política. Isto implica mais trabalho sobre o fator subjetivo, ideológico, cultural, etc. Temos falhado por que pensamos muito que a exploração, o declínio do liberalismo, do capitalismo, automaticamente, como polariza o país socialmente e economicamente, também o polarizará politicamente. Esta polarização poderia expressar-se de muitas formas. Esse é o grande desafio agora. Não vamos falar de estudos culturais que estão proliferando agora, com os pós-modernos, como se na cultura houvesse um vazio. E tampouco do reducionismo de que o econômico é político. Temos que vincular uma nova política cultural, no sentido amplo, com a prática política. Pois o político tem um pré-político, qual seja: gerar consciência e ação em todos os níveis. E isto começando com qualquer nível cotidiano. Temos que entrar na psicologia individual, social, nas relações de famílias, pessoais e na comunidade. **Pequenas vitórias criam grandes movimentos.**

Plural: No processo de reconstrução das consciências, qual é o papel do marxismo hoje?

Petras: Temos que entrar em duas problemáticas. a) O que entendemos por classes sociais? Não são entidades definidas economicamente. É um conceito global que gera internamente muitos matizes e uma dinâmica diferencial e desigual. Há, por exemplo, um aumento enorme de incorporação de mulheres no campo de trabalho. Quase 90% das mulheres jovens com filhos estão começando a trabalhar. E

"FHC não é mais que um agente, convertendo o país para uma nova articulação que favoreça os capitais externos. Por isso tem uma boa cobertura da imprensa internacional, já que se trata de uma pessoa preparada para pôr o Brasil nesta nova articulação".

"...as condições objetivas que geraram o neoliberalismo estão objetivamente gerando as condições para o retorno do comunismo".

"Este novo fenômeno das ONGs é muito nefasto. É uma nova forma de intervenção, porque intervêm na base. O Fundo Monetário Internacional (FMI) intervém nos ministérios de finanças e fazendas, controlando a macro economia, ao passo que as ONGs intervêm na base, controlando o microssocial".

antes, há 30 anos, era tão-somente ao redor de 10%. b) Neste contexto, em que os homens da indústria tradicional pesada têm perdido influência e trabalho, as trabalhadoras que entram nos novos setores de computação, operárias de novas máquinas, estão incorporando uma dupla função: chefes de família ou principal fonte de ingresso, que implica uma nova força política social. Não me refiro ao feminismo e sim às relações econômicas.

O marxismo tem que voltar a entender a complexidade dentro de um contexto de classe. O movimento negro nos Estados Unidos está propondo uma marcha de 1 milhão de pessoas contra o neoliberalismo. O negro é o primeiro a se opor à ultra-direita no Congresso. Isso significa que a dinâmica da luta de classes passa para os novos elementos na classe. Então é isso o que temos que fazer: uma reformulação de novas idéias dentro dos conceitos existentes. **Não desaparecem as lutas de classes como dizem as feministas.** Quem demite as mulheres das fábricas não são os patriarcas, não são seus esposos, são os capitalistas. É preciso voltar a incorporar, dar um pouco de conceito, de gênero dentro da classe e a classe dentro do gênero. **Estas feministas burguesas querem esquecer a luta de classes.** E poderíamos multiplicar isto em várias instâncias de marxismo. Não falamos da mesma tecnologia. Há outras tecnologias como a informática. Não muda a hierarquia e a concentração de poder. Mas como esta tecnologia facilita a comunicação e a organização de capitais. As novas tecnologias têm um impacto, porém relativo à organização e estrutura do capitalismo. Não são variáveis independentes. Não estamos em uma sociedade de informática. A informática está subordinada aos novos circuitos.

O conceito de globalização está muito em moda. No entanto, eu penso que a América Latina já nasceu global. Não é nada novo. É um ciclo. O mercado externo, por exemplo, às vezes tem mais peso e em outros momentos menos. Há momentos em que alguns países participam de organiza-

ções de integração e outros momentos em que se retiram e reformulam suas relações com o mercado mundial.

Plural: Como o "estado imperial" norte-americano vê o aumento assustador da miséria em todo o continente? É bom lembrar que na década dos 60, por exemplo, criou-se a Aliança para o Progresso, que além de seus objetivos militares, trazia no seu bojo um conteúdo social. Hoje, nem uma Aliança para o Progresso temos. Pelo contrário, nos apresentamos a Iniciativa Bush para as Américas que significa a agudização dos problemas. Este saque, ou pilhagem, ou exploração, se explica como compensação pela crise capitalista nos países centrais?

Petras: Eu penso que todo mundo está muito satisfeito pelo fato de que a América Latina tenha entregue suas empresas e abra seus mercados. Por isso, todos estão muito felizes e contentes. Os investidores estão assustados com a crise que eles mesmos geraram no México e não com possíveis ameaças dos pobres. Os pobres são um fato da vida, como a terra e o céu. Não é um fator que entra no cálculo, neste momento. Neste sentido, mais pobreza, menos preocupação dentro do projeto capitalista.

Eu penso que a política de pobreza tem sua expressão nas Organizações Não-Governamentais (ONGs), que não são não-governamentais e não dispõem de vida própria. A grande maioria das ONGs funciona agora como os missionários no passado. Recebem subvenções do Banco Mundial, de governos da Europa e dos Estados Unidos e intervêm onde há possibilidades de conflitos e "brotos" de violência, tratando de substituir as organizações políticas e sociais ao focar seus esforços em atividades de micro empresas. Tratam de cooptar os dirigentes e pô-los a trabalhar para as agências internacionais. **Ou seja, despolitizam as pessoas.** Constroem uma latrina, ao invés de lutar por um orçamento de saúde.

Este novo fenômeno das ONGs é

muito nefasto. É uma nova forma de intervenção, porque intervém na base. O Fundo Monetário Internacional (FMI) intervém nos ministérios de finanças e fazendas, controlando a macro economia, ao passo que as ONGs intervêm na base, controlando o microsocial. E isto é muito perigoso porque muita gente não entende o papel que está jogando as ONGs na privatização da economia e na despolitização das classes populares. E torna-se difícil atacá-la, porque apresenta uma retórica popular, participativa, democrática.

No entanto, algumas ONGs fazem um bom trabalho, especialmente quando relacionado a direitos humanos. Mas no conjunto, formam parte da nova estratégia do Banco Mundial. É um útil instrumento, e além do mais eficiente, que complementa o trabalho de livre mercado.

Plural: Como o senhor vê o papel dos Estados Unidos hoje na luta pela globalização da economia e a direitização do Partido Democrata, aproximando-se cada vez mais dos Republicanos na sua estratégia para com a América Latina e a competitividade entre Estados Unidos, Japão e Alemanha?

Petras: Eu penso que há duas tendências nos Estados Unidos. a) A nova ultra direita que controla o Congresso e pensa que atualmente a dominação dos Estados Unidos nas relações econômicas e políticas é suficiente para gerar os lucros e as atividades favoráveis. Então, tentam eliminar todas as subvenções e os financiamentos estatais para a América Latina. Já temos acesso ao mercado, conseguimos as empresas públicas, dizem eles. - Para que investir? Neste ponto de atividades, o Departamento de Estado retirou-se para que as forças de mercado funcionem por si só.

Enquanto isso os outros dizem não, pois tais programas nos permitiram ter acesso aos políticos que possibilitam que o mercado funcione. Tais ajudas nos permitem penetrar nos lugares conflitivos. Este é um debate: Qual é a melhor forma de manipular a expan-

são do capitalismo? Os ultra direitistas querem que simplesmente os setores privados continuem explorando. Os outros setores "liberais" crêem que é preciso criar um colchão político-social que permita isso. b) Há uma reconversão do estado imperial, pois ele tinha demasiadas atividades militares e ideológicas, como a Agência Central de Inteligência (CIA), a propaganda, etc. E eles agora criam um setor importante, aquele no qual o Estado imperial deva ter outras funções mais econômicas, como buscar contratos, conseguir mercados, promover investimentos, e já não dando tanta importância ao Exército e à CIA. Isto porque já não são necessárias tais organizações, uma vez que os inimigos foram derrotados.

A competitividade, hoje, vem do



Japão, da Alemanha, da Coréia, etc. É preciso criar um estado mercantil e não um estado internacional de seguridade nacional. É a reconversão do estado imperial para mais atividades econômicas e menos militares e sociais. O mesmo está ocorrendo na América Latina. Tratam de diminuir o orçamento militar para dar mais recursos para os setores capitalistas. E aqui surge um conflito com os militares, pois querem reduzir suas funções a simples funções de polícias.

Plural: Não há também uma re-

Petras reunido com o movimento negro

conversão militar para garantir os bens norte-americanos na América Latina, já que a possibilidade de uma guerra global desapareceu ?

Petras: Sim. No entanto, Washington busca adquirir forças mais especializadas, fazendo guerras tecnológicas com forças mais capacitadas. E pensam em criar, inclusive, uma força de intervenção muito especializada que poderia entrar, mudar, controlar, reconstruir e retirar-se. Esta é tendência agora. Criam-se exércitos locais ou interamericanos, onde os latinos servem para defender os interesses norte-americanos, a exemplo das Nações Unidas com suas forças de paz. Contratam os soldados de Bangladesh, por exemplo, para fazer este trabalho.

Hoje há um custo político em usar os seus próprios soldados. E este custo é muito alto devido à forte oposição do uso de tropas norte-americanas. Então é melhor subvencionar, por um lado, especializando suas forças, e pagar os outros para fazer o trabalho.

Plural: A síndrome do Vietnã ainda existe?

Petras: Eu penso que a oposição interna norte-americana não é uma simples reflexão do Vietnã. Penso que as pessoas nos Estados Unidos cada vez mais entendem que as intervenções externas estão vinculadas à fuga de capitais, à perda de trabalhos, ao pagamento de mais impostos. Por isso há uma oposição. Na guerra do Golfo, por exemplo, a grande maioria do público se opunha. O mesmo em relação à Somália. Hoje a grande maioria é contra a intervenção na Bósnia. Daí porque Clinton não se atreve a intervir.

Isto está relacionado com um desencanto, já que muitos governantes estão mais interessados em assuntos internacio-

nais que com seu próprio país. Há uma forte corrente, hoje, nos Estados Unidos, que é o nacional-popular, e que afirma que temos que voltar a reconstruir o país, e não intervir em outras partes. Este é um sentimento que apareceu na campanha eleitoral e foi, infelizmente, explorado pela direita, que, por sua vez, joga a carta nacional-econômica. E esta carta é muito forte.

Plural: Pode haver uma ruptura do esquema dos partidos tradicionais nos Estados Unidos, surgindo um novo partido com expressão eleitoral e mobilização social, mostrando nas urnas a tendência do nacional-popular ?

Petras: Não vejo esta possibilidade no momento. Porém, ela está presente. O que falta, neste momento, são lideranças. Penso que há uma fonte potencial de força. A esquerda, inclusive no seu sentido mais amplo, é muito débil politicamente neste momento, infelizmente.

Plural: E quanto às milícias armadas dentro dos Estados Unidos, existe a possibilidade de que elas cresçam e aumentem os atentados aos bens públicos ?

Petras: Eu penso que o discurso violento da direita legal contra o Estado e a sua exploração está criando um ambiente, onde a ultra direita violenta diz o seguinte: enquanto a direita fala contra o Estado, nós atuamos. Então, a autora intelectual dessas milícias é a própria direita. São eles que atacam violentamente o Estado que explora os impostos. O que ocorre é que estas pessoas levam a sério o discurso.

"Se tais coisas são tão más e todo o mal vem do mau governo, por que não explodimos os edifícios públicos, os trens públicos e tudo o que é público?". Todos os alvos são públicos. E o discurso anti público vem da ultra direita no Congresso. São eles os autores intelectuais destes crimes.

Perspectivas de libertação

Alternativas para o neoliberalismo na América Latina**

Duas importantes questões que a esquerda latino-americana enfrenta precisam ser discutidas. Primeiramente, está o fato de que os políticos neoliberais tenham ganho eleições relativamente livres, derrotando importantes coalizões de esquerda e de centro-esquerda. Em segundo lugar, após as eleições tem havido mobilizações sociais em grande escala contra o regime recentemente eleito, envolvendo setores consideráveis da população, inclusive, provavelmente muitas pessoas que votaram a favor dele (votantes não de esquerda).

Durante muitos anos, a maior parte dos militantes de esquerda associou a introdução do neoliberalismo aos regimes militares e ao uso do terrorismo de estado. Historicamente, isso fazia sentido. As políticas neoliberais e ajustes estruturais surgiram na década de 70, sendo introduzidas pelos ditadores militares, inicialmente pelo regime Pinochet. Uma segunda linha de raciocínio, reforçando a noção do neoliberalismo nos sistemas militares repressores, foi o fato de que as políticas neoliberais afetaram adversamente a maioria da população de forma profunda e contínua. A questão era que somente as ditaduras militares pode-

riam impor tais medidas draconianas e conter o descontentamento popular.

A história recente contradiz essa posição. Nas recentes eleições presidenciais da Argentina, Brasil, Peru, Bolívia, etc., candidatos declaradamente neoliberais foram eleitos (ou reeleitos). Isso fez com que os comentaristas conservadores defendessem a idéia de que o neoliberalismo tornou-se uma ideologia hegemônica, ou, em termos menos elegantes, o discurso político aceito pelas massas. Até um certo ponto, os políticos de centro-esquerda e os intelectuais foram influenciados por essa linha de raciocínio e adaptaram-se às chamadas "novas realidades", passando a aceitar os preceitos básicos da política econômica neoliberal. Algumas coalizões de centro-esquerda aceitam o plano de estabilização neoliberal (Argentina), outras aceitam, pelo menos, parte da agenda de privatizações (Uruguai, Argentina, Brasil, México). Com esta mudança no espectro político, parecia que o neoliberalismo consolidou a sua posição na América Latina.

Contudo, os celebrantes conservadores e os pragmáticos de centro-esquerda não percebem o segundo fato básico do período contemporâneo: as

** James F. Petras, cientista político norte-americano, é docente e pesquisador da State University do Estado de Nova Iorque.*

*** Tradução: Amílcar D'Ávila de Mello*

revoltas populares de massa, mobilizações sociais, greves gerais, invasões de terra e revoltas provinciais que seguiram-se quase imediatamente após as vitórias eleitorais neoliberais. Esses movimentos sociais de massa rejeitam parcial ou totalmente a agenda política neoliberal (privatizações, ajustes estruturais, contenções salariais, aumentos nos preços dos transportes, etc.). Em alguns casos, tais mobilizações incluem a grande maioria da força de trabalho — a greve geral da Bolívia de maio de 1995, do Paraguai em 1994.

A questão é que as mobilizações sociais em grande escala explicitamente rejeitam parcial ou totalmente a agenda neoliberal e chamam a atenção para a questão da suposta “consolidação”. Ela abre a perspectiva da **deterioração** do neoliberalismo e aponta para a construção de uma alternativa política baseada em um modelo sócio-econômico diferente.

Que interpretação e que entendimento podemos ter desses dois eventos, aparentemente contraditórios? O que é mais representativo do desejo popular, as eleições ou o movimento de massa e revoltas populares?

Primeiramente, é importante reconhecer que as chamadas **“transições”** rumo à democracia foram profundamente marcadas pela herança **autoritária das ditaduras militares**. Os governantes militares e seus colaboradores civis dos setores empresarial e político, desempenharam um papel essencial na definição e na negociação das condições da transição. Como resultado disso, a maioria das instituições do estado (militares, policiais, jurídicas, etc.) do passado autoritário permaneceram intactas. **Em segundo lugar, o sistema sócio-econômico autoritário**, baseado no controle dos meios de comunicação de massa, dos sistemas financeiro e produtivo pela elite, permaneceram intactos. A cultura do medo e insegurança gerada pelo período de autoritarismo militar continuou e muitas vezes foi cultivada pelos políticos neoliberais, que desencorajavam os protestos por considerá-

los **“provocações”** em potencial que poderiam causar a intervenção militar. Por último, e mais importante, os **políticos civis neoliberais governavam**, em muitos casos, **por decreto e usavam os militares** para fazer cumprir as suas políticas de privatização e de ajustes.

Essa “continuidade do autoritarismo” limita o exercício da cidadania, mina as bases do debate político e força os políticos a se enquadrarem na estrutura neoliberal. As continuidades oferecem uma tendenciosidade institucional no processo eleitoral em favor dos candidatos neoliberais. Estes, exploram a herança histórica, a cultura política repressora, a concentração dos meios de comunicação de massa e as principais instituições do estado a forçar o debate político no terreno da agenda neoliberal. Dessa forma, os candidatos de centro-esquerda estão em desvantagem e, na tentativa de compensar, tentam concorrer demonstrando as suas virtudes pessoais (não são corruptos), suas capacidades administrativas (eles sabem gerir o sistema mais eficientemente) e maior preocupação com o aumento dos **“custos”** sociais do neoliberalismo. Assim, de fato, os políticos de centro-esquerda reforçam o argumento neoliberal de que **“não há alternativas”** para o modelo básico. A confusão das identidades socio-políticas entre a Direita e a Esquerda tem tido um impacto negativo na sorte eleitoral da centro-esquerda. Como a maioria dos votantes não possui uma identidade partidária forte, eles se tornam presas fáceis da propaganda eleitoral de curto prazo, onde os neoliberais, graças aos seus enormes fundos de campanha e ao quase monopólio dos meios de comunicação de massa, desempenham um papel decisivo.

Dessa forma, **as eleições representam o poder da herança do passado autoritário**, a enorme capacidade que os políticos neoliberais têm de concentrar recursos organizacionais e políticos em um período de tempo limitado (campanhas eleitorais) para garantir resultados eleitorais favoráveis.

“A confusão das identidades socio-políticas entre a Direita e a Esquerda tem tido um impacto negativo na sorte eleitoral da centro-esquerda”.

Por outro lado, no período pós-eleitoral, a propaganda e a máquina eleitoral são substituídas pelas políticas sócio-econômicas concretas dos regimes neoliberais. Essas políticas refletem, de forma avassaladora, os interesses das elites econômicas. A privatização facilita enormes transferências de lucrativos recursos públicos (das empresas para os grandes grupos; elevação de preços e reduções salariais para favorecer os empregadores, etc.). **A polarização social, ausente durante a campanha eleitoral, torna-se mais nítida quando o Presidente recentemente eleito toma posse.** Usando o chamado "mandato eleitoral" como uma "cobertura de legitimidade", o Presidente neoliberal apoia-se, então, nas instituições elitistas e autoritárias do estado (militares, justiça, polícia) para impor as suas políticas sócio-econômicas retrógradas à maioria descontente.

Sob os regimes eleitorais neoautoritários **às eleições segue-se a força**, ao contrário dos regimes militares, onde a força aplicava-se antes da implantação das medidas neoliberais.

Há, claramente, um abismo profundo entre os processos eleitorais e os interesses sócio-econômicos do povo. Esse abismo é o resultado de um processo eleitoral embutido em uma matriz institucional elitista e autoritária, incapaz de representar os interesses populares. Por outro lado, o período pós-eleitoral concentra a sua atenção nas questões sócio-econômicas mais importantes, de interesse da maioria trabalhadora: como ganhar a vida, empregos, nível de vida, saúde, educação, etc. As **ações** do regime neoliberal (muito mais que a sua retórica de campanha), definem a natureza social de suas políticas. A reação popular, sob a forma de uma ação direta de rejeição dessas políticas, define as suas preferências políticas. Daí, o aparente paradoxo político das **"pessoas votando na Direita e agindo com a Esquerda"** é facilmente resolvido. O processo eleitoral envolve a legitimação da elite neoliberal e sua estrita agenda política, divorciada dos interesses

e necessidades da maioria. Os movimentos diretos de ação de massa proporcionam uma **estrutura aberta, de base**, onde questões **essenciais** do dia-a-dia vinculam-se às expressões políticas.

Os processos eleitorais capitalizaram-se com as debilidades estruturais incutidas na força de trabalho pelo regime repressivo e pelo tratamento de choque econômico: os militares desarticularam as organizações civis, eliminaram a militância sindical e domesticaram políticos e intelectuais. O tratamento de choque econômico enfraqueceu a legislação social, os sindicatos e gerou um enorme contingente de desempregados e de trabalhadores temporários. Essas condições estruturais de atomização e fragmentação da classe trabalhadora diminuíram a solidariedade de classe e fizeram com que os apelos "individualistas" dos políticos neoliberais se tornassem mais apetitosos.

Por outro lado, as extremas medidas sócio-econômicas neoliberais, o grande número de pessoas afetadas e o grau de declínio do nível de vida em todas as classes sociais, sexos, raças, segmentos sociais e regiões geográficas, ofereceram aos movimentos sociais de ação direta uma ampla gama de forças concentradas e mobilizáveis. O acentuado declínio das condições compensou, em parte, essas debilidades estruturais. As frouxas estruturas do "movimento" e o apelo por "ações diretas" mobilizaram as pessoas que, de outra forma, seriam passivas e inativas frente a essa ação direta, de grande escala.

Contudo, há uma grande diferença entre os resultados provocados pelas vitórias eleitorais neoliberais e as revoltas populares lideradas pela esquerda. Através do processo eleitoral, os neoliberais controlam o regime e o estado e, dessa forma, garantem a continuidade e o poder, mesmo quando a sua representatividade é questionável. **As revoltas populares refletem os interesses da maioria mas carecem de continuidade e, na maioria das vezes, não dispõem de fortes bases institucionais**

"...os militares desarticularam as organizações civis, eliminaram a militância sindical e domesticaram políticos e intelectuais".

"Os pragmáticos fizeram apelos à classe média e à preocupação do empresariado com relação à corrupção, ao invés de encabeçar as greves operárias, as invasões de terra ou protestos nas periferias".

para apoiá-las. Em muitos casos, os movimentos de massa crescem e diminuem com relação às medidas neoliberais específicas, revelando uma falta de capacidade ideológica de sustentar a ação.

Nas seções seguintes discutirei a questão da oposição popular ao neoliberalismo sob o ponto de vista da "geopolítica" das revoltas, os limites do pragmatismo, as estratégias contrastantes dos regimes neoliberais e dos movimentos populares, o ciclo político neoliberal e as reações populares, além da questão da subjetividade e do neoliberalismo.

Centro-esquerda: os dilemas do pragmatismo

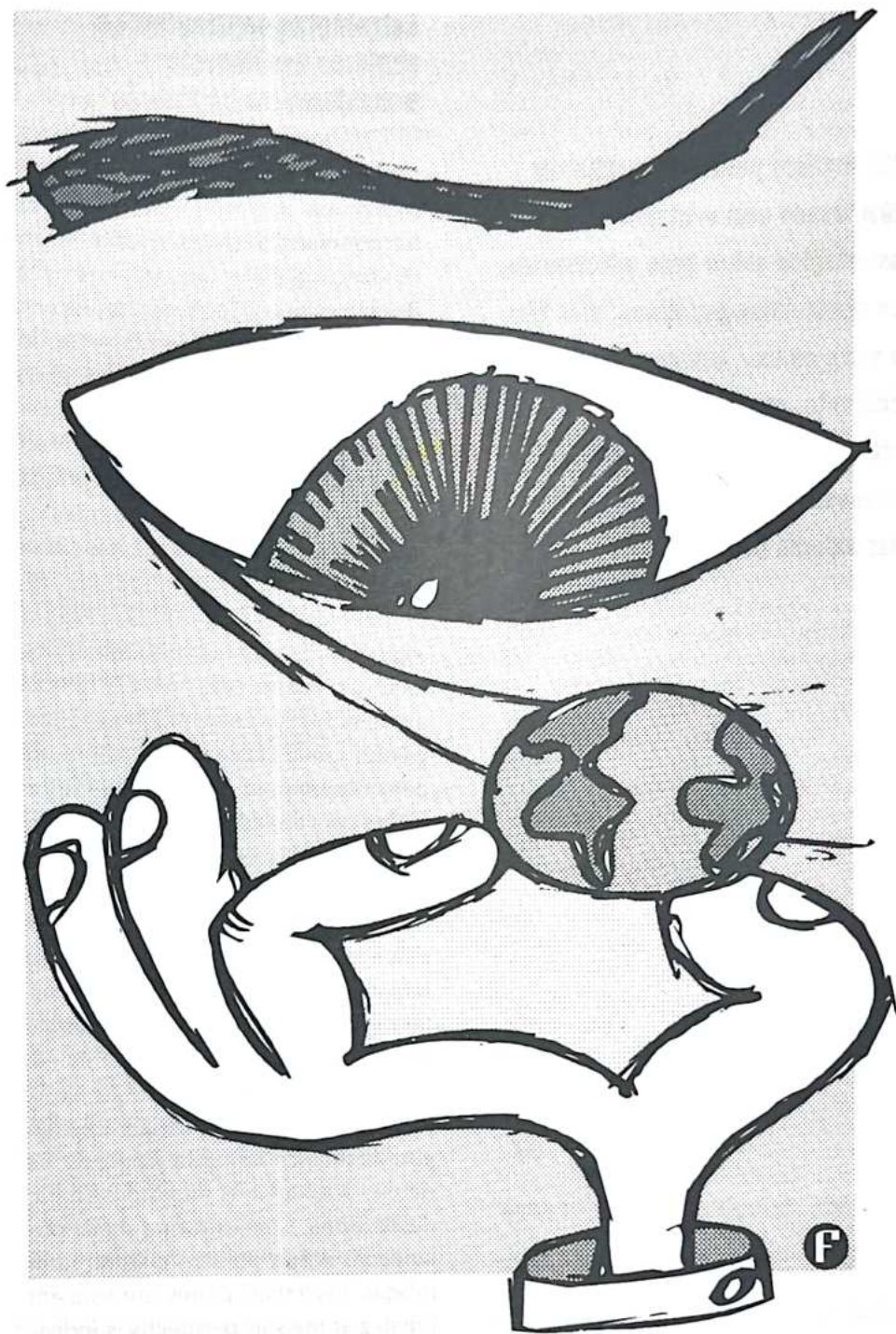
1994/1995 foi o ano da pragmática eleitoral de centro-esquerda: as eleições presidenciais no México, Venezuela, Argentina, Brasil e Uruguai, onde os pragmáticos de esquerda acreditavam que podiam vencer as eleições. Embora, em muitos casos, o papel da centro-esquerda tenha ganho maior destaque, comparado ao seu desempenho em eleições passadas, ela não conseguiu derrotar os oponentes neoliberais. A questão mais surpreendente com relação a essas campanhas eleitorais não foi a perda das eleições em si, nem o aumento de votos, porém o abandono gradual mas perceptível das agendas de reformas social-democráticas. Enquanto as campanhas eleitorais avançavam quase uniformemente, a pragmática movimentava-se em direção a uma agenda social-liberal. Qual é a diferença entre "social-democrata" e "social-liberal"? Em essência, a primeira está principalmente voltada à distribuição de renda, realocação dos gastos públicos para o bem-estar social, elaboração de um setor público vigoroso, eficiente sistema de planejamento e deslocamento dos custos das políticas de ajuste e de estabilização para a classe capitalista. Os social-liberais mantêm o padrão de distribuição de renda, aumentam continuamente as despesas sociais e seguem políticas ortodoxas de estabilização em uma economia basicamen-

te privatizada. Como os social-democratas, os pragmáticos descobriram que não poderiam vencer as eleições desmobilizando as massas e concentrando-se exclusivamente nas políticas eleitorais. Havia duas alternativas: mobilizar o povo ou dar continuidade à estratégia de desmobilização das massas, ao mesmo tempo em que disputavam, cada vez mais, o apoio dos grandes grupos econômicos com os neoliberais. Tendo optado pela última alternativa, os social-democratas mudaram efetivamente os seus compromissos programáticos para a centro-direita, tornando-se social-liberais reconvertidos. Quando os pragmáticos começaram a levar a sério a sua possibilidade de disputar o poder, passaram a imitar o detentor do poder, em estilo e conteúdo político. Cada vez mais, a campanha eleitoral passou das ruas para a mídia. Na mídia, projetaram-se imagens de respeitabilidade burguesa e de responsabilidade política. Os pragmáticos fizeram apelos à classe média e à preocupação do empresariado com relação à corrupção, ao invés de encabeçar as greves operárias, as invasões de terra ou protestos nas periferias. Viagens aos E.U.A. e visitas às embaixadas dos países europeus e do Japão para garantir aos embaixadores lealdade à propriedade privada tornaram-se moda. Visitas a Washington, Wall Street e Bruxelas tentavam assegurar a aprovação das elites respeitadas. Durante as campanhas eleitorais, os pragmáticos ganharam respeitabilidade, ao mesmo tempo em que despolitizavam os votantes. Os votantes de esquerda eram passivos e, em muitos casos, votavam conforme as alegações tradicionais ou novas relações clientelistas, ao invés de participar energicamente em favor de verdadeiras transformações sociais. Os debates eleitorais televisionados substituíram os confrontos sociais e a centro-esquerda perdeu a sua identidade — ponto de referência para a maioria descontente com as condições de vida. Os pragmáticos mataram o elã, a esperança e a visão que faz com que a esquerda receba o apoio dos mais po-

bres, imersos em letargia, dependência e preconceitos.

Os pragmáticos, que são bons em imagens políticas mas ruins de memória histórica, esqueceram-se das lições das campanhas eleitorais bem-sucedidas do passado. Na América Latina, os social-democratas ou a esquerda ganharam a Presidência na Guatemala (1954), República Dominicana (1963), Guyana (década de 50), Chile (1970) e Nicarágua (1984), quando as eleições foram o **ponto culminante** das mobilizações e lutas populares, invasões de terra, movimentos urbanos e assembléias de operários. As lutas sociais politizaram e ativaram as massas, ao mesmo tempo em que polarizaram a sociedade, levando-a a uma vitória eleitoral favorável à esquerda. **O povo politizado e ativo pode rejeitar a propaganda da direita nos meios de comunicação de massa porque em cada comitê local havia um ponto de referência política alternativo.** O resultado eleitoral foi mais uma vitória, mais uma luta para transformar uma sociedade polarizada.

Ao nível internacional, a tentativa de reagrupar a esquerda no período pós-comunista do **Fórum de São Paulo** teve duas fases. A primeira delas, essencialmente "social-democrata", refletiu os esforços realizados por uma vasta composição de forças de esquerda para forjar uma agenda redistributiva comum, baseada na combinação de lutas populares e política eleitoral. Buscando abrangência, o Fórum agrupava diferenças fundamentais de estilo e conteúdo político com relação ao estado, estrutura de classe e economia. Trabalhos que promoviam perspectivas radicais e resoluções que denunciavam o neoliberalismo eram acompanhadas por práticas políticas por parte de muitos membros do Fórum, o qual passou gradualmente a ocupar-se das políticas e regimes neoliberais. Enquanto o Fórum inicialmente servia como um ponto útil para a troca de idéias sobre a política do final dos anos 80, ele começou a perder importância na metade da década de 90. A assimilação das doutrinas neoliberais, o



profundo engajamento com políticas puramente eleitoreiras, as alianças político-sociais de fato com os regimes neoliberais entre os dirigentes pragmáticos no Fórum minaram as bases da sua natureza prática e subversiva. Tornou-se um evento cada vez mais ritual, divorciado dos movimentos sociais radicais que enfrentavam o regime eleitoral e desafiavam os regimes neoliberais e seus parceiros do Fórum.

"Na América Latina, os social-democratas ou a esquerda ganharam... quando as eleições foram o ponto culminante das mobilizações e lutas populares, invasões de terra, movimentos urbanos e assembléias de operários".

"Os regimes políticos neoliberais têm levado uma vantagem estratégica sobre seus adversários, os movimentos populares: eles têm a visão de uma mudança global, coerente, envolvendo a reorganização do estado, da economia, da estrutura de classes e dos valores pessoais".

Estratégias contrastantes: regimes neoliberais e movimentos populares

Os regimes políticos neoliberais têm levado uma vantagem estratégica sobre seus adversários, os movimentos populares: eles têm a visão de uma mudança global, coerente, envolvendo a reorganização do estado, da economia, da estrutura de classes e dos valores pessoais. Os neoliberais têm a imagem da "Nova Pessoa" - não apenas mudanças econômicas para aumentar os lucros em uma conjuntura. Em resumo, eles adotaram uma abordagem mundial, histórica, para elaborar as suas políticas.

Num primeiro momento, a sua posição é a de controlar o estado e deslocar os seus recursos para os grupos abastados e empresas multinacionais, gerando uma classe de bilionários super-ricos; depois, aumentar as exportações para financiar os pagamentos da dívida externa; reduzir os salários para possibilitar a concentração de capital; destruir ou controlar os sindicatos e minar as bases da legislação trabalhista para reforçar o poder dos capitalistas nos locais de trabalho. A sua política social consiste em aumentar as despesas do estado (subsídios, empréstimos, financiamentos, socialização das perdas financeiras) para favorecer os ricos e abaixar seus impostos. Criam, dessa forma, uma estrutura social polarizada. A sua política cultural com relação aos trabalhadores consiste em privilegiar mais as perspectivas individuais que as coletivas, os problemas privados mais que os sociais, as relações clientelistas mais que a solidariedade, espetáculos de massa mais que eventos culturais comunitários organizados. **Resumindo: coesão de classe no topo, fragmentação no meio e atomização na base.**

A "estratégia global" dos neoliberais depende de dois tipos de tática: "tática salame", que ataca os trabalhadores, de setor em setor, ou mesmo até de indústria em indústria, por exemplo, a privatização seqüencial: a indústria petroleira, depois as telecomunicações, os transportes, etc. Des-

sa forma, todo o poder do estado e a propaganda da mídia são mobilizados contra um único setor isolado da população. A derrota de um setor monta o palco (e serve de exemplo) para atacar outros setores, conduzindo, eventualmente, para a transformação global.

A segunda tática de ataque consiste em combinar a atividade repressora e até mesmo violenta contra um setor organizado da classe trabalhadora, apelando aos setores não-organizados das classes inferiores. Por exemplo, o Governo FHC atacou os trabalhadores do setor petroleiro considerando-os "privilegiados", prometendo oferecer serviços baratos para o consumidor e a renda dos setores privatizados para financiar serviços sociais. Na verdade, o ataque a um setor da classe trabalhadora é seguido de mais ataques às outras classes, perpetuando e aprofundando, dessa forma, as desigualdades de classe, enquanto as empresas recentemente privatizadas enriquecem um punhado de compradores do monopólio privado.

Confrontados com ataques neoliberais no passado recente, a maioria dos movimentos populares engajou-se na resistência, de setor em setor: greves prolongadas, mobilizações e confrontos entre o setor afetado e o estado neoliberal. E, dessa forma, os movimentos populares são derrotados em praticamente todos os embates dessa luta desigual.

Acompanhando essas lutas populares estão os apelos à solidariedade, os quais obtêm o apoio limitado dos setores militantes: paralisações de um dia, contribuições financeiras, declarações simbólicas. Mas os "elos materiais" que poderiam mudar a correlação de forças na luta estão ausentes. Mas as greves não se generalizam porque cada setor da classe trabalhadora se nega a arriscar a perder o pagamento dos dias não trabalhados, ou até mesmo o emprego. Cada setor age como se a ação do estado fosse dirigida apenas a um determinado grupo de trabalhadores ou empresas, ao invés de para toda a classe ou economia.

Eles acham que estão lidando com os reacionários tradicionais, ao invés de neoliberais contra-revolucionários.

Enquanto os neoliberais baseiam-se na politização do estado em todas as instâncias — convocando o Exército, o Judiciário e a Administração Pública para a batalha, a fim de impor a agenda neoliberal - os movimentos populares olham exaustivamente para a "sociedade civil". O regime neoliberal, apoiado pelo estado e pela classe dirigente, é páreo desigual para as organizações populares, que contam apenas com os indivíduos organizados da sociedade civil.

O ciclo da política neoliberal e as reações populares

O neoliberalismo, como os regimes político-econômicos anteriores, é um fenômeno histórico que contém contradições. O neoliberalismo atravessa várias fases: Início, Consolidação e Declínio. Obviamente, o capitalismo de "livre mercado" não é o ponto culminante da história, como afirmam alguns de seus defensores mais entusiastas. Em cada estágio, as políticas neoliberais têm encontrado resistência popular, embora os níveis mais elevados de oposição tendam a acontecer no começo, quando as políticas iniciais são impostas, e no final, quando as profundas contradições estruturais se manifestam.

As origens do capitalismo de livre mercado foram escritas a sangue e fogo pelas ditaduras militares dos anos 70. Foi somente após um grande ataque aos sindicatos das classes trabalhadoras, associações civis urbanas e organizações camponesas que as políticas neoliberais puderam ser implantadas. A resistência popular não se deu apenas contra as ditaduras, mas também contra as políticas sócio-econômicas que elas defendiam: no Uruguai, uma longa greve geral no início da década de 70; no Chile, mediante a resistência nas fábricas e bairros pobres; na Argentina, greves ilegais nas fábricas e no setor dos transportes; na Bolívia, greves gerais dos mineiros - todas derrotadas pela força e pela violência. A

questão é que o neoliberalismo não estabeleceu a sua ascendência graças ao "fracasso" da esquerda, ou pela superioridade econômica do Mercado, mas pela correlação favorável da força militar.

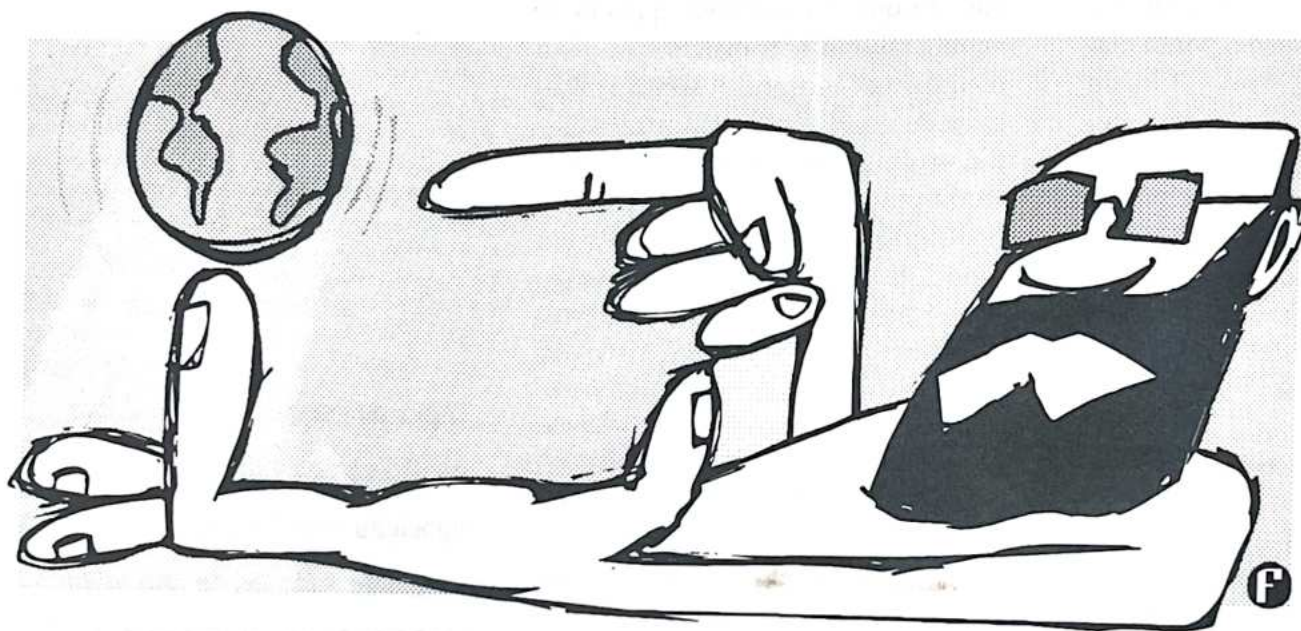
No período que se seguiu à implantação da agenda neoliberal, houve uma série de greves em praticamente todos os setores afetados pelas políticas neoliberais. A privatização dos portos, telefones, empresas aéreas, minas e fábricas freqüentemente enfrentava greves ou a resistência popular. Como foi anteriormente mencionado, as "ações setoriais" foram derrotadas pelo regime neoliberal em virtude de seu isolamento político e social.

Mais recentemente, uma nova e poderosa onda de oposição surgiu no bojo do declínio do neoliberalismo. Esta oposição adquiriu várias formas, de campanhas eleitorais às guerrilhas. Mas o que distingue essa oposição é o fato de que ela acontece quando o neoliberalismo não mais dispõe dos recursos econômicos, reservas políticas e do apoio social que gozava anteriormente. Primeiro: o longo processo de privatização privou os regimes neoliberais de uma potencial fonte de renda, de valiosos bens para atrair os empréstimos estrangeiros. Em segundo lugar, a abertura econômica minou as bases das forças produtivas do país, aumentou o desequilíbrio da balança comercial e fez com que o regime buscasse investimentos especulativos para equilibrar as contas externas.

Na esfera social, a infundável série de ajustes, cada um dos quais implementados com a promessa de que "será o último" antes da decolagem rumo à prosperidade do primeiro mundo, desgastou a sua credibilidade junto às classes populares e classe média. É evidente que as políticas de ajuste simplesmente oferecem recursos a curto prazo, ao mesmo tempo que provocam a depressão dos mercados e o enfraquecimento da capacidade de produção, gerando, dessa forma, um novo ciclo de dívida, crises na balança de pagamentos e fuga de capitais. O desgaste da confiança das

"Após as derrotas eleitorais das coalizões de centro-esquerda, a oposição popular tem cada vez mais assumido métodos de luta extra-parlamentares; os limites das políticas eleitorais em um cenário autoritário tornaram-se evidentes. Os movimentos de massa fora do controle da esquerda pragmática têm assumido uma importância crescente".

"A estratégia da Esquerda deve também colocar a questão de uma alternativa socialista ao neoliberalismo como a única 'alternativa global' disponível".



classes média e trabalhadora é acompanhado da mobilidade social descendente de importantes partidários do modelo neoliberal - não apenas de empregados pobres e funcionários públicos, como também de profissionais liberais e empresários, os quais foram duramente castigados pelas dívidas indexadas pelo dólar e pelas perdas salariais. Na sua fase de declínio, setores vitais da classe média, da burocracia sindical e até mesmo setores militares e do clero divergem do regime neoliberal. Na esfera política, os regimes neoliberais apoiam-se cada vez mais na força militar para impor as suas políticas ou para manter-se no poder, tornando questionável a legitimidade do regime.

A história política recente ilustra a crescente oposição heterogênea ao neoliberalismo em declínio. Em primeiro lugar, a longa greve geral de operá-

Após as derrotas eleitorais das coalizões de centro-esquerda, a oposição popular tem cada vez mais assumido métodos de luta extra-parlamentares; os limites das políticas eleitorais em um cenário autoritário tornaram-se evidentes. Os movimentos de massa fora do controle da esquerda pragmática têm assumido uma importância crescente. Primeiramente, como uma estratégia de defesa contra o aprofundamento da estratégia de privatização. Mas, num sentido mais amplo, a nova resistência está associada às novas formas de produção: as invasões de terra e as cooperativas de terras no Brasil e no Paraguai e os plantadores de coca na Bolívia estão associados em formas cooperativas de produção e aliados às organizações urbanas de classe. As derrotas eleitorais da centro-esquerda não resultam na desmobilização porque os movimentos sociais não estão

disciplinados ou controlados pelos políticos pragmáticos. Como ficou evidente nas recentes greves da Bolívia e em outros lugares, há uma tendência para estender a solidariedade além dos setores particularmente afetados pelas políticas neoliberais: estender a resistência além dos protes-

tos eleitorais, até uma "luta geral". O movimento no sentido de ocupar "propriedades do governo" e a criação de um poder paralelo evidenciado em Chiapas e em outras regiões do México deixam entrever os processos revolucionários que buscam acumular forças e ganhar espaços políticos para uma luta constante. Os esforços realizados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-terra do Brasil para unificar diversos segmentos rurais e concentrar, em grande escala, a ocupação

rios e camponeses na Bolívia. Os movimentos guerrilheiros em Chiapas e a gigantesca mobilização de 400.000 trabalhadores e da classe média da cidade do México. As revoltas populares urbanas e militares em Caracas, Venezuela. As insurreições dos operários e dos funcionários públicos nas províncias argentinas. Os crescentes movimentos camponeses e a greve geral no Paraguai. E, no Brasil, a contínua invasão de terras e crescente onda de greves nas principais cidades.

de terras próximo aos centros urbanos, fazem parte da nova estratégia para consolidar uma aliança popular pluriclassista, capaz de abrir divisões na sociedade civil e no estado.

À medida que os neoliberais aumentam a politização do estado, é provável que um processo semelhante possa ocorrer do lado da Esquerda, provocando fissuras no aparato do estado. A revolta militar-nacionalista da Venezuela aponta nessa direção. Recorrer à violência militar - como no caso de FHC - para acabar com a greve dos petroleiros é uma indicação da debilidade dos regimes na sociedade civil, da incapacidade de mediar as forças sociais. Ainda mais importante é o fato de que a ilusão de uma transição pacífica para o neoliberalismo no Brasil é agora questionável. A estratégia da Esquerda deve também colocar a questão de uma alternativa socialista ao neoliberalismo como a única "alternativa global" disponível. A questão básica é como passar das lutas de massa de militância defensiva dentro do capitalismo, para uma transformação anti-sistema. A resposta pode ser em grande parte encontrada no problema da **subjetividade** das classes populares.

Subjetividade e libertação

Durante muito tempo, a esquerda tem definido revolução em termos econômicos: crises econômicas, pobreza, exploração. O problema é que essas condições econômicas estiveram muito presentes nas décadas de 80 e 90, e não deram lugar a nenhuma manifestação revolucionária. Por outro lado, a direita neoliberal tem dedicado muita atenção para cativar o pensamento das pessoas negativamente afetadas pelas suas políticas. No desenvolvimento de uma abordagem alternativa, é útil discutir criticamente os argumentos fundamentais dos neoliberais, como ponto de partida. **Essencialmente, a defesa do neoliberalismo gira em torno de quatro estratégias:** (1) **globalismo** - a idéia de que "imperativos globais" exigem políticas neoliberais para poder concorrer, garantir

empréstimos, investimentos, etc. (2) **A ausência de alternativas.** Esse argumento defende a idéia de que a única alternativa (Comunismo) entrou em colapso e que o neoliberalismo é, portanto, a única abordagem realista para o mercado global. (3) **"Projetos locais".** Como parte da sua estratégia para dismantelar o estado previdenciário e as empresas públicas, os neoliberais defendem os projetos locais privados de "auto-ajuda". Este argumento possibilita aos neoliberais canalizar recursos da área social do estado para os oligopólios privados. (4) **"Bolsões de pobreza".** Devido ao visível crescimento da pobreza do povo, os neoliberais desvinculam esse problema social das suas raízes sistêmicas e tentam identificá-lo com "ética individual" - "trabalho" ou "espírito empreendedor".

Esses argumentos são muito falhos. Para começar, o enfoque dos "imperativos globais" subestima um fato crucial: foram os interesses de classe e as políticas de estado, associadas aos bancos e empresas multinacionais, que reorientaram a economia para as políticas neoliberais. Da mesma forma, a participação no mercado mundial não precisa ser associada às configurações de classe/estado vinculadas ao neoliberalismo. Por exemplo: mesmo dentro da estrutura capitalista, as versões asiática e escandinava de um capitalismo "protegido" e "previdenciário" baseiam-se no desenvolvimento voltado para as exportações. O tipo de inserção "global" foi determinado pela correlação interna das forças sociais e não pelos imperativos do mercado externo.

Em segundo lugar, o argumento de que "não há alternativas" ao neoliberalismo é falso. **Tanto o capitalismo nacionalista de estado asiático quanto o capitalismo previdenciário escandinavo são alternativas.** Além do mais, a crescente especialização da produção em escala mundial (a divisão social do trabalho mundial) e o crescente grau de planejamento central pelas multinacionais constituem a "base objetiva" para a propriedade e o planeja-

"...ter consciência de classe é a melhor maneira de se viver consigo mesmo, com os amigos, com quem se ama, com a família e os vizinhos".

mento, um "próximo passo" mais razoável e viável. Em terceiro lugar, a dependência cada vez maior do capital, que precisa de subsídios do governo para promover o crescimento capitalista, é o melhor argumento contra projetos locais das ONGs. Os problemas da classe trabalhadora - educação, emprego, saúde - não estão sendo tratados pelos programas de caridade das ONGs locais. Os problemas são políticos e exigem luta para mudar a **natureza** da intervenção do estado, receitas e despesas. O "estatismo" do neoliberalismo deveria reverter-se. E, por último, os problemas sociais da pobreza e subemprego existem há muito tempo, em grande escala, e afetam uma ampla gama de forças sociais. Em virtude da sua natureza "social", eles precisam encontrar explicações sociais, ao invés de psico-pessoais.

A questão de se mudar as reações subjetivas das maiorias exploradas gira em torno de quatro áreas de luta: ideológica, cultural, de consciência e ética. O nível ideológico exige uma clara definição do caráter social do trabalho — e do desemprego e suas relações contraditórias com a propriedade privada: a necessidade do socialismo ou propriedade social (nas suas formas de autogestão) como a forma socialmente necessária de tornar as necessidades sociais congruentes com a produção e distribuição social.

No nível cultural, devemos reviver a visão crítica das condições contemporâneas: o vínculo entre os descontentamentos privados e o poder social; o mundo macroeconômico que viola a intimidade pessoal; a música da rua, ao invés dos milionários passeando, dando *shows* à custa do salário semanal/mensal dos trabalhadores do Terceiro Mundo; teatro/filmes que confrontam as contradições do individualismo e do imperialismo cultural, do consumismo e da pobreza. A cultura que começa no nível pessoal, de temas do dia-a-dia como o amor, a morte e anseios individuais, e passa para o mundo socialmente específico em que vivemos.

A consciência pode ser aprendida,

a partir da experiência, da leitura e das vitórias. Ela somente pode ser mantida no contexto da solidariedade do dia-a-dia. A consciência trata do indivíduo na comunidade, classe, família, amizade: como essas mediações sociais definem as condições e ética da existência cotidiana. A consciência trata das escolhas: ascender com os padrões ou vincular-se aos trabalhadores. Ela é "voluntária" e determinada. Ela jamais pode ser imposta ou forçada. Ela é, em última análise, o produto da "autocompreensão": ter consciência de classe é a melhor maneira de se viver consigo mesmo, com os amigos, com quem se ama, com a família e os vizinhos.

O socialismo não é o desdobramento da história: há muitas alternativas para escolher em cada virada da história. Essas escolhas baseiam-se em interesses materiais, mas esses interesses materiais envolvem mais que as *commodities*, envolvem relações pessoais e sociais. Como buscamos interesses "materiais" ou de classe é uma questão ética: buscamos o avanço social através da corrupção política ou através da solidariedade social.

As decisões coletivas dos trabalhadores na Terra do Fogo, em Oruro, a decisão dos trabalhadores rurais sem-terra do Brasil e do Paraguai de ocupar uma fábrica, um edifício municipal ou terras não se referem apenas às necessidades materiais - trata-se, também, da afirmação de seu próprio valor, dignidade e capacidade de governarem a si próprios, de tornarem-se seres humanos íntegros e de compartilhar as relações de amizade e de intimidade sem a constante ameaça de abuso, fome e medo.

O fator subjetivo hoje é o grande cenário da luta: **as condições econômicas e sociais para a derrocada do neoliberalismo estão sendo recriadas em cada país, local de trabalho e bairro. Precisamos da constante criação de uma nova consciência social, cultural e ética, para converter essas condições em bases para a transformação.**

Mitos e realidades da revolta de Chiapas

* James F. Petras, cientista político norte-americano, é docente e pesquisador da *State University* do Estado de Nova Iorque.

A revolta Zapatista em Chiapas gerou centenas de artigos e dezenas de livros. As linhas de argumento sobre as origens e a natureza da luta enfocam vários temas: segundo alguns, é uma revolta de índios assolados pela pobreza; para outros, faz parte dos novos movimentos sociais, diferentes dos antigos movimentos de classe, vinculados às ideologias. Um escritor rotulou-o de rebelião pós-moderna¹. Essas interpretações dão ênfase à novidade, à natureza cultural e não ideológica da revolta, como um meio de dar credibilidade à sua autoridade, legitimidade e apelo público. O governo mexicano e seus partidários ideológicos, por outro lado, afirmam que, enquanto muitas das reivindicações indígenas merecem ser discutidas, revolucionários intrusos manipulam a população local, explorando seus descontentamentos para revigorar a sua própria agenda política².

Dessa forma, o debate está polarizado entre a esquerda, que enfatiza as origens "indígenas" da revolta, e a



Subcomandante Marcos,
líder do Exército Zapatista
de Libertação Nacional
(EZLN)

Pedro Valtierra/Cuartoscuro

1. A posição "pós-moderna", sem argumento, pode ser vista em "Roots of the postmodern rebellion in Chiapas", de Roger Burbach. *New Left Review*, may-june, 1994.
2. A linha do governo mexicano pode ser vista nas observações de Gerardo Galarza, "En unos días el EZLN paso a ser ..." *Proceso* 897, enero 10, 1994.



Emiliano Zapata, líder da Revolução Mexicana

Sygma/L'illustration

direita, que contrapõe-se à noção de "subversão externa", como sendo central para a empresa revolucionária. A legitimidade da luta em ambos os casos vincula-se à sua autenticidade, a qual está associada às origens raciais/regionais particulares. Isso é lamentável, uma vez que a legitimidade da luta não tem a ver apenas com as condições que deram lugar aos descontentamentos, mas com a natureza das organizações, do programa e da liderança engajada na luta contra essas condições.

E, nessas áreas, a questão das forças "internas" versus as "externas" é bem mais complexa do que uma visão dicotômica permite. Resumindo: o fato de que revolucionários organizados tenham desempenhado um papel ativo na formação, organização e luta programática em Chiapas não minimiza, de maneira alguma, a autenticidade ou legitimidade da revolução. Os revolucionários - muitos dos quais intrusos em termos étnicos e geográficos - ajudaram a focalizar o debate nacional e contribuíram para as negociações com o estado. O que é novo e autêntico é a interação dialética entre as tradições locais de solidariedade nas comunidades e as autoridades locais, comprometidas com o seu povo e, de outro lado, os revolucionários Marxistas, engajados na construção de um movimento revolucionário, com a visão de uma sociedade alternativa, onde ambos os lados sejam capazes de aprender e de adaptar-se às experiências práticas.

O longo processo de construção do movimento Zapatista baseou-se nas relações de reciprocidade entre os intelectuais de esquerda, aprendendo as normas e aceitando a autonomia das comunidades indígenas, e os líderes comunitários, atraídos e recrutados pelas perspectivas de uma luta política baseada na democracia participativa. As comunidades indígenas tinham uma história de relações com os ativistas políticos de esquerda, em especial com os organizadores camponeses, anteriores aos Zapatistas³. A decisão de formar o movimento Zapatis-

ta - um exército camponês vinculado à comunidade organizada - não ocorreu no vácuo político, nem está simplesmente ligado às tradicionais estruturas indígena-camponesas. Conforme declaração de um líder comunitário Zapatista, "antes da década de 1980, estávamos no ARIC Independente. Em 1987, os Zapatistas começaram a alistar as pessoas. Isso cobriu toda a comunidade, e todos foram recrutados."⁴

A condição necessária para o sucesso da organização foi precisamente a combinação da organização prévia e da predisposição para a luta por parte das comunidades indígenas vinculadas aos organizadores esquerdistas urbanos. Estes últimos respeitavam os líderes e as estruturas locais que facilitaram o "recrutamento" de comunidades inteiras. Até hoje perduram as relações de ativa solidariedade e de participação de guerrilheiros nas comunidades camponesas, e vice-versa. Conforme observou um líder comunitário: "Aqui, na comunidade, fazemos as nossas próprias regras e leis. Aqui não há representantes do governo."

Ao contrário das noções convencionais que vêem na revolta Zapatista uma insurreição puramente nativa de índios famintos ou uma conspiração de Marxistas urbanos, **ela foi o produto de uma sinergia entre as comunidades locais ativistas indígenas e intelectuais urbanos, cada uma das partes contribuindo com qualidades organizacionais, programáticas e de liderança. Elas complementavam-se mutuamente: as comunidades indígenas ensinaram aos intelectuais urbanos as especificidades das condições e necessidades das comunidades locais, enquanto que os intelectuais trouxeram a compreensão internacional, nacional, estratégica e político-militar.** Sem minimizar a importância das especificidades de Chiapas ou a relevância racial ou de classe em definir a originalidade do movimento, o processo de vincular os movimentos camponeses aos ativistas urbanos segue um padrão comum, já encenado na Indochina, na China e em algumas partes da América Latina. O

3. Ver Guillermo Correa, Julio Cesar Lopez e Ignacio Ramirez, "La capacidad de organismos campesinos..." e Antonio Jaquez, "De Torreon a la selva Chiapaneca," ambos em **Proceso** 897, enero 10, 1994.

4. As entrevistas foram realizadas em Chiapas, entre os dias 10 e 17 de julho de 1995.

que fez com que a revolta Zapatista parecesse nova foi o seu **timing** - ela ocorreu durante um período de recuo mundial da esquerda e, em especial, no momento em que os movimentos guerrilheiros da América Central estavam depondo as armas e entrando em negociações políticas com os neoliberais no poder.

Enfatizando a coincidência do movimento Zapatista com outras experiências revolucionárias, desejamos defender a idéia de que há uma continuidade de processos revolucionários anteriores, de influência Marxista; em segundo lugar, que as teorias e práticas Marxistas de ação exerceram uma importância contínua, que o Zapatismo não poderia ter sido assimilado por nenhuma concepção "pós-moderna" da política. **Em resumo, o movimento Zapatista combinou inovação e tradição:** ele não surgiu do nada, nem simplesmente reciclou fórmulas do passado. A natureza altamente política - mais especificamente anti-imperialista - do movimento era clara no **timing** da revolta. Conforme colocação de um líder Zapatista: "Com o NAFTA, ninguém, a não ser os ricos, irá se beneficiar. Nós entendemos isso e nos revoltamos."

A rígida estrutura da comunidade local, as normas e as íntimas relações interpessoais foram instrumentos que facilitaram as metas estratégicas esboçadas pela liderança guerrilheira. Isso ficou muito claro com relação às medidas de segurança adotadas durante o prolongado período de organização política. Segundo palavras de um líder Zapatista: "todos foram obrigados a parar de beber. Durante todo o período de 10 anos de clandestinidade da organização, foi importante evitar o álcool, sobretudo por razões de segurança, porque quem bebe, conta tudo."

O elemento surpresa e a capacidade que o movimento Zapatista tinha de evitar a repressão do Estado tem suas raízes nos vigorosos laços internos que possibilitaram organizar a longo prazo e em grande escala.

O movimento foi construído me-

diante a educação política e ação direta que resolveu os problemas imediatos das comunidades. Enquanto a organização do movimento guerrilheiro estava sendo realizada a longo prazo, não eram incomuns as invasões de terras, as quais eram oferecidas aos camponeses. Descrevendo a formação do movimento clandestino, o líder Zapatista também destacou que: "nós expulsamos os terratenentes e ocupamos as suas terras." Os laços sociais, confiança e disciplina acumuladas para metas estratégicas também serviram para solucionar problemas imediatos. Além do mais, **as pequenas vitórias foram erguendo um movimento maior, infundindo aos membros da comunidade a idéia de que eles eram capazes de ganhar a luta e mudar a sociedade.**

A comunidade e os líderes

A relação entre as comunidades e a liderança guerrilheira não deixa de ser problemática. Há diferenças e tensões. Diferenças em avaliações táticas e em necessidades sócio-econômicas.

Por exemplo, a invasão das comunidades Zapatistas pelo Governo em 7 de fevereiro de 1994, levou à destruição do abastecimento essencial de alimentos. Sob severa coação, alguns líderes dessas comunidades resolveram entrar em negociação com o governo para garantir o auxílio econômico, montando, dessa forma, uma estrutura paralela para as negociações guerrilha/governo. Isso fez com que outros líderes comunitários Zapatistas, e, obviamente, os líderes guerrilheiros, os denunciassem como "traidores".

Um segundo exemplo das diferenças táticas estava no próprio contexto das invasões pelo governo em fevereiro. O governo, fingindo "boa vontade" em iniciar as negociações, subitamente lançou uma grande ofensiva militar para desarticular o movimento guerrilheiro da sua base de sustentação social/política nas comunidades indígenas. Tendo ouvido sobre a aproximação militar, as milícias camponesas prepararam-se para resistir. Os líderes guerrilheiros aconselharam uma

"Enquanto a organização do movimento guerrilheiro estava sendo realizada a longo prazo, não eram incomuns as invasões de terras, as quais eram oferecidas aos camponeses".

"...as comunidades indígenas ensinaram aos intelectuais urbanos as especificidades das condições e necessidades das comunidades locais, enquanto que os intelectuais trouxeram a compreensão internacional, nacional, estratégica e político-militar".

"A voz e o voto das mulheres foram decisivos para mudar a natureza da retirada e, o que é mais importante, reflete o respeito e a consciência entre os milicianos de que eles precisavam consultar as mulheres sobre questões de sobrevivência e de guerra".

retirada tática: "Ele (o governo) nos enganou. Estávamos negociando e, de repente, o exército entrou. Sessenta mil. As pessoas queriam confrontá-los. Os "compañeros" perguntaram, 'por que eles (os guerrilheiros) os deixaram entrar?' Mas os *comandantes* disseram que não deveríamos lutar, que a sociedade civil não deseja a guerra e que nós não tínhamos por que morrer."

Para as milícias camponesas, a questão da guerra baseava-se na distinção moral entre "movimentos de boa fé" e "governos de má fé". A questão de um outro caso de quebra de promessas, comportamento desonesto e enganoso estava à frente de tudo, aos olhos dos milicianos. Para os guerrilheiros, considerações políticas e de estratégia militar eram mais importantes: a reação da sociedade civil, a correlação das forças político-militares a nível nacional, a acumulação de apoio político. Em última análise, a autoridade dos Comandantes - caso não fossem os argumentos - era decisiva. As comunidades camponesas retiraram-se para as montanhas, permitindo que os militares ocupassem as suas aldeias. A resposta espontânea das milícias camponesas contrasta com os cálculos políticos dos líderes da guerrilha. Mas, a confiança mútua levou, em essência, à decisão mais correta: recuar ante as forças avassaladoras para lutar em outro dia. Em um sentido, a resolução das diferenças poderia ser tomada como um exemplo de decisões comunitárias sendo passadas por cima pelos líderes guerrilheiros. No entanto, é bem provável que a decisão tenha sido produto de um debate democrático e de um acordo mútuo de que recuar era a posição mais realista e ia ao encontro dos melhores interesses da comunidade.

Tomada de decisões comunitárias

As transformações nas comunidades, operadas pela sua politização, manifestam-se nas **mudanças dramáticas nas relações de gênero** e nas tomadas de decisões comunitárias. Da mesma forma que há debates democráticos entre os líderes milicianos e

os *Comandantes*, há também, dentro das comunidades, debates e discussões sobre diretrizes. Por exemplo, depois de tomada a decisão de recuar ao invés de resistir à invasão do Exército, havia uma segunda questão: as mulheres também deveriam retirar-se ou permanecer na vila? Na votação inicial, os homens decidiram que eles se retirariam e que as mulheres deveriam permanecer. As mulheres rejeitaram essa proposta e mudaram a votação com sucesso. Um líder comunitário descreveu o processo da seguinte maneira: "Nos reunimos em assembléia geral e decidimos que nós, os homens, iríamos para as montanhas. Mas as mulheres insistiram dizendo que também queriam ir, e, assim, nos retiramos todos. Ficamos escondidos nas montanhas do dia 10 de fevereiro até o dia 2 de março." A voz e o voto das mulheres foram decisivos para mudar a natureza da retirada e, o que é mais importante, reflete o respeito e a consciência entre os milicianos de que eles precisavam consultar as mulheres sobre questões de sobrevivência e de guerra.

As mudanças nas relações de gênero manifestam-se claramente na resposta dada pela comunidade quanto à incorporação das mulheres no exército guerrilheiro e aceitação de igualdade sexual nas montanhas: "Muitas jovens foram para as montanhas. A comunidade viu isso com bons olhos, porque elas estavam lutando por todos nós. Nas montanhas elas receberam anticoncepcionais e, se desejassem casar, faziam-no lá mesmo. Lá participavam, como os homens, de tudo, até mesmo comandando tropas." No que diz respeito às práticas democráticas das comunidades locais, as assembleias tradicionais incorporaram as propostas modernas de igualdade de gênero dos ativistas urbanos, como é o caso do reforço complementar da tomada de decisões democrática.

A antissubversão contra a solidariedade

A asserção do Governo de que todos os extremistas intrusos estavam

manipulando as comunidades locais e explorando as suas injustiças, contradizia a sua estratégia anti-subversiva, a qual fundamentava-se na suposição de que havia profundos vínculos entre as comunidades, baseados em laços familiares, de classe, étnicos e comunitários. A invasão do Exército, em fevereiro, destinava-se, por um lado, a minar os laços econômicos entre as comunidades e os guerrilheiros, e, por outro, minar também o apoio político-militar que as comunidades ofereciam aos guerrilheiros, em seus esforços de recuperar a terra dos grandes terratenentes. A principal tarefa dos militares era minar e destruir o abastecimento de alimentos, lavouras, e os implementos agrícolas das comunidades. O propósito era cortar o suprimento de alimentos das comunidades e destas para os guerrilheiros. Ao mesmo tempo, deixando as comunidades com fome, o governo pretendia criar a dependência indígena-camponesa da caridade do Estado, bem como o isolamento dos guerrilheiros. Com a iminência da fome a pairar sobre as aldeias, o governo esperava dividir as comunidades, levando-as às negociações paralelas e, dessa forma, minando as bases dos guerrilheiros. Um líder comunitário descreveu o processo da seguinte maneira: "O exército tomou tudo que tínhamos: destruiu os encanamentos de água potável, a eletricidade, o gado, a comida. Mas aqui, nesta comunidade, os oficiais que querem subornar os camponeses não entram. Se eles vierem, nós os levamos para as montanhas, para que eles vejam como é a coisa. Nós somos a base de apoio dos guerrilheiros. Nós alimentamos todos eles. Depois veio bastante ajuda e pudemos descansar um pouco. Agora as condições são muito ruins. O Exército levou tudo e não podemos plantar porque não temos sementes; tampouco podemos vender ou comprar o que precisamos. Levaremos dois anos para nos recuperar do golpe (a invasão) que o Exército nos deu. Os homens estão na guerra e isso está atrasando a colheita."



Exército Zapatista de Libertação Nacional

A ligação entre o exército guerrilheiro, as milícias comunitárias e a comunidade baseia-se na sobreposição dos vínculos familiares, comunitários e pessoais, os quais reforçam a solidariedade de classe, social e política. A política repressora do governo destina-se precisamente a gerar conflito e competição pelos escassos recursos entre as famílias, comunidades e guerrilheiros. É evidente, no entanto, que essa estratégia obtém apenas sucesso limitado. A solidariedade de classe, étnica e comunitária impôs severas limitações à estratégia de cooptação. Os laços guerrilha-comunidade persistem, apesar do corte de suprimentos pelo Exército e de seus esforços para acabar com a cooperação.

O uso da força pelo Estado revela mais uma das mudanças básicas resultantes da consolidação do movimento Zapatista: o fim da hegemonia dos proprietários de terra. Estes não conseguem, sozinhos, controlar a região, pois também dependem de recursos locais. Eles podem sobreviver contanto que os militares protejam permanentemente as suas propriedades. Quando os militares se retiram das fazendas, os proprietários levam o que podem carregar e partem. Os camponeses Zapatistas rapidamente reocupam o terreno. Como observou um líder camponês: "Com a invasão do

"Não pode haver acordo de paz sem resolverem as questões agrárias: reforma agrária, crédito, comercialização, preços, etc. As questões de desarmamento e democratização, ou processos eleitorais mais participativos dependem, antes de mais nada, do atendimento das reivindicações camponesas de terra e justiça".

Exército vieram os grandes terratenentes (*finqueros*) e levaram embora o gado que antes não haviam podido retirar." A disputa pela hegemonia foi resolvida em favor dos camponeses, apesar da presença militar. É interessante observar que o Exército não estava disposto a montar guarda permanente para os fazendeiros, apesar da hostilidade do regime com o movimento Zapatista.

A novidade do movimento Zapatista

O movimento Zapatista é essencialmente um movimento guerrilheiro que depende das comunidades camponesas. Ele não possui um "braço civil". Diferentemente de outros exércitos guerrilheiros da América Central, os *Comandantes* devem consultar as comunidades. E as comunidades são inflexíveis em um ponto. Não pode haver acordo de paz sem resolverem as questões agrárias: reforma agrária, crédito, comercialização, preços, etc. As questões de desarmamento e democratização, ou processos eleitorais mais participativos dependem, antes de mais nada, do atendimento das reivindicações camponesas de terra e jus-

tiça. Nesse sentido, os Comandantes Zapatistas são fundamentalmente diferentes dos salvadorenhos, guatemaltecos e nicaraguenses, os quais trocaram as questões agrárias e a luta armada pela inclusão no processo eleitoral. O resultado final disso foi a ascensão dos ex-guerrilheiros (no Parlamento, ONGs, Prefeituras e outros cargos), enquanto os camponeses ficaram na mesma condição de pobreza, sem terras. Enquanto os outros Comandantes da América Central rebaixaram a questão da reforma agrária para uma posição secundária ou ainda inferior, para garantir um lugar no processo eleitoral, dizendo que a "democracia" era a condição "básica" para garantir a reforma agrária, na prática, o processo eleitoral simplesmente confirmou o Direito ao poder e ao controle da terra. A reforma agrária desapareceu na medida em que uma reivindicação central substituída pela agenda neoliberal promovida pela direita dominou os parlamentos e as presidências.

Ao contrário disso, em Chiapas, as comunidades organizadas insistem na reforma agrária e em novas regras democráticas baseadas em seu próprio exército como parte integrante das negociações. O desarmamento não é uma condição de um acerto negociado; ao invés disso, o acerto de questões sócio-econômicas básicas é condição para as eleições e para o desarmamento. Conforme declarações posteriores de um líder camponês: "Não vamos nos render nem depor as nossas armas. Pela forma como se porta o governo, vamos negociar ou lutar. Aqui, na comunidade, fazemos as nossas próprias regras e aplicamos as nossas próprias leis. Aqui, não há regras do governo."

A autogestão pelas assembleias comunitárias é o melhor antídoto contra o mando vertical dos *Comandantes* da América Central que permitiu que eles impusessem a sua agenda político-eleitoral aos seus partidários camponeses. Nesse sentido, Chiapas é realmente um novo tipo de política, com uma nova agenda sócio-econômica.

Manifestação pela paz. Cidade do México, fevereiro de 1995.



Reforma

Da crise mexicana às políticas neoliberais na América Latina

Luis Javier Garrido, cientista político e jurista mexicano, é docente e pesquisador da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Autor dos livros **O Partido da revolução institucionalizada** e **A ruptura**, é articulista do jornal **La jornada** e tem escrito para revistas européias, norte-americanas e latino-americanas. Garrido tem se destacado por suas posições contundentes em relação ao surgimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional e ao colapso financeiro do México. É vice-presidente do Conselho Nacional Democrático (CND), que reúne várias instâncias da sociedade com a finalidade de democratizar o estado mexicano. Essa entrevista foi realizada em outubro de 1995, durante a comemoração dos 20 anos da Apufsc-SSind, pelos professores Nildo Ouriques, Waldir José Rampinelli e pela jornalista Jeana Santos. A transcrição, tradução e notas são do professor Waldir José Rampinelli.

Plural: Como o senhor explica que o México tenha vivido tanto tempo (desde 1929) sob o domínio de um partido de Estado e que, a partir de 1982, parcela significativa deste mesmo partido tenha aderido à estratégia neoliberal ?

Garrido: O México tem o regime mais *sui generis* da América Latina, com uma grande longevidade, já que começou a construir-se desde 1929, em torno de um partido de Estado que sustentou um regime presidencialista, no qual o titular do Executivo concentrou não apenas as faculdades constitucionais, mas também uma enorme quantidade de faculdades reais que permitiram impulsionar políticas de todo tipo. De maneira especial, nas décadas dos 30 e 40, os presidentes mexicanos se preocuparam em construir um Estado pós-revolucionário que apresentasse benefícios sociais para os setores marginais da população.

O sistema mexicano foi, no entanto, um sistema não-democrático. No interior do partido imperou a vontade presidencial. As eleições constitucionais foram ganhas sistematicamente através de manipulação fraudulenta e o partido impôs sempre sua vontade. Deste modo, o México não conheceu, ao longo do século XX, um regime democrático. Teve tão-somente um regime de partido de Estado com uma aparência de pluralidade democrática.

Este partido de Estado, que não teve uma vida democrática interna, edificou-se sobre os fundamentos de um corporativismo. Grandes setores da sociedade foram inseridos dentro do partido. O Estado mexicano não criou as organizações sindicais, mas obrigou-as a entrar no partido, exercendo através delas um controle muito estrito sobre as forças sociais. Este sistema, profundamente centralizado, presidencialista e de partido de Estado pôde implementar suas políticas de tal modo que em 1982, o presidente Miguel de La Madrid Hurtado começou a pôr em execução uma série de idéias que estavam em voga e que implicavam o desmantelamento do antigo estado de bem-estar social e a construção de um

novo tipo de estado, fundado na ideologia neoliberal. O Estado, então, deixou de intervir em muitos aspectos da vida social e teve início um processo de desmantelamento de uma série de instituições que haviam até o presente momento permitido uma estabilidade no país.

Começou-se a regredir no tocante à reforma agrária, iniciou-se um processo muito peculiar de privatização das terras, do desmantelamento do *ejido*¹ e da propriedade comunal, bem como da venda das empresas públicas. Processo este que se incrementou durante o governo de Carlos Salinas de Gortari, a partir de 1988.

Os gastos públicos com obras sociais foram reduzidos e iniciou-se o desmantelamento de todo o sistema público de salários. Igualmente as universidades públicas estão sendo desmanteladas. A Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM), que foi a que mais alunos teve em toda a América Latina (chegou ao redor de 400.000 matrículas) sofreu uma redução em seu orçamento, chegando hoje a ter somente 250.000 estudantes.

Tudo isso gerou no país uma profunda mobilização de resistência e oposição a tais políticas. Embora sendo esta mobilização ainda incipiente, conseguiu-se pôr obstáculos às idéias neoliberais. Na UNAM, por exemplo, há o movimento dos "estudantes rejeitados", que não foram aceitos pela Universidade devido à redução de matrículas.

Enquanto que nos Estados Unidos de cada 10 estudantes que aspiram ao "bacharelato" 8 são admitidos, no México ocorre o inverso, ou seja, de cada 10 estudantes que desejam o "bacharelato" 8 são rejeitados.

Na realidade, estão se fechando as portas da Universidade para a juventude. Enquanto que na Europa a tendência é o aumento das matrículas, no México é a redução das mesmas, à exceção das universidades privadas.

Plural: Não há movimentos de oposição às políticas neoliberais do governo em outros setores da população?

1. A constituição mexicana de 1917, por obra e luta de Emiliano Zapata e seus seguidores, criou o *ejido*, ou seja, terras comuns usadas pelos camponeses dos povoados, cujos lucros eram divididos entre seus trabalhadores. Este modelo de propriedade comunitária (até 1992 existiam cerca de 28 mil *ejidos* no país) garantia aos camponeses ao menos uma produção de subsistência, já que tais terras não podiam ser vendidas, arrendadas ou hipotecadas.

2. Movimento de pequenos, médios e grandes agricultores, assim como de comerciantes e empresários que viram suas dívidas com os bancos crescer de maneira assustadora após o colapso financeiro de 20 de dezembro de 1994. O Barzón defende o não-pagamento dos empréstimos contraídos.

3. Partido de Ação Nacional, criado na década de 30 e com fortes vínculos à Igreja Católica, defende um projeto político tipicamente conservador.

4. Partido da Revolução Democrática, criado após as eleições presidenciais de 1988, tem se caracterizado como um partido de oposição ao atual regime político.

5. Partido Revolucionário Institucional, antes denominado Partido Nacional Revolucionário (PNR) e Partido da Revolução Mexicana (PRM), está no poder desde 1929, sendo um partido de Estado que tem se caracterizado pelo uso sistemático de fraudes e assassinatos para dominar a política do país.

Garrido: Sim, há. Existem movimentos sociais que rejeitam as políticas neoliberais. É o caso do movimento dos agricultores que se endividaram durante o governo de Carlos Salinas de Gortari. Eles criaram o "Barzón"². São milhares de agricultores que se negam a pagar as altas taxas de juros que os bancos querem cobrar.

O movimento apoia-se neste princípio para rejeitar os juros que os bancos privados estão cobrando de seus possíveis devedores. Está, portanto, aparecendo no país uma resistência ao velho partido de Estado.

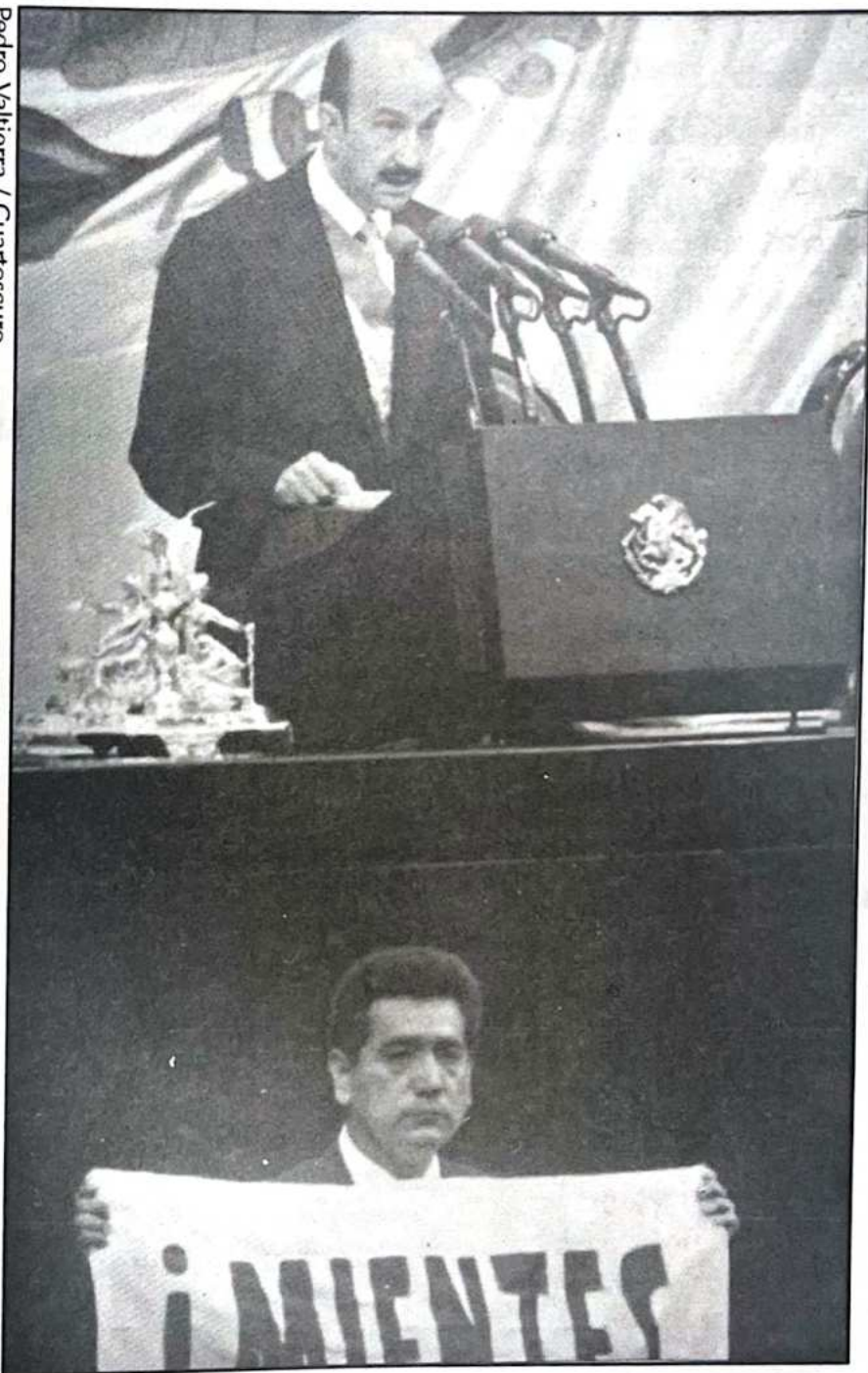
No aspecto político há um velho conflito, pois no México nunca se solidificou um partido moderno, estável e transparente em seu sistema eleitoral. As eleições têm sido sistematicamente fraudulentas e isto tem impedido que a oposição cresça. Não temos hoje mais que uma oposição de centro direita que é o PAN³ e uma formação de centro esquerda, o PRD⁴, (surgido de uma dissidência do PRI⁵), que tem encontrado muitos obstáculos para crescer. Durante o governo de Salinas de Gortari, mais de 300 militantes do PRD foram assassinados pelo governo. E as cifras dos 10 primeiros meses de Zedillo são ainda mais dramáticas, já que foram eliminados mais de 100 membros deste partido. Tais crimes são cometidos por funcionários públicos, por caciques e por dirigentes amparados pelo sistema.

Somente no Estado de Chiapas, onde houve eleições no dia 15/10/95, três candidatos do PRD foram mortos. É uma política de Estado que tenta impedir o crescimento e o desenvolvimento da oposição.

Tudo isso gerou um ambiente de crítica ao poder público. Deste modo, à crise econômica se está juntando uma gravíssima crise política. O governo de Zedillo tem oferecido uma reforma política, chamada de Reforma do Estado. E o que se vê é o **desmantelamento das bases do velho estado pós-revolucionário mexicano e a implantação de um estado neoliberal**. Não se trata apenas de dismantelar o Estado para desregular a vida social,

"Durante o governo de Salinas de Gortari, mais de 300 militantes do PRD foram assassinados pelo governo. E as cifras dos 10 primeiros meses de Zedillo são ainda mais dramáticas, já que foram eliminados mais de 100 membros deste partido".

Pedro Valtierra / Cuartoscuro



Salinas em seu último pronunciamento no Congresso. Abaixo, o deputado opositor Félix Salgado.

"São praticamente dois Méxicos: um com os velhos problemas tradicionais, profundamente atrasado, com um caciquismo tradicional, com grandes concentrações de terras, onde a reforma agrária não se tornou uma realidade, com profundas injustiças sociais, onde os camponeses indígenas têm vivido sem ter os mais elementares direitos individuais e sociais, sendo tratados não como cidadãos, mas como animais; e, por outro lado, um México moderno, onde as expectativas de desenvolvimento geram estas crises..."

mas sim de construir novas regras para sustentar as normas políticas.

Neste contexto aparece o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) apresentando reivindicações fundamentais, tais como, que o país transite para um regime político democrático. Daí a insistência dos Zapatistas na renúncia de Carlos Salinas de Gortari, a convocação de novas eleições, a criação de um governo de transição, a escolha de um Congresso Constituinte e a refundação da República.

Esta demanda seria a transição para um outro regime político. No entanto, as autoridades têm rejeitado tais demandas.

Plural: Então Vargas Llosa tem razão quando afirma que o México é uma ditadura perfeita, isto é, faz tudo o que as outras fizeram, e no entanto mantém uma aparência democrática?

Garrido: É certo. O México tem um regime totalmente *sui generis*. Tem sido objeto de muitas interpretações pelos politólogos e todos concordam com o caráter não-democrático do regime político mexicano. Não se conhece a alternância política, desde 1929, para estabelecer um regime de liberdade de imprensa e não de monopólios que controlam a maior parte da informação, quer na imprensa escrita ou televisada.

Há também dificuldades enormes no país para se ter um sindicalismo livre e independente que represente os trabalhadores, bem como partidos políticos de oposição. Há todo um cenário de violência política gerada pelo próprio poder. E esta violência tem se tornado mais intensa desde o momento em que os tecnocratas neoliberais assumiram o governo em 1982. Chegaram com uma promessa de modernizar o Estado, porém ao contrário fizeram retroceder a uma etapa que já se imaginava superada.

O homicídio do candidato presidencial Luis Donaldo Colosío mostrou que o grupo que governa o país resolve seus problemas internos por meio da violência. Então, longe de moder-

nizar o Estado e seus aparatos políticos, há um regresso a um passado de violência.

Plural: Por que faliu financeiramente o México? Afinal de contas ele era apresentado pelo "estado imperial" como um paradigma para a América Latina e todos queriam ser o México. Além do mais, qual tem sido a posição da classe trabalhadora e da burguesia industrial diante da falência financeira do Estado?

Garrido: O México, desde 1929, compartilhou boa parte da realidade latino-americana. Nunca teve um projeto econômico que permitisse um desenvolvimento harmônico da sociedade. O capitalismo mexicano, no entanto, permitiu, em algumas etapas de nossa história projetos de reformas sociais que amenizaram um pouco as injustiças sociais. Mas, não se pode dizer que houve um projeto econômico exitoso no país. Houve sim, uma certa estabilidade financeira, um crescimento contínuo, um aumento das ofertas de trabalho, e isto permitiu a estabilidade mexicana, que chamava a atenção em outras partes da América Latina.

A mudança brusca do projeto econômico a partir de 1982, apoiado no autoritarismo do estado neoliberal para implementar tais medidas, gerou, no social e no político, tensões muito maiores, não acontecidas em outros países latino-americanos. Ao mesmo tempo se concebeu a idéia de que seria possível enfrentar todas estas mudanças de maneira muito brusca. Por exemplo, no governo de Salinas, o desmantelamento do estado de bem-estar social, as privatizações, etc, avançaram de uma maneira muito rápida, gerando grandes expectativas em muitos setores. Além do mais, não houve uma discussão pública de tudo o que se estava fazendo. A sociedade mexicana estava sendo enganada sobre o que realmente estava acontecendo. Muitos setores capitalistas acreditavam estar frente a uma nova realidade. De tal modo que este projeto, que não difere muito de outros que estão sendo implantados nos demais países da

6. Estes estados, juntamente com outros, formam o cinturão da miséria no México.

América Latina, entra em crise em 1994 porque muitas destas medidas neoliberais foram subordinadas às necessidades do sistema político.

O governo de Salinas, dentro da ótica neoliberal, não tomou algumas medidas que seriam necessárias, como a desvalorização do peso e um anúncio mais claro do que estava acontecendo, exatamente para deixar todos estes problemas a seu sucessor.

Esta omissão por parte do governo mexicano para com seu povo é o que se cobra agora. O problema mexicano é que não existe hoje um projeto nacional de desenvolvimento. Salinas apostou no desenvolvimento do país com base em um capital "golondrino", especulativo, favorecendo os títulos de alto rendimento que não se comprometem com investimentos estáveis e de interesse coletivo e que não criam a expectativa de um crescimento estável e duradouro no país. O estado deixou de ser a força-motriz da economia e muitas empresas, principalmente as pequenas e médias, entraram em um processo de falência.

E os consórcios internacionais têm se mostrado incapazes de apresentar um projeto harmônico e real de desenvolvimento. De tal maneira que a pobreza no México, como no resto da América Latina, começa a aparecer nas ruas, já que milhares de trabalhadores ficaram desempregados. O México ainda tem uma válvula de escape, que não existe nos demais países latino-americanos, que é a facilidade de os trabalhadores mexicanos ingressarem nos Estados Unidos. O México tem a imigração mais importante da América Latina. Se a fronteira, de mais de 3.000 km, fosse totalmente fechada, com certeza grandes convulsões sociais tomariam conta do país. Portanto, esta válvula de escape, que agora está em crise pela xenofobia norte-americana, resolveu em parte o problema. Porém, num futuro muito próximo, acarretará grandes problemas.

A isto se agrega a entrada do México no Tratado de Livre Comércio (TLC), mais conhecido aqui por NAF-

TA, juntamente com os Estados Unidos e o Canadá, o que acarretou a falência de inúmeras empresas que antes eram muito estáveis dentro da economia mexicana. O novo modelo, longe de resolver os problemas sociais, gerou conflitos que não conhecíamos.

São praticamente dois Méxicos: um com os velhos problemas tradicionais, profundamente atrasado, principalmente nos estados do sul (Oaxaca, Chiapas, Tabasco, Vera Cruz e Puebla)⁶ onde parece que o tempo se deteve no século XVI com um caciquismo tradicional, com grandes concentrações de terras, onde a reforma agrária não se tornou uma realidade, com

"Ernesto Zedillo, como Carlos Salinas, são integrantes de uma mesma equipe. São um grupo de jovens economistas formados nos Estados Unidos, e homens de confiança das multinacionais, não representando, nem remotamente, as aspirações dos mexicanos. Este grupo tem trabalhado como verdadeiro cão de guarda dos interesses transnacionais".

Jorge Nunes/Sipa Press



Ernesto Zedillo, comemorando sua eleição como presidente do México, em agosto de 1994.

- ✓ 7. Refere-se ao apoio dado pelos conservadores mexicanos à instalação do império de Iturbide, alguns meses após a proclamação da independência, como também ao império do austríaco Maximiliano de Habsburgo, que reinou de 1864 a 1867.
- ✓ 8. Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI) é um órgão integrado por representantes de várias etnias do estado de Chiapas, ao qual cabe as decisões máximas sobre a atuação do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

profundas injustiças sociais, onde os camponeses indígenas têm vivido sem ter os mais elementares direitos individuais e sociais, sendo tratados não como cidadãos, mas como animais; e, por outro lado, um México moderno, onde as expectativas de desenvolvimento geram estas crises, que nos foi imposto pela força do modelo que não é viável para a América Latina.

Plural: O neoliberalismo passa por uma grande crise. E por que, no entanto, continua sendo o projeto dominante em nosso continente?

Garrido: No México, não houve um regime democrático ao longo do século XX e tampouco uma cultura de debates dos grandes problemas coletivos. O autoritarismo relegou os mexicanos, que viveram sem conhecer os seus direitos de cidadãos. E agora vê-se um despertar que todavia é muito lento no país. Criou-se a cultura da não-participação e da incapacidade de produzir organizações democráticas que defendam seus interesses.

De tal maneira que as novas políticas neoliberais foram implantadas graças a um sistema político autoritário. E agora, muito lentamente, começa-se toda uma discussão sobre o poder e a organização do Estado, que antes desconhecíamos. Porém, o velho sistema corporativo está atuando através de seus sindicatos profundamente vinculados ao poder público, funcionando como instrumentos de controle de todo este México organizado.

Plural: O senhor escreveu um artigo no jornal "La Jornada", de 21/07/95, no qual afirma que "Ernesto Zedillo poderia dar uma virada na história mexicana e levar o país a um Estado de direito por um caminho que muitos não imaginam: apresentando sua renúncia". Não teríamos, então, um zedillismo sem Zedillo, como já se tem um salinismo sem Salinas?

Garrido: Ernesto Zedillo, como Carlos Salinas, são integrantes de uma mesma equipe. São um grupo de jovens economistas formados nos Estados Unidos, e homens de confiança das multinacionais, não representando

do, nem remotamente, as aspirações dos mexicanos. Este grupo tem trabalhado como verdadeiro cão de guarda dos interesses transnacionais, não tendo vinculação com as organizações políticas do país e muito menos com seu próprio partido, o PRI.

A renúncia de Zedillo, a meu juízo, responderia a esta ilegitimidade com que ele chegou ao poder em 1994, em uma eleição presidencial profundamente "amaçada" e com um processo não-democrático. A renúncia abriria a possibilidade para uma transição política, já que geraria no interior do PRI um debate que nunca aconteceu entre os setores priistas, dirigentes sindicais e políticos. E permitiria uma recomposição das forças políticas e sociais no país.

Agora, os homens que estão no poder têm o apoio do governo norte-americano e do sistema financeiro internacional e é muito difícil que o deixem, a não ser por meio de uma grande mobilização social.

No entanto, os mexicanos, ao longo da crise pela qual atravessam, estão tomando consciência da falta de legitimidade de suas autoridades em todos os níveis no país. E isto vai se agravando, juntamente com a crise econômica.

Plural: Fazendo um paralelo entre o México e o Brasil hoje, como o senhor vê o nosso país? Para onde caminha o Brasil?

Garrido: O México teve um sistema político muito diferente ao do Brasil. Enquanto o México apresenta um Estado com um fundamento corporativo muito forte e um sistema de partido eleitoral não-democrático, o mesmo não ocorre no Brasil.

Por outro lado, as políticas neoliberais foram introduzidas com muita velocidade no México, o que não ocorre no Brasil. Aqui há um gradualismo maior na implantação de tais políticas. No México, por exemplo, se desmantelou o setor público mais importante que havia na América Latina, como empresas públicas, bancos, etc. Porém, ainda continua como estatal a PEMEX, que foi o símbolo do México

livre, soberano e independente.

O Brasil não produziu mudanças tão violentas como no México. No México, as políticas neoliberais estão produzindo uma concentração da riqueza do país nas mãos de 24 famílias, com a desapareição da classe média, um empobrecimento dos trabalhadores e o fim dos benefícios sociais. O Brasil, a longo prazo, parece encaminhar-se para esta mesma situação.

Plural: A crise mexicana tem levado o Partido de Ação Nacional (PAN) a colher bons resultados nas urnas. Isto se deve a uma onda conservadora que toma conta da América Latina ou a uma incapacidade do Partido Revolucionário Democrático (PRD) de apresentar uma alternativa ao atual Estado mexicano? E a possibilidade de partidos mais à esquerda serem alternativas viáveis?

Garrido: O sistema político mexicano não-democrático combateu as oposições de direita e esquerda, de tal modo que se poderia dizer que a força do sistema e do PRI estava na debilidade das oposições. Estas oposições estão fracas desde o poder público. A partir de 1988, o PAN entrou em um processo de aproximação com o governo de Salinas. E isto lhe trouxe enormes dividendos. Por exemplo, nos meios massivos de informação, o PAN deixou de ser um inimigo do regime. Os panistas deixaram de ser os herdeiros das piores correntes políticas do século XIX - por exemplo o intervencionismo,⁷ o apoio aos impérios de Iturbide e Maximiliano - transformando-se em uma opção clara para o país. Ao mesmo tempo, estes meios massivos de comunicação apresentam o PRD como um partido da violência.

Desta maneira, foi possível ao PAN ter uma imagem distinta na sociedade. Ao mesmo tempo, o governo de Salinas adotou a prática de negociar com os panistas nas eleições. Naqueles lugares onde as condições eram favoráveis ao PAN, houve negociação para que houvessem possibilidades de eleições menos adversas para os panistas.

O crescimento do PAN, portanto, foi uma estratégia do próprio PRI. Ao

final de seu mandato, Salinas aproximou-se do PAN, enquanto que o PRD sofria todo tipo de violência. O PAN, portanto, poderia ser uma opção de poder, caso o PRI se desmoronasse, ao passo que o PRD, jamais.

Plural: Dentro desta situação de partido de Estado, onde há uma construção consciente e sistemática de despolitização das maiorias nacionais, como o senhor vê o surgimento do Zapatismo e a possibilidade de que ele se transforme em uma corrente política?

Garrido: O Zapatismo surge oficialmente em 1º de janeiro de 1994, data em que entra em vigor o Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos e o Canadá. E constrói um fenômeno inédito no país, que não se conhecia desde os anos 70, questionando todo o projeto de desenvolvimento dos tecnocratas e todo o sistema político. Isto causou um impacto profundo na sociedade mexicana. São os setores menos favorecidos da população que recorrem às armas para transformar, social e politicamente, o país.

Os zapatistas têm um projeto político e econômico. E querem que ele seja discutido pela sociedade. O EZLN já conta com dois anos de duração e o governo tem sido incapaz de aniquilá-lo. Este movimento busca cada vez mais um respaldo na sociedade mexicana. As negociações dos zapatistas com o governo têm fracassado porque o governo não está disposto a ceder em matéria da propriedade da terra, de reformas sociais, etc.

O próprio "Comitê Clandestino Revolucionário Indígena"⁸ vê com muito ceticismo a possibilidade de avanços nas conversações com o governo. Por isso apresentou um projeto alternativo à sociedade, para que esta o debata como uma saída nacional. Com isto, deverá crescer a influência zapatista em todo o território nacional. No dia 27 de agosto de 1995, mais de um milhão de mexicanos se pronunciaram sobre o futuro do zapatismo.

Até o presente momento, a direção do EZLN anunciou que não deixará as

"EZLN tem mais apoio na Europa que na própria América Latina, porque significou uma opção nova e diferente de transformação da sociedade. Em um momento em que se julgava que a opção armada estava concluída, emerge com uma proposta profundamente renovadora".



Garrido, durante a entrevista na Apufsc-SSind

armas, o que significa dizer que não se transformará em um partido político. Continuará, pois, em pé de luta, enquanto não haja uma substancial mudança política e econômica.

O governo não conseguiu derrotá-los no campo militar, já que não são tão débeis como

muitos pensavam. Ademais, o EZLN não se limita a sua direção. No estado de Chiapas, há muitas organizações sociais que apóiam integralmente os zapatistas e que podem transformar-se em soldados a qualquer momento.

Na cidade do México, há mobilização de apoio aos zapatistas, com manifestações públicas toda vez que o governo tenta usar o exército no sul do país. Ademais, o EZLN tem mais apoio na Europa que na própria América Latina, porque significou uma opção nova e diferente de transformação da sociedade. Em um momento em que se julgava que a opção armada estava concluída, emerge com uma proposta profundamente renovadora. E esta proposta renovadora não implica na reconstrução de um estado socialista, mas uma forma de regime político social que deve ser discutido entre todos. **Muitos têm afirmado que o EZLN é a primeira revolução do século XXI.**

Plural: Não existe a possibilidade de que uma onda revolucionária tome conta da América Latina, a exemplo do ocorrido em Chiapas, já que as condições de nosso subcontinente são muito idênticas às mexicanas?

Garrido: No Paraguai, camponeses sem-terra estão ocupando latifúndios, vestidos à maneira zapatista e com um discurso muito semelhante ao dos indígenas chiapanecos. O que ocorre é que os zapatistas defendem demandas históricas de todos os povos latino-americanos. Suas reivindicações secu-

lares, como pão, saúde, educação, moradia, trabalho digno, terra, independência, liberdade, democracia verdadeira e paz.

Os povos da América Latina se apegaram a um discurso de reforma que durante décadas os tem enganado. Com isto, os zapatistas nos mostram que a solução pela via armada não está esgotada, nem neste continente e tampouco no resto do mundo.

A comunidade internacional reconhece como válidas as demandas. E os intelectuais, quando as reconhecem como válidas, mas não a via armada para alcançá-las, na verdade estão reconhecendo a via armada. Principalmente no México, que não se sustenta na legalidade e que tampouco tem legitimidade. De tal maneira que os zapatistas reivindicam direitos, quais sejam, de o povo tomar suas decisões, o princípio da soberania nacional e que afinal se cumpram todas as promessas da Revolução Mexicana de 1910.

O EZLN desperta mais interesse hoje fora da América Latina. Os textos do subcomandante Marcos e do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena têm sido largamente divulgados. Há edições completas das mensagens dos zapatistas na Espanha, na Grécia, na França, em Portugal e na Alemanha. Enquanto que em Chiapas já chegaram delegações de legisladores da Itália, da Espanha, da França, e intelectuais europeus, a presença da América Latina tem sido insignificante. Talvez isto ocorra pela nossa própria história e pela possibilidade de que aceitemos que os movimentos armados já passaram.

Plural: O Estado mexicano já começa em falar em transição. Considerando que há dois processos de transição no México, um comandado pelo EZLN e outro pelo Estado, até onde se pode dizer que temos um processo de mudança de baixo para cima, e até que ponto o processo comandado por cima pode esterilizar o outro processo, mais profundo e menos visível?

Garrido: O governo de Salinas che-

gou ao poder por meio da maior fraude eleitoral da história do México, em 1988. E a partir de então fez um discurso de transição para um novo regime político aberto. No entanto, Salinas não cumpriu sua promessa. E agora fala-se, ao se referir à transição à democracia, em reformas da lei eleitoral para permitir que o PAN também tenha a possibilidade de um maior espaço político. E isso foi tudo o que aconteceu. Deste modo, não vejo como se podem resolver todas as demandas de amplos setores da sociedade apenas com estas ofertas.

Plural: Para onde vai o México? Existe a possibilidade de um golpe de estado, já que a presença militar na vida do país vem crescendo?

Garrido: Desde 1929 não temos tentativa de golpe de Estado por parte das Forças Armadas. Os próprios governantes civis foram muito cuidadosos no uso do exército. Em 1968 foi chamado para reprimir o movimento estudantil. No entanto, pela lealdade de alguns oficiais ao governo civil, não aconteceu um golpe de Estado, como muitos pensavam.

O governo de Salinas, no entanto, convocou de maneira mais intensa os militares a assumir funções que não lhes correspondem constitucionalmente, como a luta contra o narcotráfico e particularmente o combate ao EZLN a partir de 1º de janeiro de 1994.

As informações que tenho é que, no interior das Forças Armadas, há um profundo descontentamento com os governos de Salinas e Zedillo. Se por um lado os militares são chamados para combater os zapatistas, por outro são acusados de desrespeito aos direitos humanos, tais como execuções sumárias, violação de mulheres, torturas, etc.

Também tem crescido a corrupção entre os militares e seu envolvimento com o narcotráfico. O *narco* penetrou na estrutura burocrática das Forças Armadas e este mecanismo de corrupção permitiu ao governo controlar os militares.

Plural: Grande parte da esquerda e de seus intelectuais já não fa-

lam mais de imperialismo. Pergunto como atuam os interesses imperiais norte-americanos no México, a partir de janeiro/94, tendo-se em vista a grande fronteira existente entre os dois países?

Garrido: É evidente que o levantamento armado de Chiapas constituiu um problema de segurança nacional para o governo dos Estados Unidos. Washington teve uma influência muito grande na tomada de decisões. Por exemplo, em fevereiro de 95, quando o governo de Zedillo rompe a trégua com os Zapatistas e resolve unilateralmente começar as hostilidades. Isto se dá por pressões muito fortes do governo norte-americano e grupos financeiros internacionais que reclamavam que, para continuar a investir no México, seria necessário 'pacificar' o problema de Chiapas.

Deste modo, há uma pressão dos mercados financeiros sobre a solução do conflito em Chiapas. O governo de Zedillo não tem nenhuma autonomia para a tomada de decisões em matéria política e econômica. Tais decisões são tomadas em Washington, inclusive as relativas à política interna. É um governo profundamente subordinado ao exterior.

O fato de que os intelectuais mexicanos tenham abandonado a noção de imperialismo obedece a certa moda intelectual. No entanto, as análises sérias sobre a problemática do México nos remete ao fenômeno imperialista. É a subordinação quase completa daquele que foi um dos Estados mais independentes da América Latina.

Finalmente, gostaria de dizer que o Estado mexicano deve servir de lição para os países latino-americanos. As formas brutais como implementaram as políticas neoliberais, desmantelando o estado nascido da revolução mexicana para ir fundando um novo estado neoliberal, deveriam ser referências para os estudiosos de outros países latino-americanos, já que o processo do México pode repetir-se, se não da mesma maneira, porém com alguns sinais no resto da América Latina.

"As formas brutais como implementaram as políticas neoliberais, desmantelando o estado nascido da revolução mexicana para ir fundando um novo estado neoliberal, deveriam ser referências para os estudiosos de outros países latino-americanos, já que o processo do México pode repetir-se, se não da mesma maneira, porém com alguns sinais no resto da América Latina".

El conflicto de Chiapas

Una prefiguración de América Latina en el siglo XXI

** Luis Javier Garrido, cientista político e jurista mexicano, é docente e pesquisador da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).*



*Jovens guerrilheiros do
Exército Zapatista de
Libertação Nacional*

El levantamiento armado de los campesinos indígenas del estado mexicano de Chiapas del 1 de enero de 1994 inició uno de los movimientos más notables de América Latina por su dinámica y sus tesis, que ha sido cubierto ampliamente por la prensa de los Estados Unidos y de Europa y que ha suscitado además múltiples estudios académicos y libros en esos países, pero que es paradójicamente poco conocido en América Latina pues se habla poco del él y con frecuencia con inexactitud, y Brasil no es la excepción. Las notas en la prensa son escasas y presentan muy frecuentemente los puntos de vista del gobierno mexicano pero no reflejan objetivamente lo que acontece. La **Folha de S. Paulo** el pasado 25 de octubre publicaba por ejemplo una nota en la que algunas de las afirmaciones no eran exactas.

Muchas son las cosas que no se dicen del conflicto de Chiapas y en primer lugar que es una rebelión muy profunda, anclada en las luchas indígenas de varios siglos, que demandan no solo respeto a su dignidad y el reconocimiento de sus derechos fundamentales, incluido el de la autonomía regional. Los indígenas choles, tzotziles, tojolabales y tzeltales del Ejército Zapatista de Liberación Nacional, que al grito de "¡Basta!" se alzaron contra el gobierno central tuvieron un planteamiento indígena, pero también demandas de carácter nacional, y por lo mismo han exigido que el gobierno de Ernesto Zedillo respete la Constitución mexicana, lo que le da un carácter único que hizo que un grupo de legisladores italianos la llamara "la primera Revolución del siglo XXI": un movimiento muy diferente de las demás revoluciones latinoamericanas de las últimas cuatro décadas. No hay que olvidar, por otra parte, que el levantamiento se produjo el primero de año de 1994, fecha de entrada en vigor del Tratado de Libre Comercio de América Latina (NAFTA) ya que se deseaba señalar el carácter depredador que las polí-

ticas neoliberales han tenido el medio rural mexicano.

No quiere ceder en nada

La rebelión de Chiapas, habría que subrayarlo, ha entrañado una guerra real, que ha cobrado muchas víctimas y que está solamente suspendida por una Ley votada por el Congreso mexicano en marzo de 1995, que obliga a ambas partes - los zapatistas y el gobierno - ha negociar pacíficamente la resolución del conflicto, lo que ya han empezado a hacer pues sus delegaciones han tenido desde mayo pasado ocho rondas de negociaciones en las poblaciones de San Andrés Larráinzar y San Cristóbal Las Casas. Es, pues, una guerra real y no "en el papel" y "a través del Internet", como afirmó en abril el Secretario mexicano de Relaciones Exteriores, José Ángel Curría, quien recorrió los países europeos, tratando de minimizar el problema para buscar inversiones foráneas en México. La intransigencia hasta ahora ha sido del gobierno mexicano, y ésto hay que enfatizarlo porque la propaganda gubernamental pretende hacer creer lo contrario. Los zapatistas se han sentado a la mesa de negociaciones y acompañados de sus asesores han negociado muy seriamente. Y es el gobierno el que prácticamente no quiere ceder en nada. Desde que se inició el conflicto no ha hecho inversiones significativas en materias de salud, de educación, de comunicaciones, de electrificación y Chiapas que es el primer productor de petróleo del país y genera el 40 por ciento de la energía eléctrica de la República, produce maderas preciosas, café y una amplia variedad de productos agrícolas sigue viéndose como el saqueo continúa.

La resolución del conflicto pasa por lo tanto necesariamente por la respuesta favorable del gobierno mexicano al pliego de demandas del ELZN, que comporta reivindicaciones locales y nacionales, y estas últimas son sin duda de la mayor importancia. México tiene uno de los últimos sistemas de Partido de Estado del siglo XX y es una convicción de muchos analistas que los

"Los zapatistas se han sentado a la mesa de negociaciones y acompañados de sus asesores han negociado muy seriamente. Y es el gobierno el que prácticamente no quiere ceder en nada".

"Los partidos políticos tradicionales han sido incapaces de propiciar el cambio democrático en México, y es por ello que el EZLN ha convocado desde un principio a la sociedad civil a que se organice e impulse la transición".

grandes problemas nacionales no podrán resolverse si no se dismantela al PRI que hasta ahora ha sustentado un sistema presidencialista, centralista y antidemocrático, que no concibe el derecho a la alternancia política y se funda en la violación sistemática de los derechos humanos (sobre todo de los más desposeídos) y en la impunidad de los gobernantes. México ha vivido en 1995 el traumatismo de las acusaciones contra el ex presidente Carlos Salinas de Gortari, a quien se le imputa no solo haber intervenido en los crímenes políticos que sacudieron al país en 1994, sino haberse enriquecido de manera ilimitada por el peculado y sus relaciones con los cárteles de la cocaína. Y todo esto ha fortalecido la idea de que es urgente un tránsito a la democracia, lo que entre otros efectos traería el de sentar las bases para resolver el conflicto de Chiapas, lo que hasta ahora el gobierno ha sido incapaz de hacer.

El conflicto de Chiapas está por lo tanto ahí y el EZLN tiene su fuerza militar intacta en Los Altos de Chiapas, las cañadas y la Selva Lacandona, apoyado por prácticamente un pueblo en armas (los "contingentes de apoyo") y es por lo mismo inexacto afirmar que ha sido ya doblegado: es simplemente un movimiento diferente, encabezado por un grupo armado que ha aceptado dialogar. No hay por lo mismo "victoria militar" posible para el gobierno mexicano, que ha militarizado el estado, donde hay más de 80 mil soldados, que han estado violando sistemáticamente los derechos humanos de los campesinos indígenas como lo han documentado **Amnesty International** y **Americas Watch**.

El EZLN le ha dado a los mexicanos el análisis más crudo y realista, pero también el más lúcido de la realidad nacional, pues no hay que olvidar que la crisis económica que se inició el 20 de diciembre de 1994 fue claramente prevista por los zapatistas. Ellos han tenido también una práctica política novedosa fundada en el principio de "mandar obedeciendo" y al insistir en que su movimiento es de carácter nacional han insistido en que su levantamiento es por todos los mexicanos: "para nosotros nada; para todos, todo", han señalado.

Hasta ahora los partidos políticos tradicionales han sido incapaces de propiciar el cambio democrático en México, y es por ello que el EZLN ha convocado desde un principio a la sociedad civil a que se organice e impulse la transición. La diferencia entre nosotros y el gobierno, escribía el Subcomandante Insurgente Marcos a un diario español el verano pasado, es que el gobierno mexicano quiere vencer y nosotros convencer. Así fue como a iniciativa de los zapatistas en agosto de 1994 se reunió en la selva Lacandona la Convención Nacional Democrática, que en agosto de 1995 se efectuó un plebiscito nacional sobre el futuro del EZLN y que a consecuencias del llamado del propio subcomandante Marcos del 27 de septiembre ahora se esté organizando a demanda de ellos un gran diálogo de la sociedad mexicana con ella misma. Gracias a los zapatistas de Chiapas, los mexicanos han logrado recobrar un derecho que no ejercían: el de las armas de la crítica.

Um raro conto, cujo tema é o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, é a especial contribuição do escritor paranaense **Domingos Pellegrini Júnior**, um best-seller nacional de qualidade. O segundo texto é do catarinense **Amilcar Neves**, contista que já recebeu vários prêmios nacionais. Para encerrar, poemas do baiano **Ruy Espinheira** e umas "memórias" a respeito da educação e das artes no Chile em 1970, nos tempos de Salvador Allende. E, de Belém do Pará, um conto de **Luiz Otávio Bandeira Gomes**.

Raimundo C. Caruso

Domingos Pellegrini Júnior

Notório agitador e organizador cultural dos anos 70, **Domingos Pellegrini** é hoje um dos mais importantes contistas brasileiros. Nasceu em 1949, em Londrina, norte do Paraná, e formou-se em letras Anglo-Portuguesas. Também é poeta - vide **Conversa clara** - e recebeu quatro prêmios nacionais com os livros **Paixões**, **O homem vermelho**, **As sete pragas** e o juvenil **As batalhas do castelo**. Seu endereço é Praça Gabriel Martins, 39, CEP 86010-080 - Londrina - Paraná.



O dia em que morreu Getúlio

de Domingos Pellegrini Júnior



O menino balançava na rede, com pijama de flanela. Não podia sair ali da varanda. Não podia pular. Não podia correr.

Um cachorro preto foi fuçar o lixo na rua, o menino enfiou dois dedos na boca e assobiou, a cachorro parou alerta, depois continuou fuçando. O menino assobiou de novo, o cachorro derubou a lata, ficou cheirando o lixo deramado, o menino assobiou mais forte. A vó veio da sala, acalçou a mão na boca dele sem dizer nada, voltou depressa. O rádio falava na sala, o cachorro desceu a rua.

Não podia nem assobiar. Ficou cuspingo, quebrando o lacre da boca. Não podia mais nem assobiar. Melhor morrer duma vez. Mas nisso a vó apareceu na varanda, zanzando atrás de alguém para contar uma coisa. Foi até o portão, parou, barata tonta, voltou apertando uma mão na outra. Ele pulou da rede com cuidado, estava sarando duma caxumba e a vó tinha prevenido: Você pula, essa caxumba desce, moleque, você acaba aleijado - então ele pulou com cuidado e perguntando o que foi, vó, mas ela respondeu mais falando pra si mesma:

- O Getúlio morreu, meu Pai do Céu, o Getúlio morreu. E tornou a entrar atarrantada, como se um despertador disparasse e ela tivesse que desligar. Ficou rodando pela casa como se o despertador estivesse em todo canto, abriu a gaveta da cômoda, olhou tudo que tinha dentro e fechou sem pegar nada, sentou e levantou de novo, ele atrás, andando devagar porque se a caxumba descesse, diziam, o saco ficava de tamanho de um repolho, e roxo.

A vó tornou a ligar o rádio e, no lu-

gar da novela, ficou ouvindo uma música com jeito de igreja. Mudou de estação, mesma coisa. Até que achou um locutor falando muito apaixonado, ficou ouvindo depois encostou a cabeça na parede, sentada com as mãos no peito. As papadas do pescoço esticaram e o menino viu as dobras da pele entupidas de poeira suada, ficou com nojo da velha.

Dava pra ouvir as moscas, até que buzinaaram na rua e ela tornou a levantar agoniada. Que Getúlio é esse, ele foi atrás dela perguntando, mas ela só foi responder no quintal, recolhendo os lençóis - É o presidente, morreu o presidente do Brasil.

Respondeu tão séria que ele cresceu na hora. Diabo, tinha morrido o presidente do Brasil. Ficou parado, vendo a



velha lutar contra o vento nos lençóis. Tinha morrido o presidente, dissera ela, como se falasse com um homem. Tinha morrido o presidente e ele era, de alguma forma, responsável. Entrou em casa, atravessou os cômodos como um velho, foi sentar na rede. Com que, então, morrera o presidente.

Veio a velha e também sentou na rede, ficaram olhando a rua. Ela sempre passava os lençóis depois de tirar do varal. Agora não, vinha ficar ali esfregando os dedos. Teu pai é capaz nem sei do quê, disse. Ele não perguntou do quê, não era mais criança pra ficar com tanta pergunta. Diabo. Morrera o presidente e ali estava ele com aquela responsabilidade, não sabia o que dizer, disse: - Vai deitar um pouco, vó.

Ela foi ligar o rádio. Um homem discursava, depois começou a chorar e o locutor continuou. O palácio do Catete era um mar de lama, disse o locutor, e Getúlio descobriu, se desgostou. O menino deitou e se enrolou na rede, ficou respirando abafado e ouvindo longe o rádio, as buzinas; alguém passou chutando uma lata. Tinha morrido Ge-

túlio, O portão rangeu. Ouviu passos, abriu uma fresta e ali estava o pai em pé, a roupa de brim borrada de tintas.

- Morreu o Getúlio, você sabe quem era o Getúlio?

O menino fez que sim e ficaram se olhando sem falar mais nada, com aquela palavra no ar, Getúlio. Getúlio, um homem gordo de chapéu, com cachorro preto, andando num palácio com lama até os joelhos. O vento bateu numa janela, o pai piscou, tirou dinheiro do bolso:

- Vai me buscar uma garrafa de pinga.

A velha apareceu na porta:

- Ele tá de resguardo.

O pai pegou no pescoço do menino, apalpou, disse que a caxumba já sumira. Ele que fosse devagar. Pela sombra.

- E volte já.

Ele pegou uma garrafa no caixote, foi. Virou a esquina, podia correr. Não correu. Tinha morrido Getúlio. Foi pelo sol, devagar.

No bar tinha saqueiro só de calção, a cabeça branca de farinha.

- Por mim pode chover, pode encharcar tudo, falava, apontando com o queixo um caminhão na rua, metade da carroceria com sacos de farinha.

- Vai descarregar aquilo, rapaz, melhor pra você, o homem do bar falou botando pinga. O saqueiro pegou o copo. - Por mim pode encharcar tudo. E mirou bem o copo: - O homem morreu, gente. Vichi. Bebeu e cuspiu.

- O homem fundou o PTB, mataram ele.

- Suicidou, disse o homem do bar.

- Mataram. Ficou do lado do trabalhador, mataram ele.

Entrou o italiano da padaria. O saqueiro não ia descarregar o resto do caminhão? Vinha chuva. Hem? A farinha ia encharcar.

O saqueiro quieto.

- Já cansei de falar, disse o homem do bar. Diz que por ele pode encharcar, porque o Getúlio morreu.

O italiano parou na frente do saqueiro - Tá pensando o quê, caboclo, hem? O saqueiro enfiou a mão no peito dele e empurrou, o italiano foi parar na cal-



çada. O saqueiro apontou o dedo branco de farinha: - Olha o respeito negociasta! E apontou o caminhão: - Pode encharcar! Bateu o copo no balcão, o homem do bar botou pinga. O menino entregou a garrafa vazia, recebeu uma cheia sem precisar nem pedir, esperou o troco e saiu. Perto do caminhão o italiano ameaçava, ia chamar a polícia. Pode chamar, respondia o saqueiro, o corpo preto com poeira branca da farinha.

Em casa o pai ficou bebendo na rede, o rádio na sala no último volume. A velha se trancou no quarto, o menino se sentou no chão da varanda. Outro cachorro começou a cheirar o lixo da calçada, o pai levantou vermelho, tirou o sapato o jogou com toda a força. Bateu no portão, o cachorro disparou. O pai foi pulando num pé só, catou o sapato. Tentou calçar se equilibrando, caiu sentado e xingou.

Ficou calçando sentado, bufando. Quando voltou pra rede, o menino perguntou se ele estava pintando alguma casa por perto. O menino gostava de passar em frente e apontar: - Aquela foi meu pai quem pintou.

O pai grunhiu que sim, estava pintando perto. O menino perguntou onde.

- No quinto dos infernos.

Falou e ficou bufando, bebeu mais e depois suspirou, olhou o chão afundando.

- Na terceira rua pra lá, numa casa marrom de esquina.

Mas o menino agora também encrava o chão. O pai fuçou nos bolsos, tirou dinheiro.

- Me busca uns dois pedaços de lingüiça frita. Compre um doce pra você.

No portão, o menino cruzou com o tio mais novo chegando.

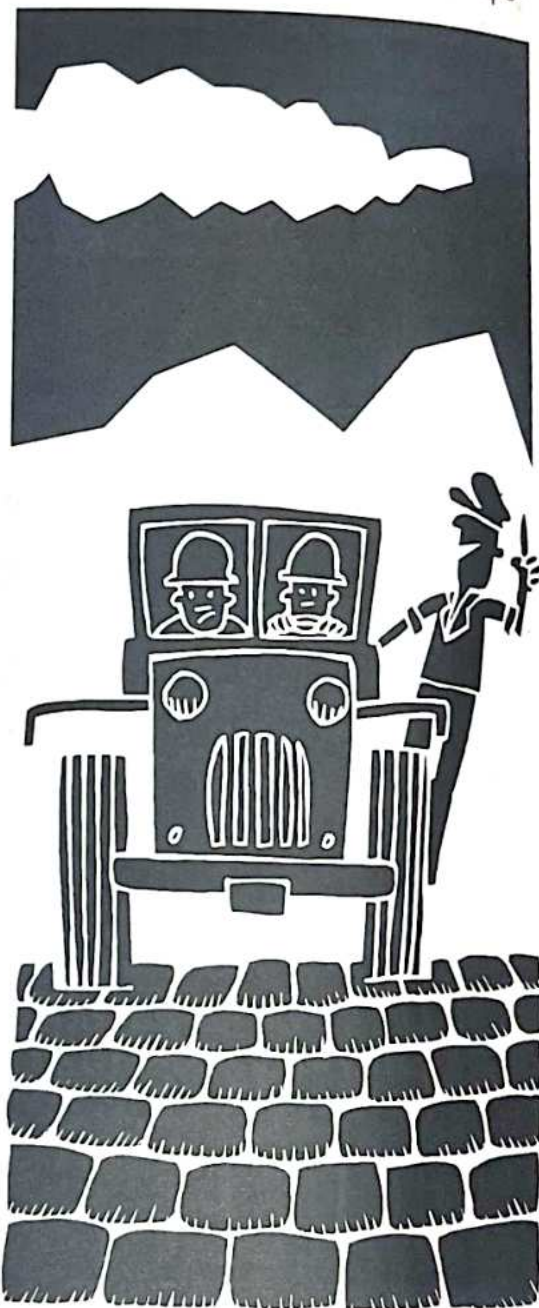
Quase meio dia, foi pela sombra.

Um jipe de polícia estacionou no bar quando ele atravessava a rua. O italiano vinha trepado no estribo e apontando o bar: - É aquele tição lá, cuidado que tá bêbado.

O saqueiro saiu, uma nuvem encobriu o sol nesse momento e ele apertou os olhos, confundido, passou a mão na

cabeça. - Cuidado que tá bêbado, gritou o italiano.

O Saqueiro falou baixinho, só pra ele mesmo ouvir - Ninguém vai prender ninguém aqui não - mas o menino ouviu no vento, e viu a polícia ficando em pé no jipe sem capota, pra pular. Quando pulou, o saqueiro largou um pontapé, a alparcata voou no meio da rua, o polícia era magrinho e recuou mancando - mas o polícia mais gordo já vinha por trás do saqueiro. Tinha catado metade de um tijolo e bateu na cabeça do preto, levantou uma nuvem de farinha. O meio-tijolo quebrou e o saqueiro caiu; sentado, virou pra trás chutando com duas pernas, passou uma rasteira no polícia, levantou e continuou chutando, o polícia rolou pra baixo do jipe. O saqueiro entrou tonto no bar, passou a mão e tirou sangue da cabeça, aí pe-



gou o bujão de picles e jogou, o vidro quebrou na lataria do jipe, o menino pegou no vento o cheiro de vinagre e cebola. O polícia saiu de baixo do jipe, pulou na direção e deu partida. O saqueiro pegou um dos bujões do baleiro, jogou no jipe partindo, a rua coa-lhou de balas e cacos.

Começou a pingar grosso e o saqueiro desceu a rua amparando nos muros. O homem do bar seguiu atrás, depois voltou correndo na chuva. O italiano lutava com encerado pra cobrir o caminhão, o menino abaixou pra catar balas. Com o vento a chuva varria a rua - e, quando o menino entrou no bar, estava até com o dinheiro molhado.

Trouxe os dois pedaços de lingüiça espetados num palito, correndo e pulando nas poças.

Tinham desligado o rádio e a vó esperava na varanda. Não falou nada; esperou que ele entregasse a encomenda, o pai enfiou o palito com as lingüiças na boca e tirou só o palito. Ficou mastigando enquanto o tio falava que a salvação do Brasil não estava no PTB nem em Getúlio.

A vó agarrou o menino pelo braço - Já pra dentro. Na sala, comandou - Tira já essa roupa - e começou a esfregar com toalha o menino, com força, quase como quem bate, e resmungando que se a caxumba descesse ele ficava aleijado, arrastando o saco pelo resto da vida. O menino ouvia o silêncio do pai mastigando na varanda, e o tio insistindo. O partido dos trabalhadores não era o PTB.

- Você toma cuidado com o que você fala, rapaz, disse o pai.

Então a velha largou de esfregar o menino, foi até a porta e falou ao pai:

- Teu irmão agora virou comunista, você não sabia?

E voltou mortificada a esfregar o menino, que já estava enxuto e ficou com a palavra ecoando. Comunista. A voz do tio vinha irritada da varanda: - A senhora nem imagina o que é comunismo, mãe. Comunismo...resmungou a velha. Comunismo. Uma palavra com túneis e porões, mães aflitas vagando e apertando as mãos uma na outra. Comunismo, sim

senhor.

- Isso é coisa de estudante, mãe, disse o pai com voz mole. A senhora não queria tanto que ele estudasse?

- Não vão brigar vocês dois, pelo amor de Deus e da Virgem Maria, disse a velha, mas o menino já ouviu a voz do tio falando Trabalhadooores do Brasiiiiil!!!...

- Não caça, moleque! - a voz do pai.

E o tio: - Trabalhadooores do Brasiiiiil!!!...

Pá. Um tapa.

A velha caiu de joelhos na porta:

- Pelo amor de Deus e da Virgem Santíssima, por tudo que é sagrado eu peço!

Os passos do tio. O portão batendo. A voz do pai meio engasgada.

- Levanta daí, mãe.

Ela levantou feito uma sombra, foi mexer na cozinha.

O menino enfiou roupa seca, ficou na janela chupando bala e olhando a chuva, o coração apertado. Depois foi urinar. A privada gargarejou na casa em silêncio, a chuva passara. Lá fora o dia ficara cinzento. Na rede, o pai tocava os pés no chão e embalava, devagar.

- Vem cá, rapaz. Senta aqui.

Estava bêbado. O menino sentou com medo, sentiu o suor de tinta e o bafo de pinga. Colocou duas notas no joelho do homem.

- O troco.

Chupou todas as balas na rede com o pai, descascando cada uma devagar, pra não incomodar o pai com o barulhinho do papel. Passava gente conversando espantada. Getúlio, Getúlio.

A vó chamou da cozinha, ele foi ver o que era.

- Come.

Tinha fritado um bife com cebola e ovo, nem tinha feito arroz-feijão.

- Come você, pelo menos.

Ele começou a comer enjoado, ela do lado riscando a mesa com a unha.

- Não existe maior desgosto pra uma mãe.

Depois da primeira garfada a boca firmou, agora ele comia com gosto. Olhou as rugas do pescoço da vó e sentiu um sentimento agradecido.

- Irmão contra irmão por causa de política.

Ele mastigou a palavra com o bife, com um gosto de briga e de sangue. Política.

Mordeu o pão, olhou o miolo. O saqueiro contra os polícias. A farinha virava pão. O saqueiro sangrando. Tio virava comunista. Pá. Um tapa. Ficou mastigando a palavra, com gosto de briga, branca como o pão e vermelha.

Ruy Espinheira Filho

Poeta baiano Ruy Espinheira já foi relacionado em outros tempos por Carlos Drummond de Andrade como uma das melhores revelações da poesia brasileira contemporânea. Vive em Salvador e os poemas que seguem foram retirados do livro **A Canção de Beatriz e outros poemas - poesia reunida 1966-1990**

Descoberta

Só depois percebemos
o mais azul do azul,
olhando, ao fim da tarde,
as cinzas do céu extinto.

Só depois é que amamos
a quem tanto amávamos;
e o braço se estende, e a mão
aperta dedos de ar.

Só depois aprendemos
a trilhar o labirinto;
mas como acordar os passos
nos pés há muito dormidos?

Só depois é que sabemos
lidar com o que lidávamos.
E meditamos sobre esta
inútil descoberta

enquanto, lentamente,
da cumeeira carcomida
desce uma poeira fina
e nos sufoca.



A carta

A carta do amigo é paz
e andorinhas
fiéis à velha igreja do Divino.

As mesmas
que um dia farão com que o céu
seja leve sobre o meu túmulo.

A carta do amigo conta mais
do que conta.

Conta o próprio amigo
com seu passo sereno na memória.

Conta
palavras e gestos
e até o que, sem perceber, o amigo
revelou: certo indefinível
movimento de alma,

um hálito
dos amplos espaços recônditos
onde
brincam crianças,

essas
que sempre despertam quando
repousamos nossas mãos
cheias de trabalho e vento que passa.

A carta reúne
resgata
o amigo e quem a lê.

E caminhamos
ruas antigas; entre árvores
pensativas ao sol frio
da tarde;

e tantos rostos
nítidos em sua definitiva
ausência.

E tudo vem de longe,
em azul
sobre o papel,

de uma casa
luminosa em seu silêncio,
de uma mesa

dessa casa, onde se debruça
e escreve
e nos saúda e abençoa

o poeta Affonso Manta
em sua compassiva solidão.

LITERATURA

Amílcar Neves

Quarenta e oito anos e natural de Tubarão, Amílcar Neves abandonou o trabalho de engenheiro mecânico para dedicar-se exclusivamente à literatura. Ganhou em 1986 o cobiçado prêmio Nestlé de literatura com o livro de contos **Relatos de sonhos e de lutas**. Atualmente vive em Florianópolis na rua Eduardo Luz, 340, Jardim Anchieta, CEP 88037-210.

Dez encantos*

Você me dirá que eu não digo nada de novo.

De acordo; mas lembre-se que, na terra, a

única coisa que pode mudar é o estilo, o

costume; a substância é a mesma.

Robert Arlt, Os sete loucos

Maksoud Plaza, claro. E o Cá D'Oro, lógico. Mais o Rio Palace, e o Cami-
no Real de México, ou o Buenos Aires She-
raton. E os restaurantes de luxo, os clubes
privés, as boîtes do momento. Os relaxes
for men, only, as saunas mistas e as massa-
gistas orientais. Lindas hostess, pretensa-
mente sedutoras, de delicadas mãos, finos
tratos e poucas roupas. Partners para ne-
gócios ou lazer, entertainment or business.
Manequins profissionais e atrizes de tevê,
famosas e disputadíssimas. Disputadas. Fu-
turas deputadas, jovens mancebões para
sexo e companhia. Clientes homens ou
mulheres, tanto uns quantos outras. O ne-
gócio, sim, o faturamento, sua plena satis-
fação ou seu dinheiro de volta. Cosmópo-
le, metrópole. Civilização e progresso. Sim,
sim, porque não?

A Avenida Paulista quase deserta, rapa-
rigas retardatárias, estudantes apressados,
porteiros descansados e falastrões. Palra-
dores. A maior cidade nordestina do mun-
do. Nordestinos cearenses, baianos, pa-
raibanos e demais: nos ônibus, nos táxis,
nos elevadores, nos camelôs de esquina,
nos bêbados, nos barmen de botecos fe-
didos, nas prostitutas fodidas, nas garagens.
Unipark, Central Park, Park Avenue, Mul-
tipark. Tudo estacionamento reles em ter-
reno baldio da Paulista, tudo futuro ban-
co. Banca Commerciale de Itália, Banco
de España, Francês e Brasileiro, Banco
Sumimoto de Tóquio e do Brasil. Ou Ban-
co Sumitomo de Tóquio, ou do Brasil, ou
ainda do Brasil e de Tóquio. Banco Sumi-
tomo do Brasil, talvez. First Nacional City,
Banco Coreano para a América do Sul,

* Conto premiado com menção no Prêmio Literário Plural de 1987 (Revista Plural, México) e com 1º lugar no Prêmio João Simões Lopes Neto de 1988 (Fundação Municipal de Cultura de Pelotas, RS), integra o volume **Relatos de sonhos e de lutas** (Editora Estação Liberdade e Fundação Nestlé de Cultura, São Paulo, 1991), do autor.

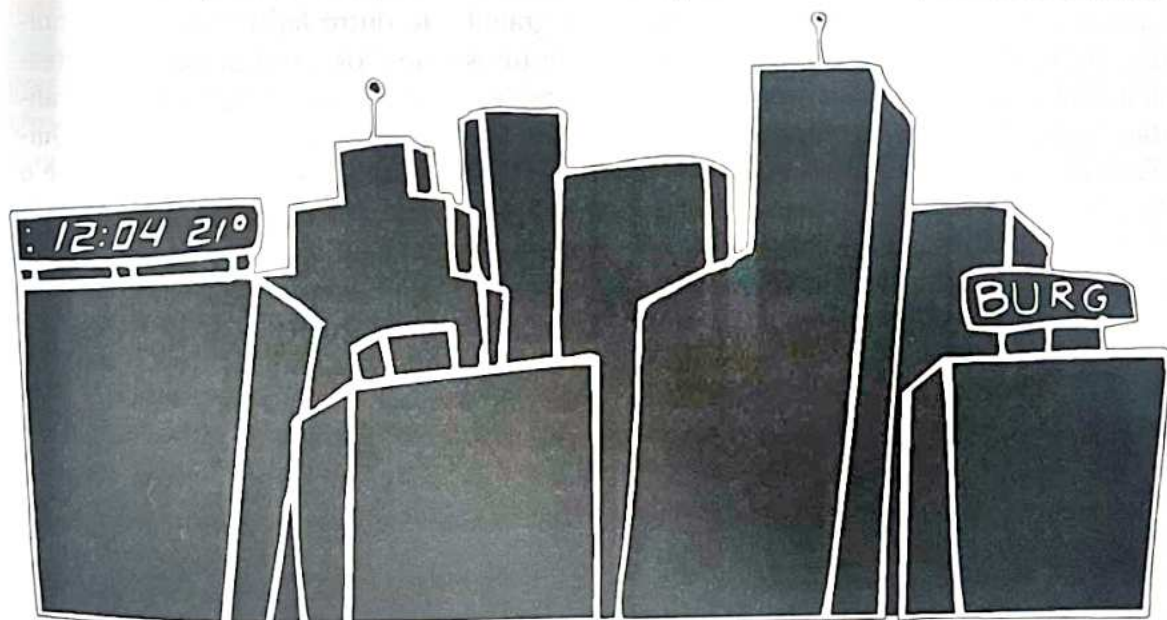
bancos falidos ainda ontem: Maisonnave, Auxiliar, Comind. Avenida Paulista, sim. São Paulo, Brasil. Terceiro Mundo, por muito favor.

As conversas de sempre, sempre. Enormes restos de propaganda eleitoral nos postes, nos muros, nos outdoors, nas calçadas, nas retinas retintas de ódio e pavor ou talvez não tanto. Talvez a imaginação, talvez a realidade diversa e sutil, talvez o embotamento da percepção e da consciência, talvez finalmente a sabedoria fugidia e a certeza dos tempos, ah!, os tempos de então que nunca mais, nunca mais, tempos de antanho. Os avoengos, os bisavoengos, os tataravoengos, esses sim, os olhos no futuro e a agudez de espírito, a contidão dos gestos, a certeza da vida e de tudo, a calma e a paz. Paz sepulcral de tumbas caiadas? Injúria. Infâmia e difamação, a memória dos mortos jamais, jamais a conspurcação de sua lembrança veneranda, nunca a nódoa sobre seu exemplo de austeridade e retidão, homens de caráter inquebrantável, de coluna inflexionável, de inflexível postura. Nunca razão para postura aos galos, apenas às galinhas.

E sim, claro, também Um Tal Lucas. Também Cortázar, esse não. Esse sempre, imprescindível e um dos poucos únicos, um dos poucos raros. Porteño em Paris e em La Habana, na Nicarágua e cá entre nós: sudamericanidad y sus patios sombreados de humedad y de recordaciones. Nossos interiores viscosos e impregnados de dúvidas e de demônios audazes. Dúvidas audazes que essas não, sobre elas a

repressão e a enorme pedra dos tempos, ousados demônios de fauces atrevidas despertados em nossos sonhos imprudentemente mais descuidados, a eles somente, só e tão-somente o repúdio da vida preestabelecida e assentada, assentada sobre bases sólidas, rígidas e inabaláveis como todas as certezas do mundo, as grandes e as pequenas, as fundamentais e as acessórias, as necessárias e as inventadas, as certezas históricas e familiares, paternas certezas guiadoras de todos os caminhos ásperos, íngremes e espinhentos dos paraísos eternos (e, por eternos, imutáveis e distantes, inalcançáveis como a esperança).

A esperança dos povos, evidente, como as decadentes mansões da Avenida, como o único jardim francês permeado de mato alto em torno de palacetes gris e manchado por inúmeras garças de dezenas de anos, bruxuleante lâmpada através de lúgubre portal outrora majestoso e festivo, apenas agora umas poucas janelas tremeluzentes, uma ou duas janelas de venezianas despregadas contra o escuro de tudo, e o resto silhueta apenas de dezenas de vidas perdidas para todo o sempre, perdidas para o comum dos mortais e talvez também para o incomum dos mortais. Vidas de outrora, amores de outrora, sonhos e ilusões de outra hora. Beijos furtivos sob impassíveis figueiras em tardes de outono, gemidos dolorosos, trêmulos e ansiosos, sobre a grama úmida de inúmeras madrugadas de prata. Desvairadas juras de eterno amor entre panos amarfanhados, cabelos desfeitos, folhas de tenra rel-





va e pequenos gravetos secos: um amor tão eterno quanto um fulminante desejo caprichoso.

Never more, never more, my darling. Never more um porto, uma referência, jamais uma tranquilidade ou mesmo uma fuga. Somente a pressa de todo dia, uma incessante corrida contra o tempo, uma estafante corrida contra o tempo. Contra a vida? Contracepção. Contracultura. Contratrafção. Contra o establishment, contra-chaos. Segundo a mídia, todas as mídias, aí o futuro, aí o dinamismo, aí a insuficientemente louvada eficácia, o desafio, a auto-superação, a concorrência, aí o sucesso mais absoluto. Riqueza, poder e amor ilimitados, imenso Olimpo de deuses e semideuses contemporâneos. Zeus e Hera cada um de nós, todos nós. E Narciso e Onã, por que não? Ao fundo, talvez, quiçá brilhante, um poster de Sodoma em vista panorâmica. Com um pouco de sorte, em 3-D. Ou, modernamente, numa vibrante holografia.

Os modismos, sim. As mídias, de novo, atuantes e eficazes. E tua literatura, contudo, infeliz junção de letras e palavras vulgares, com tênues porém obstinadas esperanças na posteridade. Não mais o hodiernidade, cega e dirigida, distorcida e míope, bêbada de tudo e nada. Talvez tua própria antigüidade, aí teu suplício maior, tua desconfiança atroz, teu medo mais irracional e no entanto mais real, mais palpável, mais possível, mais destruidor. Teu medo mais terrível, tua incerteza sobre teu verdadeiro lugar, sobre a posição no mundo e no tempo do teu mísero exercício acadêmico, estóico, desprendido, pretensioso. Pobre de ti, frente a um espelho opaco, embaciado de nuvens densas e incertas, impossível pelos tempos afora tua visão mais nítida, sequer um pouco esbatida, de tua arte. Tua angústia maior: tua arte e os dias velozes e inexoráveis ou o reconfortante relaxamento do far niente, doce e eterno? O aqui e agora, com todos os seus prazeres mundanos e egocêntricos, ou o futuro in tumultum, post-mortem?

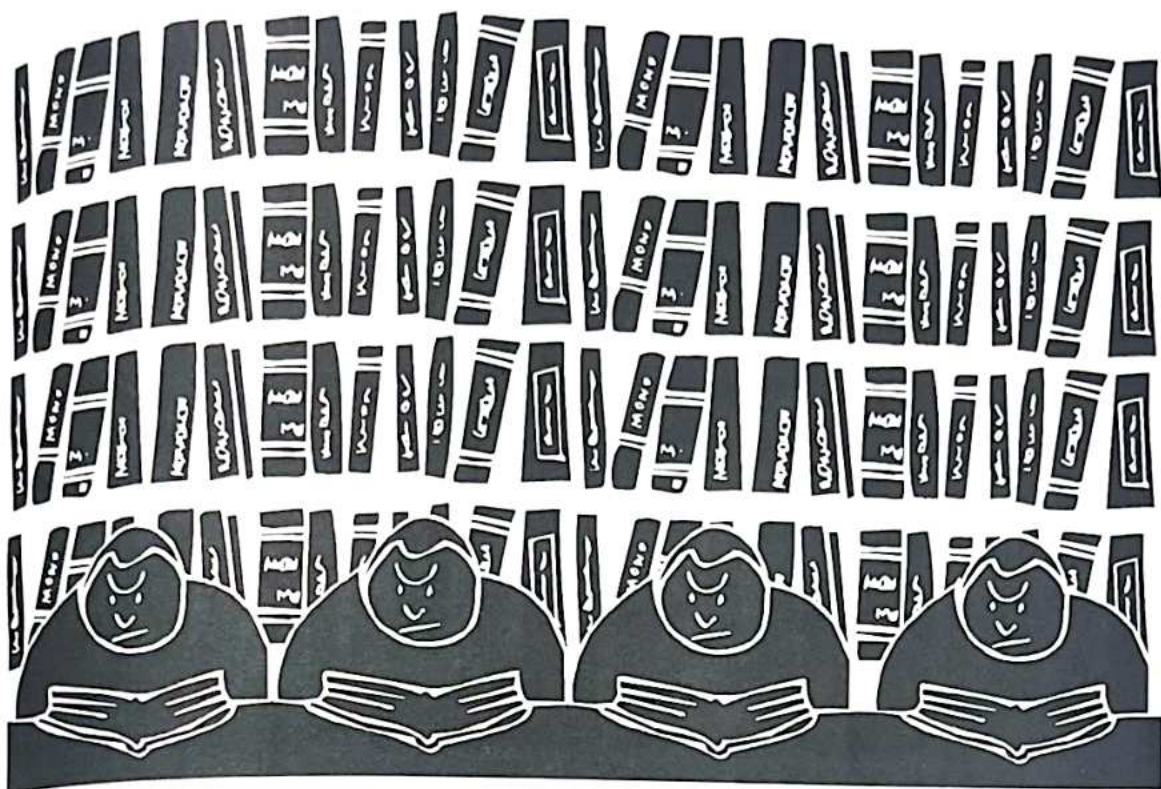
A vaga utilidade, sim, do ser desprendido, do homem altruísta, do ente benemérito e social, a afirmação positiva dos Rotaries, dos Lions e dos Escoteiros, a estima convencional dos conterrâneos con-

temporâneos e a triste ilusão dos problemas todos resolvidos ou, ao menos, devidamente encaminhados. Encaminhados para quem? Para quê? Para as autoridades soi-disant competentes? Para o radiante futuro vindouro, um futuro grandioso e doutado, repleto de riqueza, paz e amor para todos? Talvez para o bombástico futuro do cogumelo brilhante, não aquele das campinas após as gratas chuvas de verão, porém o Grande Cogumelo tão temido, tão odiado, tão ignorado e, inconscientemente, tão desejado dos povos e das gentes. O cosmos, então, desfraldado em dimensões jamais imaginadas, espaço e tempo nada mais que meras coordenadas elementares, partícipes de longo passado comum e anacrônico no reino do conhecimento, e vocês aí, assim? E nós aqui, assim, estupefactos e bestificados?

As Avenidas Paulistas, como não. Os grandes hotéis, os grandes negócios, as grandes prostitutas. Os grandes sucessos, as imensas e nunca assaz alardeadas grandes realizações do espírito humano. Os celebrados pensadores inócuos, os fabulosos artistas descartáveis, os portentosos escritores ignotos. O maravilhoso caminho do gênero humano, rumo a seu glorioso (e brilhante?) destino. O homem como indivíduo e como agente social, catalizador de monumentais transformações (independente de qualquer qualificação). Os políticos...ah!, os políticos... A política e seu irrecusável dever frente ao cidadão mais miserável e mais desprovido. Que maravilha, que encanto sublime e enternecedor! Terneiros aos montes, carneiros a granel. De outro lado, porém, nos nordestinos sujos, os vagabundos desnorteados, as gentes sofridas. Culpa deles, afinal. Os amores, os sonhos, as ilusões. Quimeras, quimeras. Algo como São Jorge e o Dragão do mundo da Lua. Ou no Mundo da gente. A credibilidade no absurdo, desvario de Dom Quixote frente aos moinhos de vento. Talvez muito Sancho Pança, talvez. E nenhum Quixote. Mas por que Quixotes, para quê? Qual sua utilidade específica?

Tantos encantos, tantos. Com certeza, dez. Dez encantos. Verdade.

São Paulo, novembro de 1985
N.S.Desterro, agosto de 1986



A tragédia da literatura e das Ciências Sociais no Chile

de Raimundo C. Caruso
Jornalista

Vivi no Chile, por conta própria e risco, durante todo o ano de 1971. Estávamos no apogeu da euforia e dos sonhos do governo socialista de Salvador Allende.

Vive dentro e fora das universidades. Fiz trabalho voluntário como milhares de outros anônimos, e alfabetizamos, pintamos escolas, prestamos assistência médica, lemos poemas e literatura nas ruas e praças públicas. Ao lado das belas canções cubanas que recordavam Che Guevara, ouviam-se debates e discussões que varavam a noite.

Nas universidades, nos cursos de literatura e ciências sociais, respirava-se a História. Topava-se com Neruda e Nicanor Parra nos corredores, e os professores eram personagens vivas que intervinham, publicavam jornais e revistas, e alguns até recitavam melhor que a maioria de nós, recém-chegados de tantos lugares.

Os poemas, os romances e a sociologia era ferramentas úteis, mas não para

simplesmente resolverem a questão do emprego. Eles ensinavam, revelavam experiências de vida de outros povos, educavam a sensibilidade. Sim, também lia-se Marcuse: "a função da arte é educar a sensibilidade, tornar-nos aptos para compreender melhor o mundo e as demais pessoas".

Naqueles tempos, no Chile, a literatura e as ciências sociais eram o que sempre tinham sido: matérias vivas, sensíveis, transformadoras.

Essa parecia ser a sina eterna dessas "artes".

Depois veio o golpe militar, prenderam professores e intelectuais, Neruda morreu, fecharam escolas e fizeram imensas fogueiras com os melhores poemas, contos, letras de música, romances e livros de história e ciências sociais.

A Juan Jara, o músico, lhe cortaram as mãos no Estádio Nacional.

E veio o silêncio.

As universidades se rotinizaram, os professores abandonaram os livros de **invenção**, e





foram se fechando na estrita e pacata rotina.

Assim, em vez do ensino vivo e dinâmico da literatura e da sociologia, faziam intermináveis e misteriosos "trabalhos de pesquisa" dos quais ninguém tinha mais sequer o direito de saber o título, e aos quais também não se prestava nenhuma atenção.

Sim, eram "trabalhos de pesquisa" e, como num passe de mágica, ficaram sendo a senha que a tudo camuflava: o não fazer, o omitir-se, a preguiça, o absenteísmo e a indiferença.

Outros, descontentes com a pequena amplitude da nova modalidade de "trabalho acadêmico", descambaram para uma absurda produção de "projetos".

Então aos poucos as universidades chilenas viram-se soterradas de teses, de pesquisas, de projetos, de mestrados, de doutorados, e pós-doutorados que não tinham mais a ver com coisa nenhuma, e menos ainda com a educação ou qualidade de vida de quem quer que seja.

No Chile, aquilo transformou-se numa rotina acadêmica sem pé nem cabeça, para si mesma, ritualística, um mero catar de transcrição bibliográfica, inútil e ...caro.

A invenção, o saque e a inteligência viraram lenda de um remoto passado.

E aos poucos as universidades chile-

nas passaram a significar apenas pilhas e pilhas de papéis impressos que eram guardados hermeticamente em gavetas obscuras, e cada vez mais distantes da luz, da ação e da vida das pessoas.

E o trabalho acadêmico chegou a tal ponto que a muitos professores, apenas subir as escadas de um edifício de três andares até uma semi-deserta sala de aula já era um sacrifício que correspondia no mínimo à metade de um dia de trabalho.

Mas, quinze anos depois, derrocada a ditadura, tudo continuou igual naquelas universidades.

A velha rotina absurda das "pesquisas" e "projetos" se havia petrificado e tornara-se, aos olhos de quase todos, "normal".

Meses atrás voltei a Santiago e visitei a Universidade do Chile, na avenida Ma-

cul. Percorri as velhas salas, corredores e bibliotecas por onde havia estudado durante um ano, e aquilo me pareceu um beco sem remédio.

Neruda sumira, ídem Nicanor Parra, e de todos aqueles sonhos de vida e humanidade de 1970, restaram, pelo que vi, quase nada.

Apenas montões de papéis que simulavam alguma coisa, mas que os estudantes desses tempos apenas chutavam pelos cantos, como a liturgia acadêmica de uma coisa servil, indiferente, estéril e inútil.

Luiz Otávio Bandeira Gomes

*P*romotor público em Belém do Pará, **Luiz Otávio Bandeira Gomes** é também contista, com vários trabalhos publicados e premiados em concurso nacional de novos escritores

Entreato febril

Chegamos ao costumeiro local de encontro naquela quarta-feira, trinta e um, do duodécimo e último mês do ano. A luz do ambiente era propositadamente tímida. Direto à geladeira e abri uma pil-sen pra rebater... Estava sequiosa de desejo e querendo atingir o clímax. Questão de saúde mental. Nos despimos e cumprimos os repetidos abraços e beijos. Estávamos a sós na ilha. Fomos tomados pelo afeto violento e o fogo ardeu por mais uma vez entre arranhões. O amor é um arco-íris; não tenho dúvida. Diante do espelho do lado oposto do painel começamos a dialogar com nossas imagens indiretas. Discretamente um fundo musical. Um blue. Lembrei-me de que ao amor é um todo de quatro partes. Nossas figuras ali espelhadas representavam a asseveração.

- Interessante, estamos juntos há bastante tempo!

- Realmente. Esse lugar tem um significado especial para mim.

- Por quê?

- Deixo que você descubra.

- Não sei. É o que ficou!

- O que?

- Deixa pra lá. Vou fazer-te uma pergunta: - "o que será que nos tem trazidos aqui todos esses anos?"

- A verdade.

- A verdade! Qual verdade?

- Disse um poeta, "que os corpos se entendem..."

- Então, o que nos trás aqui é a verdade dos nossos corpos?

- Sim, é isso. É a luxúria também. É a própria contradição.

Estávamos bebendo juntos. Eu já estava meio inebriado. Havíamos tomado além de três doses cada um. De inopino a imagem dela refletida, perguntou: - "não será a solidão que te trás aqui?"

- Acho que sim. A indagação foi reflexiva. A resposta é sua!

- Sem dúvida a solidão é uma vertente, mas são esses momentos de liberdade que mantém sua vida...

- A ânsia de liberdade persegue a todos nós. Como é forte essa palavra!

Agora foi a vez da minha imagem refletida, reflexivamente, perguntar: - "o que achas desses encontros?"

- Eventuais, mesmo sem saber expressar o que existe neles. E tu?

- Não acho, acontecem e fazem com que eu acenda a cada reencontro.

Uma verdadeira confissão dialética. Decisivamente a vida está em nossos corpos. Pulsa a cada instante!

Pelo interfone pedimos o jantar e mais duas vodcas. São mais de dezoito horas. Daqui a pouco todas as fábricas e todos os navios apitarão sob o equador.

- Um peixe na chapa com fritas e você?

- Peixe à milanesa com salada.

A cama é verdadeiramente um lugar político, onde se desnudam relações sexuais e existenciais. Era o fechamento do balanço do último dia do ano.



Neoliberalismo, exclusión social y políticas educativas

*Bolsista - pesquisador do DAAD (Alemanha) e professor convidado do Departamento de Políticas Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)**

Trabajo presentado en la mesa redonda: *Neoliberalismo y educación en América Latina*, realizada junto al Prof. Marco Aurélio Garcia en el marco del Seminario internacional sobre Educación

El neoliberalismo comienza a configurarse como perspectiva académica ya hacia la primera mitad de los años 40 con la aparición de la obra fundacional de Friedrich Hayek, *El camino de servidumbre* (1). A pesar de haber sido difundida y desarrollada, entre otros, por tres prestigiosos intelectuales conservadores (Milton Friedman, Ludwig von Mises y el propio Hayek) esta perspectiva constituyó, durante mucho tiempo, una tendencia relativamente marginal dentro del competitivo mercado académico norteamericano y europeo. Sólo tres décadas más tarde el neoliberalismo "académico" encontrará ecos en los sectores dominantes del poder político que asumirá los gobiernos de las principales naciones en el capitalismo avanzado. Obviamente esto no será fruto del azar ni, mucho menos, una cuestión derivada de los méritos inte-

lectuales de aquellos obstinados profesores universitarios. En efecto, va a ser en la particular coyuntura generada como producto de la crisis estructural del régimen de acumulación fordista, iniciada hacia fines de los 60, que el ideario neoliberal comenzará a impactar en ciertos sectores políticos decididos a llevar a cabo un programa de ajuste y reestructuración inspirado en los principios programáticos de esta no tan nueva doctrina. Margaret Thatcher y Helmut Kohl, en Europa, y Ronald Reagan, en los EUA, constituirán la avanzada de un proceso de derechización que avanzará de forma vertiginosa ya hacia fines de los 70 y, especialmente, durante los años 80.

Estos procesos tuvieron su impacto específico en América Latina. En efecto, esta región constituyó, de hecho, un verdadero *laboratorio* donde se desarrollarían algunas de las recetas

** Autor dos livros *Poder econômico, ideologia y educación e Proyecto neoconservador y crisis educativa*. Organizador de *Neoliberalismo, qualidade total e educação e outros*

neoliberales luego aplicadas en Europa y EUA. Y lo fue en dos sentidos. Primero, mediante un régimen que, en rigor, constituye el experimento político precursor del neoliberalismo a nivel mundial:

la dictadura del General Pinochet, ensayo macabro que sirvió de antecedente al programa de reformas estructurales aplicado durante el gobierno Thatcher en Inglaterra. En segundo lugar, mediante programa de reformas llevado a cabo en Bolivia durante el gobierno de Víctor Paz Estenssoro hacia mediados de los años 80, experimento que sirvió de antecedente y modelo a los programas de ajuste neoliberal llevados a cabo luego en Polonia y Rusia.

Siendo así, durante la segunda mitad del siglo XX, el neoliberalismo pasó de ser una perspectiva teórica producida en cofradías intelectuales (por ejemplo, la Sociedad de Mont Pelerin creada por Hayek) a orientar las decisiones gubernamentales en gran parte del mundo capitalista, lo cual incluye desde las naciones del Primero y del Tercer Mundo hasta las convulsionadas sociedades pos-revolucionarias surgidas a partir de la crisis del comunismo soviético en Europa Oriental.

Cinco décadas de historia teórica y casi veinte años de ejercicio del poder, nos permiten identificar ciertas regularidades que, más allá de los particularismos locales, contribuyen a definir la naturaleza y el carácter de los programas de ajuste neoliberal en un sentido global. Distinguir tales regularidades es de fundamental importancia para comprender la dirección que asumen las políticas educativas en el contexto de este modelo.

La doble dinámica del neoliberalismo

El neoliberalismo puede ser comprendido como una doble dinámica histórica de carácter contradictorio.

Por un lado, el proyecto neoliberal constituye, en cierto sentido, una dinámica de *integración*. Dicha dinámica se deriva, básicamente, de dos procesos. Primero, porque (aun bajo de-

terminadas condiciones específicas) es en el contexto de los programas de ajuste neoliberal que se promueve una fuerte dinámica de integración de los mercados regionales e inter-regionales. La conformación y consolidación de nuevos bloques económicos va orientar un proceso de modernización conservadora que irá a cuestionar la idea misma de estado-nación (2). En segundo término, porque el propio neoliberalismo constituye una dinámica de integración y cohesión ideológica como nunca antes había experimentado la economía-mundo capitalista. El neoliberalismo va a constituirse en un nuevo *cemento cultural* que trasciende el espacio restringido de las fronteras nacionales. En sentido gramsciano, nos encontramos ante un verdadero proyecto hegemónico de escala planetaria. Los medios masivos de comunicación van a constituir uno de los factores centrales que garantizarán la reproducción de esta dinámica (3).

Sin embargo, el neoliberalismo constituye también, y al mismo tiempo, una intensa dinámica de *desintegración*. Dicha tendencia se manifiesta en tres planos articulados:

a. la destrucción y desarticulación de la esfera pública (en tanto espacio donde se materializan los derechos sociales);

b. el aumento de la pobreza y de las condiciones de exclusión social para las grandes mayorías;

c. la expansión de un conjunto de relaciones sociales marcadas por la corrupción generalizada, lo cual define la idiosincracia de un tejido social insolidario, competitivo e individualista.

Ambas dinámicas dan sentido y coherencia al neoliberalismo en tanto proyecto hegemónico. Es en la dialéctica *integración-desintegración* que debemos tratar de comprender la naturaleza de este nuevo formato de dominación de clase producido y reproducido en el capitalismo de fin de siglo.

Si bien, de modo general, esta doble lógica tiene un fuerte impacto en el campo de las políticas educativas,

1. *Seguiré aquí de forma sumaria el enfoque presentado por Perry Anderson en su excelente ensayo "Balanço do neoliberalismo", en: Emir Sader & Pablo Gentili. Pós-Neoliberalismo. As políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.*

2. Véase: TAVARES, M. da C. & J. L. FIORI. *Desajuste global e modernização conservadora. São Paulo: Paz e Terra, 1993.*

3. *Un análisis más global de estos procesos puede consultarse en: Chomsky, N. Política y cultura a finales del siglo XX. Un panorama de las actuales tendencias. Buenos Aires: Ariel, 1995.*

"El neoliberalismo va a constituirse en un nuevo *cemento cultural* que trasciende el espacio restringido de las fronteras nacionales. En sentido gramsciano, nos encontramos ante un verdadero proyecto hegemónico de escala planetaria".

la crisis educacional se deriva, de forma directa, de la dinámica de desintegración que caracteriza a los programas de ajuste neoliberal. Trataremos de formular aquí algunas reflexiones orientadas a caracterizar algunas dimensiones derivadas de esta tendencia a la desintegración en el campo específico de las políticas educativas. Por una cuestión de espacio desarrollaremos de forma más exhaustiva el primer aspecto de dicha dinámica (la destrucción de la esfera pública), abordando sólo tangencialmente las otras dos dimensiones antes mencionadas. *La desintegración de la esfera pública y el cuestionamiento a los derechos sociales: una aproximación a la forma neoliberal de diseñar y pensar la política educativa.*

El radical ataque que los neoliberales formulan a la esfera pública como espacio de materialización y conquista de los derechos sociales, se deriva de una crítica no menos radical al Estado de Bienestar, o bien a esa singular configuración de aparato estatal que han sido, en algunos países latinoamericanos, los estados populistas-Keynesianos. Al mismo tiempo, el cuestionamiento a ese tipo de estado se deriva de una particular interpretación que los neoliberales formulan acerca de las políticas sociales y, específicamente, de las políticas educativas. Podemos aproximarnos a una comprensión crítica de la *forma neoliberal de diseñar y pensar la política educacional* tratando de responder, brevemente, a cuatro interrogantes: (4)

¿Cómo entienden los neoliberales la crisis educativa?

¿quiénes son los culpables ella?

¿qué estrategias definen para salir de dicha crisis?

¿quiénes deben ser consultados para encontrar una salida a la crisis?

En primer lugar, es necesario destacar que para los neoliberales los sistemas educativos enfrentan una crisis de *eficiencia y calidad* más que una crisis de *cantidad y extensión*. Para ellos la escuela se ha expandido de forma acelerada durante la segunda mitad del siglo sin que tal expansión

haya garantizado una distribución eficiente de los servicios educacionales. Este hecho se explica, en gran medida, por el carácter limitado e ineficiente del Estado para gerenciar la política pública. El centralismo, la vocación planificadora y los improductivos laberintos del burocratismo estatal explican, desde la perspectiva neoliberal, la incapacidad que han tenido los gobiernos para garantizar, al mismo tiempo, la democratización de la educación mediante el acceso de las masas a las instituciones educativas (función que desde este enfoque ya se habría cumplido) y la eficiencia productiva que debe caracterizar a las prácticas pedagógicas en las instituciones de calidad.

Para los neoliberales, la interferencia de la *política* en las cuestiones sociales genera, ella misma, ineficiencia e improductividad. En este sentido, el mercado aparece como la contracara dinámica y flexible que, en la medida en que garantiza necesariamente la competencia (no hay mercado sin competencia), permite desplegar una serie de estrategias y opciones mediante las cuales los *actores* pueden ser premiados o castigados en virtud de la posesión o no del atributo fundamental que debe regular todo sistema institucional: *el mérito*. La planificación y, ciertamente, el clientelismo que promueve y difunde el Estado impiden y traban la libertad individual de elegir, única garantía para el establecimiento de un sistema de premios y castigos basado en criterios meritocráticos. Para los neoliberales, el Estado de Bienestar y las diversas formas de populismo que han conocido nuestros países no han hecho más que confirmar esta tesis e intensificar los efectos improductivos que se derivan de la materialización de semejante proyecto *intervencionista*.

Al criticar enfáticamente la interferencia de la *política* en la esfera social, económica y cultural, el neoliberalismo cuestiona la noción misma de *derecho* y las concepciones de *igualdad* que sirven (al menos en teoría) como fundamento filosófico de la exis-

4. Sin grandes variantes seguiré aquí la perspectiva que he desarrollado en mi anterior trabajo "Como reconhecer um governo neoliberal? Um breve guia para educadores". In: da Silva. L. H. & de Azevedo J. C. *Reestruturação curricular. Teoria e prática no cotidiano e na escola*. Petrópolis: Vozes, 1995.

5. Véase: GENTILI, P. Adeus à escola pública, In: P. Gentili (org.). *Pedagogia da exclusão. Crítica ao neoliberalismo na educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

tencia de ciertos derechos sociales en las sociedades democráticas. Tal cuestionamiento supone, desde la perspectiva neoliberal, aceptar que una sociedad puede ser democrática sin la consecuente existencia de ciertos criterios de igualdad que se concretizan en la existencia de una esfera inalienable de derechos sociales y de un conjunto de instituciones públicas en las cuales tales derechos se materializan. Para los neoliberales, la democracia no tiene nada que ver con esto. Ella es, simplemente, un sistema político que debe permitir a los individuos desplegar su inagotable capacidad de libre elección en la única esfera que garantiza y potencia dicha capacidad individual: *el mercado*. Las crisis fundamentalmente se debe a que los sistemas institucionales dependientes de la esfera del Estado (de la política) no actúan ellos mismos como mercados. Esto ocurre en el campo de la salud, la seguridad social, las políticas de empleo y también, claro, en la educación.

En cierto sentido, la crisis es producto de la difusión (excesiva, a los ojos de ciertos neoliberales atentos) de la noción de *ciudadanía*. Para ellos el concepto de ciudadanía en que se basa la concepción universal y universalizante de los derechos humanos (políticos, sociales, económicos, culturales, etc.) ha generado falsas promesas que orientaron acciones colectivas e individuales caracterizadas por la improductividad y la falta de reconocimiento social en el valor de la competencia.

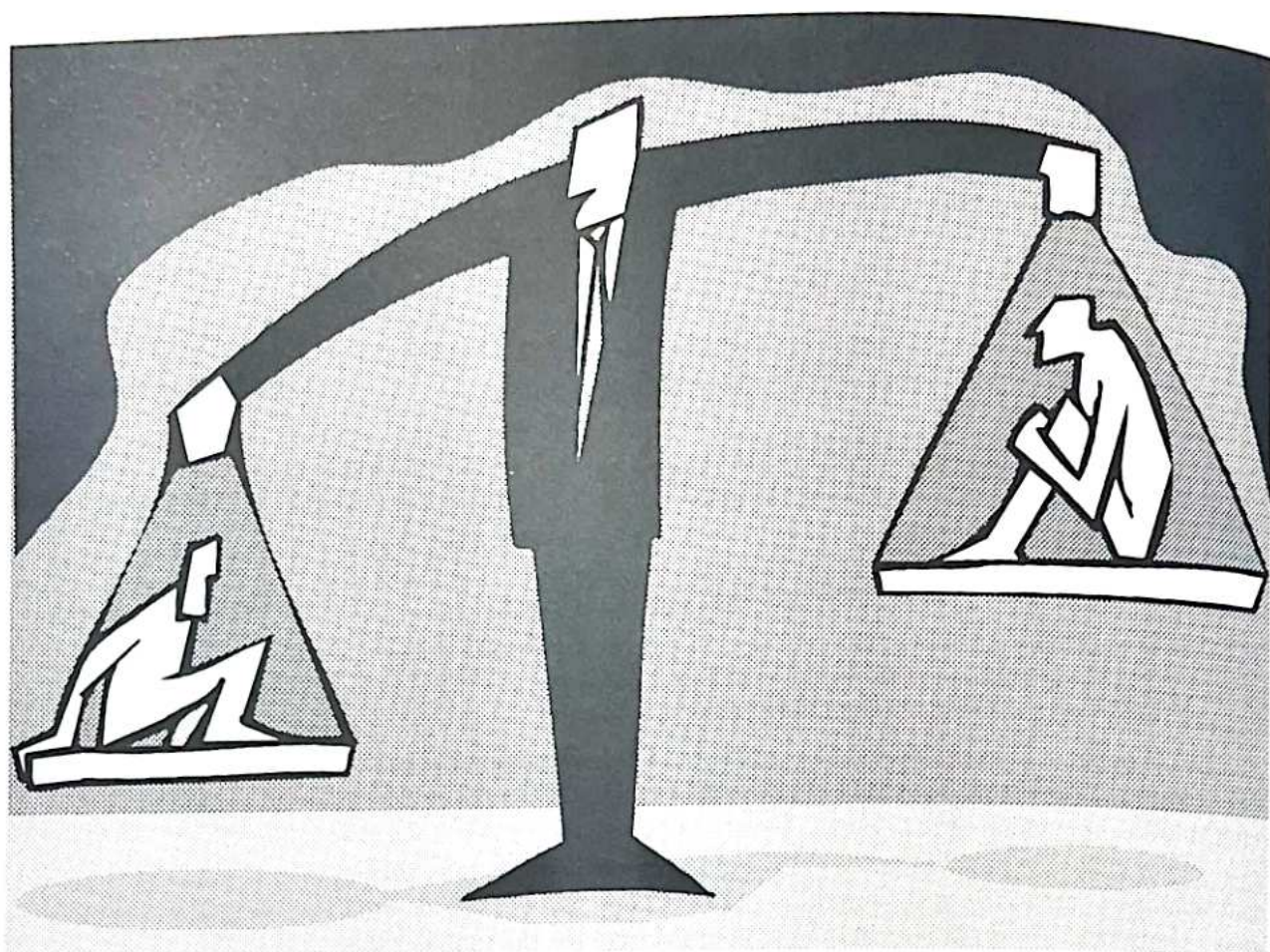
En efecto, como ya hemos tratado de demostrar en otros trabajos, la gran operación política del neoliberalismo es transferir la educación de la esfera de la *política* a la esfera del *mercado* cuestionando su carácter de *derecho* y reduciéndola a su condición de *propiedad*. Es en este marco que se re-conceptualiza la noción de *ciudadanía* mediante una revalorización de la acción del individuo en tanto *propietario*, en tanto individuo que lucha por acceder y conquistar (comprar) propiedades-mercancías de diversa índole,

siendo la educación una de ellas. El modelo de hombre neoliberal es el ciudadano privatizado, responsable, dinámico: *el consumidor*. (5)

Siendo así es relativamente fácil avanzar en la respuesta a nuestra segunda pregunta: ¿quiénes son los culpables de la crisis educativa? Existen, desde esta perspectiva, algunos responsables directos y otros indirectos. Entre los primeros se encuentran, obviamente, el Estado asistencialista y una de las configuraciones institucionales que ha caracterizado a dicho modelo estatal: *los sindicatos*. La existencia de fuertes sindicatos nacionales y regionales que proclaman la defensa de un *interés general* centrado en la necesidad de construir y expandir una esfera de derechos sociales, coloca en la perspectiva neoliberal, una barrera insalvable a la posibilidad de desenvolver los ya mencionados mecanismos de competencia que garantizan el progreso social. Las grandes centrales y confederaciones de trabajadores así como las organizaciones sindicales por sector interfieren negativamente en este proceso de modernización. De tal forma, entre los principales responsables de la crisis educacional se encuentran los *sindicatos de profesores*.

Sin embargo, se plantea aquí un problema evidente y, en consecuencia, un nuevo interrogante asociado a esta segunda cuestión. En efecto, si el Estado y los sindicatos son los principales responsables de la crisis, debería suponerse que la simple reducción del primero a su mínima expresión y la desaparición de los segundos constituye una garantía más que suficiente para superar la actual crisis educativa. Desde la perspectiva neoliberal esto es efectivamente así, por eso los neoliberales luchan (con éxito) para llegar al poder (mediante las armas o el voto) e intentan de todas las maneras posibles por acabar de una vez y para siempre con las organizaciones democráticas de los trabajadores. Claro que, aun cuando los neoliberales llegan al poder y desarrollan (muchas veces también con éxito) su implacable tarea de desarticulación y fragmentación

"Para los neoliberales, la democracia no tiene nada que ver con esto. Ella es, simplemente, un sistema político que debe permitir a los individuos desplegar su inagotable capacidad de libre elección en la única esfera que garantiza y potencia dicha capacidad individual: *el mercado*".



"El neoliberalismo todo lo privatiza, inclusive el éxito o el fracaso social. Ambos pasan a ser considerados una variable dependiente de un conjunto de opciones individuales mediante las cuales las personas se juegan día a día su destino".

ón del movimiento obrero organizado, no siempre la citada crisis se soluciona. E aquí la nueva pregunta: ¿por qué esto ocurre? La explicación neoliberal ayuda a comprender la respuesta a nuestro segundo interrogante. En efecto, esto ocurre porque las personas, los individuos, son también culpables de la crisis en la medida en que ellos han aceptado como natural e inevitable el *status quo* establecido por aquel sistema improductivo de intervención estatal. No sólo las ideologías y las prácticas estatistas y gremiales deben ser culpabilizadas de todo los males que sucede en nuestras sociedades (aunque lo sean en gran medida), también - nos dicen los neoliberales - *la gente* es culpable: los pobres son culpables de la pobreza; los desempleados del desempleo; los corruptos de la corrupción; los favelados de la violencia; los padres del rendimiento escolar de sus hijos; los profesores de la pésima calidad de los servicios educativos, etc.

El neoliberalismo todo lo privatiza, inclusive el éxito o el fracaso social.

Ambos pasan a ser considerados una variable dependiente de un conjunto de opciones individuales mediante las cuales las personas se juegan día a día su destino. Si la gran mayoría de los individuos es responsable de un destino no demasiado gratificante es porque todavía no han sabido reconocer las ventajas que ofrece el mérito y el esfuerzo individual mediante los cuales se triunfa en la vida. Hay que *competir*, y una sociedad moderna es aquella en la cual sólo los mejores triunfan. Dicho de manera simple: la escuela funciona mal porque las personas no reconocen el valor del conocimiento; los profesores trabajan poco y no se actualizan; los alumnos hacen *como si* estudian cuando en realidad pierden el tiempo, etc.

Los neoliberales reconocen que existe un problema de disciplina social (o, desde su perspectiva, de *indisciplina social*) que, en tanto variable cultural, explica las razones del por qué hemos llegado al lugar donde estamos. Esto permite entender el énfasis que ellos colocan en la necesidad

de desarrollar un conjunto de estrategias culturales capaces de contrarrestar el "perverso efecto" provocado por la "despreciable" ideología de los derechos sociales y la falsa promesa de que una supuesta condición de ciudadanía nos coloca a todos en igualdad de condiciones para exigir lo que sólo debería ser otorgado quienes, mediante el mérito individual y el esfuerzo cotidiano, se consagran socialmente como *consumidores emprendedores*.

Estas cuestiones orientan las estrategias que los neoliberales definen para salir de la crisis educativa. En efecto, desde esta perspectiva, salir de la crisis supone desarrollar un conjunto de propuestas tanto a nivel macro como a nivel micro mediante las cuales es posible instituir el *principio de la competencia* que debe regular el sistema escolar en tanto mercado educativo. Dos grandes objetivos dan coherencia y atraviesan horizontalmente tales estrategias:

a. la necesidad de establecer mecanismos de control de calidad (en la amplia esfera de los sistemas educativos y, de manera específica, al interior de las propias instituciones escolares);

b. la necesidad de articular y subordinar la producción del sistema educativo a las necesidades que formula el mercado de trabajo.

El primer objetivo garantiza la materialización de los citados principios del mérito y la competencia. El segundo, da sentido y establece el rumbo (el horizonte) de las políticas educativas, al mismo tiempo en que permite establecer criterios para evaluar la pertinencia de las propuestas de reforma escolar. Es el mercado de trabajo el que emite las *señales* que permiten orientar las decisiones en materia de política educativa. Es la evaluación de las instituciones escolares y el establecimiento de criterios de calidad lo que permite dinamizar el sistema mediante una lógica de premios y castigos que estimulan la productividad y la eficiencia en el sentido anteriormente destacado.

El limitado espacio del que dispo-

nemos no nos permite desarrollar de manera específica las características y el contenido que asumen las estrategias derivadas de estos objetivos (6). De cualquier forma, es importante destacar aquí como se combinan y articulan en las propuestas neoliberales dos lógicas aparentemente contradictorias: la *centralización* y la *descentralización*. En lo que respecta a la primera cuestión, los neoliberales destacan:

a. la necesidad de desarrollar mecanismos nacionales de evaluación de los sistemas educativos (básicamente, pruebas de rendimiento aplicadas a la población estudiantil);

b. la necesidad de diseñar y desarrollar reformas curriculares a partir de las cuales establecer los contenidos básicos de un Currículum Nacional;

c. asociada a la cuestión anterior, la necesidad de desarrollar estrategias de formación de profesores centralizadas nacionalmente que permitan la actualización de los docentes según el plan curricular establecido en la citada reforma.

Al mismo tiempo, las estrategias neoliberales contra la crisis educacional se configuran como una clara respuesta descentralizadora ante los supuestos peligros de la planificación estatal y los efectos improductivos de las burocracias gubernamentales y sindicales. Se transfieren las instituciones escolares de la jurisdicción federal a la estadual o provincial y de ella a la esfera municipal; se propone repasar el fondo público hacia niveles cada vez más micro, evitando la interferencia "perniciosa" del centralismo estatal; se desarticulan los mecanismos unificados de negociación con las organizaciones gremiales de los trabajadores de la educación (dinámica que tiende a cuestionar la misma validez de las entidades sindicales de nivel nacional y regional); se flexibilizan las formas de contratación y las retribuciones salariales de los colectivos docentes, etc.

En suma, la salida que el neoliberalismo encuentra a la crisis educativa es producto de la combinación de

6. Tarea que hemos realizado ya en otras oportunidades. Véanse los materiales incluidos en: Gentili, P. & da Silva, T.T. (org.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação. Visões críticas*. Petrópolis: Vozes, 1994; y en P. Gentili (org.). *Pedagogia da exclusão. Crítica ao neoliberalismo na educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

una doble lógica de centralización y descentralización: *centralización* del control pedagógico (a nivel curricular y de formación de docentes) y *descentralización* de los mecanismos de financiamiento y gestión del sistema.

Llegados a este punto podemos intentar responder nuestra última pregunta: ¿quiénes, desde la perspectiva neoliberal, deben ser consultados para poder superar la actual crisis educacional? Podríamos intentar responder esta pregunta planteando el mismo interrogante, aunque de forma negativa: a quién *no* habría que consultar? La respuesta es, en principio, simple: a los culpables de la crisis (especialmente, claro, a los sindicatos y a aquellos "perdedores" que sufren las consecuencias del infortunio y la desgracia económica por la simple razón de haber desconfiado del esfuerzo y la perseverancia meritocrática que permiten triunfar en la vida, o sea, a las grandes mayorías). ¿A quiénes *sí*? Obviamente, a los exitosos: a los hombres de negocios. El razonamiento neoliberal es en este aspecto transparente: si los empresarios han sabido triunfar en la vida (esto es, si han sabido desenvolverse con éxito en el mercado) y lo que está faltando en nuestras escuelas es justamente competencia, quién mejor que ellos para darnos los secretos necesarios para triunfar. El sistema educacional debe convertirse el mismo en un mercado... pues entonces, deben ser consultados aquellos que mejor entienden del mercado para ayudarnos a salir de la improductividad y la ineficiencia que caracteriza a las prácticas escolares y que regula la lógica cotidiana de las instituciones educativas en todos los niveles. Es en este contexto que debe ser entendida la actitud mendigante y cínica de los gobernantes que solicitan a los empresarios "humanistas" la *adopción* de una escuela: ellos no sólo son hombres exitosos sino que además poseen dinero, recurso ciertamente escaso en las instituciones educacionales. Si cada empresario adoptase una escuela, el sistema educacional mejoraría casi de forma automática gracias a los recur-

sos financieros que los "padrinos" distribuirían y a los principios morales que, vinculados a una cierta filosofía de la *calidad total*, ellos difundirían en la comunidad escolar.

Sin embargo, la cuestión no se agota aquí. En cierto sentido, para los neoliberales, la crisis se resume en un conjunto de problemas técnicos que también deben ser respondidos de forma eficiente. Es así que salir de la crisis presupone consultar a los especialistas y técnicos competentes que disponen del saber instrumental necesario para llevar a cabo las citadas propuestas de reforma: expertos en currículum, en formación de profesores a distancia, especialistas en toma de decisiones con escasos recursos, sabihondos reformadores del Estado, intelectuales competentes en reducción del gasto público, doctores en eficiencia y productividad, etc. Alguien, cándidamente, podría preguntarse de dónde sacar tanta gente. La respuesta a semejante interrogante puede encontrarse en los corredores del Ministerio de Educación de cualquier gobierno neoliberal: son los organismos internacionales (especialmente el Banco Mundial) los que aportan todo tipo de especialistas en estas materias. Para trabajar en estos organismos, que no son precisamente de beneficencia y ayuda mutua, basta hacer proyectos que se retroalimenten a sí mismos (o sea, cuyas conclusiones indiquen la necesidad de financiar un nuevo proyecto coordinado por aquel mismo "experto" y, de preferencia, haber sido de izquierda, socialdemócrata, populista o todas esas cosas juntas en la pubertad profesional.

A modo de conclusión

Tal como hemos sostenido anteriormente, las otras dos dimensiones que caracterizan la dinámica de desintegración promovida por los regímenes neoliberales impactan fuertemente en el campo de las políticas educacionales.

En efecto, el aumento de la pobreza y la exclusión conducen a la conformación de sociedades estructural-

"La respuesta neoliberal es simplista y engañadora: promete más mercado cuando, en realidad, es en el propio mercado donde se encuentran las raíces de la exclusión y la desigualdad".

mente divididas en las cuales el acceso y la permanencia en instituciones educativas de calidad tiende a transformarse en un privilegio del que sólo gozan las minorías. La discriminación educativa se articula de esta forma a los profundos mecanismos de discriminación racial, sexual y regional ya existentes. Estos procesos no son exclusivos de las sociedades del Tercer Mundo. El capitalismo avanzado también ha visto intensificarse este tipo de tendencias en el seno de sociedades, aparentemente, inmunizadas al aumento de la pobreza, la miseria y la exclusión (7). Dos consecuencias evidentes se derivan de estos procesos: la dificultad (o, en algunos casos, la imposibilidad) por mantener y expandir mecanismos democráticos de gobernabilidad (8) y el aumento acelerado de la violencia social, política y económica (9).

Al mismo tiempo, la expansión de mecanismos de corrupción como forma dominante de regulación social tiende a configurar el sustrato cultural de sociedades altamente competitivas e insolidarias. El darwinismo social intensifica el proceso de fragmentación y división estructural que sufren las sociedades neoliberales. La corrupción como problema que excede el ámbito de la particular moral de las élites políticas, esto es, como lógica cultural, constituye un factor característico de todo proceso de des-agregación y desintegración social (10). Esta lógica cultural penetra capilarmente en todas las instituciones, especialmente en las educativas, las cuales tienden a convertirse en promotoras y difusoras de esta nueva forma de individualismo exacerbado (11).

En suma, los gobiernos neoliberales han dejado (y están dejando) nuestros países mucho más pobres, más excluyentes, más desiguales. Han incrementado (y están incrementando) la discriminación social, reproduciendo los privilegios de las minorías (los cuales no son pocos en nuestras sociedades). Han exacerbado (y están exacerbando) el individualismo y la competencia salvaje, quebrando así los la-

zos de solidaridad colectiva e intensificando un antidemocrático proceso de selección natural. La respuesta neoliberal es simplista y engañadora: promete más mercado cuando, en realidad, es en el propio mercado donde se encuentran las raíces de la exclusión y la desigualdad. Es en el mercado donde la exclusión y la desigualdad se reproducen y se amplían. El neoliberalismo nada nos dice acerca de como actuar contra las causas estructurales de la pobreza; por el contrario, él actúa intensificándolas.

Allí donde un gobierno neoliberal despliegue todo su arsenal tecnocrático veremos aumentar los privilegios que generan la extrema riqueza, que a su vez genera la extrema miseria, que a su vez genera la exclusión, que a su vez genera la barbarie, o sea, la desintegración social. Este es el dilema que el neoliberalismo no puede resolver. Reconocer e identificar la lógica perversa del neoliberalismo es una forma, quizás simple y limitada, de luchar contra él. Es evidente que esto no basta. Sin embargo, semejante desafío puede ayudarnos a repensar nuestras estrategias democráticas de lucha.

La izquierda no debe ser arrastrada por el pragmatismo conformista y acomodado según el cual el ajuste neoliberal es hoy la única opción a la crisis. Para quienes actuamos en el campo educativo la cuestión es simple y, al mismo tiempo, ineludible: luego del diluvio neoliberal nuestras escuelas serán mucho peores de lo que ya son ahora. No se trata sólo de un problema de *calidad pedagógica* (aunque también lo es), serán *peores* porque serán más excluyentes.

Nuestro pesimismo de la inteligencia debe permitirnos no desconsiderar la magnitud de la ofensiva neoliberal contra la educación pública. Nuestro optimismo de la voluntad, mantenernos activos en la lucha contra un sistema de exclusión social que quiebra las bases de sustentación democrática de una escuela pública de calidad para las mayorías. Tenemos todavía muchos desafíos por delante.

7. Véanse la excelente compilación de artículos sobre la problemática de la nueva pobreza en *Debates*, n° 35/36, marzo/junio de 1991, Valencia.

8. BORON, A. *Estado, capitalismo e democracia en América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

9. VÉASE: G. R. *Me va a tener que acompañar. Una visión crítica sobre los edictos policiales*. Buenos Aires: Ediciones El Naranjo, 1995.

10. Para un abordaje crítico del problema de la corrupción, consúltese: Salama, P. & J. Vallier. *Pauvreté et inégalités dans le tiers monde*. Paris: La Découverte, 1994.

11. PUIGGRÓS, A. *Volverse a educar*. Buenos Aires: Ariel, 1995.

Catecismo cívico do Brasil novo e cartilha do Real

A relação governo/povo**

* Mestranda do Curso de Letras -
Linguística - UFSC

Todo o falante tem consciência da eficácia do uso da linguagem como fator de interação social, através das relações de tipos variados, ou da (atu)ação junto aos demais no sentido de obter "reações ou comportamentos". Podendo-se considerar, assim, a linguagem "como forma de ação, ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade" (Koch, 1984: 17).

Os indícios da "vontade" do locutor no ato de produção do "Catecismo Cívico do Brasil Novo" e da "Cartilha do Real", evidenciados no uso de alguns operadores argumentativos, constituem o foco desta investigação.

A dificuldade na identificação da responsabilidade pela produção dos documentos levou-nos a tecer algumas considerações sobre o sujeito, bem como sobre a estruturação dos documentos a fim de elucidar propósitos da produção de tais discursos.

O catecismo e a cartilha

A fim de que possamos nos situar melhor, é importante que tenhamos claro a que tipo de informativos esta-

mos nos referindo. O "Catecismo Cívico do Brasil Novo", aqui tratado como "documento 1", consiste de um "manual" que traz 78 perguntas e 78 respostas, acompanhadas de uma citação inicial e uma citação final do então Presidente da República, Getúlio Vargas. Publicado em 1937, tal documento traz questões referentes à situação sócio-política do Brasil a partir de 10 de novembro de 1937, data da outorga da Constituição que legitimaria o regime político "democrático-autoritário"¹ Estado Novo, implantado por Getúlio Vargas, apoiado pela classe operária da qual aquele autoconferiu-se delegação de "tutor". Não há neste documento nenhuma referência explícita à responsabilidade pela sua elaboração ou informações nele contidas.

A "Cartilha do Real", aqui tratada como documento 2, é parte integrante de uma campanha de divulgação de uma nova moeda nacional. A mesma traz 45 perguntas e 45 respostas, acompanhadas de uma apresentação inicial dirigida ao leitor. O Banco Central do Brasil aparece na capa do documento, junto a insígnia do Governo

**Trabalho apresentado à Profª Drª Maria Marta Furlanetto na disciplina *Análise do Discurso II*.

1. O Estado Novo foi assim denominado no documento 1.

2. Nas citações, foi mantida a grafia original dos documentos; os grifos são nossos.

Federal (gestão 1990/1994), e também na apresentação do mesmo como órgão de referência em caso de dúvidas. Dessa forma, temos uma suposta responsabilidade sobre a elaboração, divulgação e/ou conteúdo informativo do documento 2.

O sujeito

Antes de passarmos à análise dos elementos que nos permitirão confrontar os dois documentos, fazem-se necessárias algumas considerações sobre a "autoria" dos textos referidos.

Partindo-se do princípio de que o nome atribuído aos documentos tem um caráter didático-religioso: catecismo (documento 1) "ensino dos dogmas e preceitos da religião" e cartilha (documento 2) "livro para aprender a ler. Livro elementar.", pode-se pressupor que há um "locutor" interessado em informar (doutrinar) receptores específicos, no caso os brasileiros. Esse locutor não se manifesta de maneira explícita, o que dificulta a sua caracterização.

Osakabe postula que "Tanto pode ser considerada a produção do ponto de vista de um produtor individualizado quanto pode ser considerada a produção do ponto de vista de um produtor socializado." Entendendo-se por produtor individualizado o "sujeito encarado do ponto de vista exclusivo de sua constituição e de sua história individual", e por produtor socializado um "sujeito determinado por condições sociais precisas, historicamente delineáveis, e portador de significações ideológicas de tais condições."

O Catecismo Cívico do Brasil Novo traz perguntas e respostas referentes ao Estado Novo, regime político cujo mentor e concretizador foi Getúlio Vargas, donde se depreende que seus colaboradores agiam à sombra das idéias dele (como representante político). Desse modo, pode-se pensar que o sujeito do documento 1 seja um produtor individualizado. Idéia reforçada pela autoridade (auto)conferida ao Presidente da República (ou seja, a Vargas) pelo Estado Novo, conforme consta nos seguintes exemplos do Ca-



tecismo:

Resposta da pergunta 25: "O Chefe do Estado (...) é o expoente do povo, o seu representante direto, a quem ele delega plenos poderes para governar o país, dirigir a sua política interna e externa e colaborar na legislação como seu principal orientador."²

Resposta da pergunta 27: "Agora, o Presidente exerce autoridade efetiva sobre todo o território nacional."

É possível observar que, ao outorgar a Constituição de 10 de Novembro de 1937, Getúlio Vargas delegou a si próprio o poder central sobre o país, isso nos mostra um indivíduo defendendo seus próprios interesses. A quem interessava que o povo tivesse informações específicas e favoráveis sobre o novo regime de governo, senão ao próprio Getúlio Vargas que era o Governo?

Por outro lado, Manoel Sarmanho Vargas, filho de Getúlio Vargas, numa entrevista à revista ISTOÉ de 25.08.94, afirma que "o Estado Novo tinha de sair, pois era, inclusive, uma exigência do Exterior. (...) Foi uma imposição. Além das questões de conjuntura interna, o Estado Novo foi uma imposição da conjuntura internacional." Temos, agora, um indivíduo representando interesses de alguns grupos ou de

"É possível observar que, ao outorgar a Constituição de 10 de Novembro de 1937, Getúlio Vargas delegou a si próprio o poder central sobre o país, isso nos mostra um indivíduo defendendo seus próprios interesses".

uma conjuntura histórica, o que nos levaria a um produtor socializado.

A Cartilha do Real traz perguntas e respostas sobre uma nova moeda, parte de um plano econômico idealizado pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Em um período de inflação alta e como o Real significava, fundamentalmente, a queda da mesma, os interessados em que o Real fosse uma moeda forte de fato eram inumeráveis, o que nos leva a pensar em um produtor socializado para o informativo "tranquilizador" Cartilha do Real. Não obstante, em campanha pela Presidência da República e tendo o apoio do Governo (do qual fora Ministro da Fazenda) que lançara o Plano Real quatro meses antes da eleição presidencial, pode-se presumir que o indivíduo Fernando Henrique Cardoso seria o maior interessado em que os esclarecimentos sobre a nova moeda, constantes da Cartilha do Real, fossem tranquilizadores quanto à estabilidade da economia a partir dessa medida. Isso daria credibilidade ao autor do plano a ponto de o povo querê-lo na Presidência da República. Analisando dessa forma, temos um produtor individualizado.

Como o sujeito enquanto ser social e representante de uma classe ou de grupos não necessariamente exclui o sujeito-indivíduo, é possível que os produtores responsáveis pelos documentos 1 e 2 encerrem em si as duas possibilidades de sujeito. Obviamente que a possibilidade da existência de um produtor socializado faz com que a aceitação do discurso por parte dos receptores seja maior e os efeitos do mesmo mais eficientes, por isso ambos os sujeitos se pretendem mostrar como tal.

Contexto histórico

O contexto histórico, vivenciado quando da produção dos documentos, é fundamental para que se possa compreender a "vontade" existente nos discursos, pelo mesmo estar inserido nas "condições de produção" que, segundo Lima, resolvem a problemática da "articulação entre "o discurso", a

lingüística e a História" (1990: 18).

Documento 1

No final do século passado, os primeiros sindicatos foram organizados por influência dos imigrantes europeus "militantes anarquistas e socialistas engajados nos movimentos políticos do proletariado europeu que trouxeram a ideologia anarquista ou anarco-sindicalista ao Brasil" (Lima, 1990: 42). Entre 1900 e 1920, os trabalhadores já se organizavam em associações para defender seus interesses, reivindicando redução de horas de trabalho e das desigualdades sociais, regulamentação do trabalho e reconhecimento dos direitos políticos.

A partir de 1922, surge um movimento, organizado por jovens tenentes contra o poder do Estado (Tenentismo), que fará a "revolução" de 1930. Essa "revolução", apesar de ter sido feita em nome do povo, beneficiou a burguesia que, na prática, foi quem realizou o dito movimento. Como se verifica em Lima (1990: 57), "O elitismo "tenentista" se revela assim em sua "estratégia revolucionária": a insurreição separada das massas populares, incapazes de promover, por suas próprias mãos, a queda das oligarquias". Dessa forma, percebe-se que o movimento operário fora sufocado pela "revolução" e tornara-se nulo quando Vargas assumiu a Presidência da República (1930), dizendo-se "delegado da Revolução em nome do exército e do povo". Nesse momento, teve início o chamado "populismo" que manteria Governo e povo teórica e ideologicamente unidos.

Vargas conseguiu anular os movimentos operários, colocando-se como um representante do povo e determinando uma série de medidas que "beneficiariam" os trabalhadores. Acalmando as manifestações da massa operária, Vargas aumentou sua popularidade e, em 10 de novembro de 1937, outorgou uma Constituição que instituiu o regime autoritário denominado Estado Novo.

Em novembro de 1937, foi publicado o *Catecismo Cívico do Brasil*

Novo com informações que normatizavam o comportamento do povo e institucionalizaram a democracia autoritária.

Documento 2

A Cartilha do Real foi lançada em junho de 1994 com o objetivo de levar ao conhecimento do leitor informações básicas sobre a nova moeda nacional - o Real (R\$), que começou a circular no dia 1º de julho daquele ano.

Lançado nesse período de grande instabilidade econômica, tal Plano acarretou uma inquietação generalizada na população que, até a data da divulgação do mesmo, recebeu informações fragmentadas sobre o seu conteúdo. Tais informações, além de não esclarecerem a maioria das dúvidas, eram vistas com um ceticismo exagerado que pode ser justificado pela sucessão de Planos Econômicos, decretados pelo Governo Federal a partir de 1986, como por exemplo: Planos Cruzado I e II, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor... Todos implantados sob a promessa de estabilidade econômica e, conseqüentemente, melhoria nas condições de vida da população brasileira.

A explicação para tantas tentativas de ajustar a economia está na ineficiência das medidas adotadas no que se refere ao combate à inflação que, no Brasil, já chegou a 80% ao mês, no período de transição entre os governos José Sarney e Fernando Collor, caindo consideravelmente no início de cada nova tentativa de ajuste da economia e ascendendo descontroladamente logo em seguida. Processo muito semelhante ao ocorrido na véspera da reforma em questão e que poderia voltar a ocorrer caso a mesma não tivesse solidez o bastante para mudar esse "ciclo".

Não obstante a urgência de medidas reguladoras da economia, uma reforma monetária como a apresentada no Plano Real (a maior da história do Brasil) traz inúmeras mudanças para a rotina financeira do país. Portanto, fundamental foi que o Governo "esclarecesse" a população, argumentando a

favor do novo plano em um informativo que evidenciou diferenças consideráveis entre este e aqueles planos econômicos.

Diante do quadro esboçado acima, o Governo providenciou um informativo tranquilizando a população, dirimindo algumas supostas dúvidas e esclarecendo a não existência de determinadas medidas de planos anteriores, as quais poderiam trazer conseqüências já conhecidas e não desejadas pelo povo.

Estruturação dos documentos

Em toda interlocução é necessário que haja um locutor e um alocutário. Sendo que o locutor ao deter a palavra deterá, de certa forma, o poder sobre a enunciação, na medida em que a conduz segundo estratégias de produção de sentido junto ao alocutário. Este, por sua vez, ocupa uma posição de dominado, pois está passivo, assujeitado no "dizer" do locutor. Tal situação pode relativizar-se no diálogo onde há uma alternância de posições. Onde se pode inferir que a opção, no ato da produção dos discursos dos documentos 1 e 2, por perguntas e respostas tivesse o propósito de descharacterizar a presença de um locutor dominante. Pois o conteúdo-alvo é passado nas respostas dadas (supostamente pelo Governo) a perguntas feitas (supostamente pelo povo). Não obstante o conhecimento de que a produção dos discursos se deu sem a participação efetiva do povo, temos apenas um lado representado, o que faz com que haja domínio de uma das partes na seleção das perguntas que em nome do povo seriam feitas. Dessa forma, a parte dominante desse "diálogo" teria o controle e a liberdade necessários para responder somente às perguntas de sua conveniência. Podendo, até mesmo, elaborar perguntas baseadas nas respostas já existentes.

A estratégia usada (perguntas e respostas) dissimula, assim, a idéia de unilateralidade, dando maior credibilidade aos documentos e garantindo a aceitação dos mesmos por parte do público por se considerar incluído, como

a parte condutora desse discurso, ao serem-lhe atribuídas as perguntas.

Essa é uma possibilidade para explicar a insistência no uso de tal estrutura nos documentos 1 e 2, mesmo com um distanciamento temporal de quase seis décadas. Aliado a isso, atentamos para o caráter didático da estrutura dos documentos, que passa uma idéia de clareza, objetividade e faz com que os leitores se sensibilizem com a "boa intenção" dos produtores dos textos, no sentido de torná-los acessíveis, fazendo um "jogo aberto" com os leitores. E, ainda, na medida em que os textos apresentam clareza (mesmo que aparente), o público alvo sente-se mais seguro, pois a simplicidade com que as informações são passadas leva a uma associação com a simplicidade e facilidade desejadas pela população para as implicações trazidas pelo material produto desses textos: as mudanças em decorrência da implantação do Estado Novo e a troca da moeda brasileira para Real. O que, na prática, não se verifica.

Recursos de argumentação usados

Admitindo-se que "a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva" (Fiorin, 1993: 32), vemos a argumentação como canal viabilizador da transmissão de uma ideologia para a linguagem. Nos textos, alguns indicadores nos permitem inferências sobre as condições de produção dos discursos e a "vontade" do locutor ao dirigir-se a seus interlocutores.

Procuramos evidenciar algumas relações argumentativas constantes dos documentos 1 e 2, relações essas que pré-existem à elaboração do discurso e não é possível que se deixem de manifestar em maior ou menor grau quando da concretização do ato (social) da enunciação.

O novo e o velho

Inicialmente, fazendo uma análise dos títulos dados aos documentos, "Catecismo Cívico do Brasil Novo" e "Cartilha do Real - sua nova moeda",

pode-se observar a presença de um adjetivo de grande importância semântica (novo/nova) que aparece dando a idéia de atualidade, modernidade. O adjetivo *novo* (*nova*) também pressupõe que houvesse algo antigo e já superado que precisasse ser substituído. Alguns exemplos da oposição *novo/velho* presentes no documento 1:

1º) Resposta da pergunta 34, que versa sobre o processo eleitoral: "O antigo método de eleição direta pelo sufrágio universal não passava de uma mistificação que, na prática, servia apenas para facilitar a conquista de poder pelos grupos de que os diferentes partidos eram instrumentos políticos. O processo de eleição indireta instituído pela Constituição de 10 de novembro de 1937 assegura uma verdadeira representação do povo."

O *antigo* método, ou seja, eleição pelo voto direto, é colocado como mistificação, instrumento facilitador de poder para os partidos políticos; omite-se aqui qualquer vantagem desse método antigo e apresenta-se o *novo* processo, que asseguraria representação do povo. A maior vantagem desse novo processo vem enfatizada no adjetivo "verdadeira", referindo-se à representação do povo, antes colocada como "mistificada".

No documento 2, a contraposição *novo/velho* aparece com menor incidência. Por exemplo:

1º) Resposta da pergunta 30, sobre a caderneta da poupança: "Com a chegada do Real vai desaparecer a ilusão que faz com que as pessoas pensem que seu dinheiro cresce muito na poupança. Isto é ilusão porque este crescimento é fruto de uma alta taxa de inflação. Sem inflação, o dinheiro aplicado em poupança será mais forte e o poupador poderá planejar sua vida, com tranquilidade, por um prazo mais longo."

Como a caderneta de poupança é a aplicação mais popular da grande maioria dos brasileiros que conseguem economizar e, com a implantação da *nova* moeda, passou a ter um rendimento muito abaixo dos índices anteriores (impulsionados pela inflação),

para que a população não fosse desestimulada de tal aplicação, canalizando suas economias para o consumo, o "Governo" mostra que os altos rendimentos anteriores eram ilusórios. Agora, o dinheiro "será mais forte", dando tranquilidade ao poupador que poderá "planejar sua vida" - um ponto muito valioso a favor da nova poupança: realização do sonho de se ter tranquilidade para viver de forma planejada. Resta saber se os brasileiros terão Reais para pôr nessa poupança, tão segura.

Podemos atribuir ao propósito de dar um caráter de mudança tranqüila e simplificada a uma reforma monetária tida como a maior já realizada, não só no Brasil como no mundo, o fato de essa contraposição (*novo/velho*) não ter sido muito explorada.

O que se verifica no documento 2 é justamente a tentativa de passar uma idéia de continuidade e não de mudança radical. Fato esse observado na abundância de respostas com verbos que dão idéia de continuidade, principalmente nas perguntas referentes aos assuntos que causavam maior inquietação à população, como por exemplo:

1ª) Resposta da pergunta 20: "**Permanecerão** inalteradas as regras contratualmente previstas para o reajuste das prestações."

2ª) Resposta da pergunta 31: "A caderneta de poupança **continuará** a ser uma aplicação de grande simplicidade, garantia e liquidez, acessível a todos os segmentos da população."

3ª) Resposta da pergunta 42: "...**continua** assegurada a livre negociação e a negociação coletiva entre patrões e empregados, observada a legislação em vigor." (Plano Cruzado, 1986)

A afirmação e a negação nas respostas

Além da contraposição *novo/velho*, também caracterizando um discurso revestido de propósitos, temos, no documento 1, um número considerável de questões que, na sua essência, trazem um dado favorável ao Estado

Novo, que será ratificado na resposta introduzida pela afirmação *sim*, evitando que pouse qualquer dúvida acerca do que está sendo colocado na pergunta. Exemplos:

1ª) Pergunta 27: "Reforçando a autoridade do Presidente da República, a Constituição de 10 de Novembro veio cercar de maiores garantias todos os brasileiros, garantindo e protegendo melhor os seus direitos e legítimos interesses?"

O próprio questionamento, na sua forma direcional, já traz em si informações favoráveis e tranqüilizadoras, pois já diz que os brasileiros terão seus direitos e "legítimos" interesses "garantidos" e "protegidos" pela Constituição, o que só foi (e só poderia ser) reforçado na resposta.

3ª) Pergunta 63: "O Estado Novo prosseguiu na obra de legislação trabalhista realizada desde 1930 melhorando ainda mais as condições das massas trabalhadoras?"

Num primeiro momento, gostaríamos de registrar que consideramos uma inadequação o uso do ponto de interrogação, pois temos aí uma assertiva que sequer precisaria ser confirmada. A terceira oração, presente nessa "pergunta", não deixa dúvidas de que a resposta só poderia ser afirmativa. O uso da expressão "melhorando ainda mais" expõe um juízo de valor que eleva a atuação do Estado Novo no quesito citado.

Esses exemplos nos mostram também o quanto é forçada a atribuição (implícita na estratégia usada) das perguntas ao povo, pois se por um lado o Catecismo foi publicado para esclarecimentos, por outro as perguntas mostram que seu "autor" tem total domínio das informações que serão apenas confirmadas na maioria das respostas.

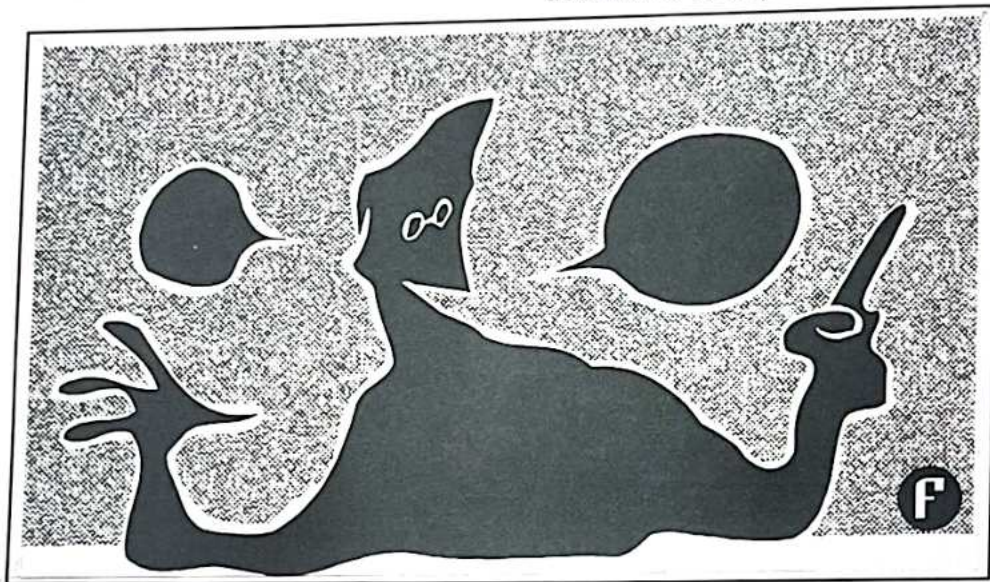
No documento 2, no intuito de diminuir as dúvidas que porventura a população tivesse, muitas perguntas foram feitas, para serem negadas, imediatamente, em respostas introduzidas pela negação *não*. Por exemplo:

1ª) Pergunta 27: "Haverá tablita nas prestações de crediário?"

2ª) Pergunta 29: "Haverá bloqueio na caderneta de poupança?"

3ª) Pergunta 38: "Haverá congelamento de preços?"

A resposta negativa vem dar a calma necessária para que as pessoas aceitem melhor todos os inconvenientes de uma reforma monetária de tão grande alcance, passando, assim, a idéia de um processo sereno, de fácil realização, sem maiores danos ao povo que terá que conviver com todas as alterações (e prejuízos não citados no documento 2) implicadas pelo Plano



Econômico.

...isto é,...

Outro aspecto que deixa claro o propósito do "locutor" na produção do Catecismo Cívico do Brasil Novo é o caráter metadiscursivo que restringe as informações, não deixando muito espaço para questionamentos, por parte do leitor, que tem nas mãos todos (e somente) os dados que "devem" ser do conhecimento dele. O que se verifica no uso freqüente da expressão *isto é*, por exemplo:

1ª) Resposta da pergunta 29: "Assim, o que é feito pelo Estado, **isto é**, pelo Presidente da República, que é a sua personificação suprema, corresponde às tendências da vontade nacional".

Não é possível deixar de chamar a atenção para a contradição presente nesse fragmento: se o Presidente da República é a personificação **suprema** do Estado, como pode corresponder

às tendências da vontade nacional? O adjetivo **suprema**, referindo-se à figura de Getúlio Vargas, deixa claro que será feita a vontade dele (supremo como o Todo Poderoso - "seja feita a Vossa vontade, assim na terra como no céu"), caracterizando, assim, um autoritarismo que se quer mostrar democrático.

2ª) Resposta da pergunta 31: "A Câmara é eleita pelo povo, por processo indireto, **isto é**, por um colégio eleitoral formado em cada Município pelos vereadores municipais e por dez cidadãos eleitos pelo povo..."

Essa explicação se fez necessária para limitar a significação de "eleita pelo povo, por processo indireto", pois a ambigüidade da declaração poderia abrir espaço para muitas discussões. No entanto, o esclarecimento do que seja elimina as divergências possíveis na interpretação, direcionando-a de acordo com a conveniência do produtor do discurso.

X mas Y

Recurso de argumentação muito usado no documento 1, o conetivo *mas*, segundo Ducrot, desdobra-se em dois *mas*: "um de "refutação" (cf. em alemão *Sondern* e em espanhol *sino*) e um *mas* de "argumentação" (Maingueneau, 1993:165). Durante a análise de algumas ocorrências do *mas* no documento 1, explicitamos de forma mais detalhada essa classificação.

1ª) Na resposta à pergunta 6 "Que é Estado da Federação?" temos: "Estado é a denominação dada às diferentes regiões em que o Brasil se divide. Cada um dos estados goza de autonomia naquilo que diz respeito aos seus interesses locais. **Mas** todos são obrigados a conformar-se com o supremo interesse da Pátria e devem governar-se de acordo com as regras determinadas pela Constituição Nacional."

Num primeiro momento, a informação de que cada Estado tem autonomia no que se refere aos interesses locais aponta para uma determinada orientação: Estados autônomos. No entanto, o *mas* introduz uma informa-

ção que, se não contradiz, enfraquece o dado anterior, pois coloca que os Estados devem submeter-se às regras da Constituição Nacional.

Vemos, assim, uma estratégia para passar uma idéia de democracia na informação inicial que é desmascarada na seqüência, quando a intenção maior (centralização) pode ser depreendida.

Nesse exemplo, o uso do *mas* aproxima-se do *mas argumentativo*; pois, segundo Guimarães(1987), apresenta a seguinte orientação argumentativa: $X(A) \text{ mas } Y(B)$, onde: "A é argumento a favor de uma conclusão r e B argumento a favor de (não r) $\sim r$, sendo este argumento predominante. Portanto A *mas* B é argumento para $\sim r$ ".

2ª) A pergunta 7 é introduzida pelo conetivo *mas*: "___ Mas, se o Brasil é um só, como se justifica a sua divisão em Estados com liberdade para tratar dos seus negócios internos, em vez de serem apenas províncias, zonas governadas todas pelo Poder Central?"

Conforme já foi dito (sobre a estruturação dos documentos), é possível perceber um interesse em caracterizar esse texto como sendo dialógico, na medida em que locutor e alocutário alternam posições ao deter o discurso. Como vimos, a pergunta 7 corrobora o acima exposto, na medida em que se assemelha a uma fala de seqüência de um diálogo, pois está diretamente relacionada à resposta dada (por "outra voz") para a pergunta anterior.

O *mas* aparece extrapolando os limites da frase, mas conectando o enunciado da pergunta com as informações já fornecidas na questão anterior. Estrutura semelhante se observa também nas seguintes perguntas:

13) "___ Mas, interessar-se pela política é dever de todo brasileiro?"

66) "___ Mas, esses estudos preliminares retardarão a aplicação do salário mínimo?"

68) "___ Mas, a organização da economia popular só surgiu entre nós com o Estado Novo?"

O uso abundante do *mas* nesta posição pode ser atribuído ao fato de tal

conetivo pressupor um(ns) argumento(s) já citado(s), retomando-o(s) como motivador(es) de questionamentos e/ou posições contrárias que apresentarão um novo argumento sobre o qual há interesse em se passar informações.

Esse uso aproxima o conetivo da classificação *mas argumentativo* na medida em que, de acordo com Vogt, não exige que o argumento anterior seja gramaticalmente negativo, mas introduz um argumento mais forte que se sobrepõe ao(s) primeiro(s). Além disso, Guimarães atribui ao *mas argumentativo* a "possibilidade de articulação por sobre os limites da frase" (1987: 63).

Não obstante, entendemos que a função do *mas* nos exemplos citados acima é bem mais dialógica e está a serviço da estratégia usada (pergunta ("povo") resposta ("governo")), portanto preferimos não enquadrar esses exemplos dentro de nenhuma das duas classificações.

3ª) Observando a resposta da pergunta 13, temos: "___ O Estado Novo purificou a política, que não é mais um jogo de interesses de grupos, *mas* um campo de ação livre, amplo e absoluto, da nova democracia instituída em 10 de novembro de 1937."

Nessa resposta, o locutor (supostamente o governo) reafirma a importância do Estado Novo para a política, "refuta" o argumento que "outra voz" teria apresentado de que a política seria "um jogo de interesses de grupos" e apresenta uma argumentação que retifica essa idéia, apresentando a política como "um campo de ação livre, amplo e absoluto, da nova democracia..."

Poderíamos dizer que o uso do *mas*, feito no exemplo acima, assemelha-se ao que Ducrot classifica como *mas de refutação* que "recusa a legitimidade daquilo que um destinatário disse ou pensou...", no caso, a concepção de política anterior ao Estado Novo. Por outro lado, apresenta um argumento que retifica o primeiro: a concepção de política pós Estado Novo.

O uso do conetivo *mas* retomando

"Há uma "vontade" que pré-existe ao produto final do texto, mas há também um assujeitamento do "locutor" (produtor) ao texto que, uma vez entregue, aberto a leituras, ganha autonomia".

e reconhecendo argumentos já apresentados para, logo em seguida, retificá-los ou refutá-los (*mas de refutação*) ou, ainda, para mudar a orientação argumentativa (*mas argumentativo*), através da apresentação de outro argumento mais forte, constitui tal conetivo como um importantíssimo marcador lingüístico da força argumentativa na enunciação.

O jogo polifônico que se estabelece, no documento 1, principalmente quando se usa o conetivo *mas* extrapolando o limite frasal, mostra muita habilidade na produção textual. O que se manifesta na medida em que é na pergunta que surge a dúvida sobre a validade da informação passada na questão anterior. É, virtualmente, a "voz do povo" que reconhece os argumentos apresentados pelo responsável pelas informações e os questiona como se anseasse por maiores esclarecimentos. A resposta vai reforçar os dados já fornecidos, sob o pretexto da solicitação feita (na pergunta). Cria-se a situação propícia para legitimar e constituir o responsável pelas informações, autorizando-o a discorrer sobre o assunto - Constituição de 1937 - propósito evidente do documento.

O conetivo *mas* foi usado, ainda, em muitos outros exemplos no documento 1; os casos analisados acima não se propõem a esgotar as possibilidades de investigação do uso de tal conetivo, apenas ilustrar algumas, ficando em aberto muitas outras possíveis.

Com relação aos dois últimos operadores argumentativos abordados, ressaltamos que o caráter metadiscursivo, observado em tantas respostas no Catecismo Cívico do Brasil Novo (principalmente através da expressão *isto é*) não aparece com tanta evidência na Cartilha do Real, e o conetivo *mas* não é utilizado no documento 2. Isso pode ser atribuído ao caráter técnico das explicações dadas a questões bastante objetivas, como os seguintes exemplos:

1ª) Pergunta 2: "Quanto valerá um Real?"

2ª) Pergunta 5: "Como será feita a

troca das cédulas de cruzeiros reais pelas novas cédulas e moedas de Real?"

3ª) Pergunta 12: "Qual será o horário de funcionamento das agências bancárias nos dias 1º, 2, 3, e 4 de julho de 1994?"

Através dessas perguntas, constatamos que no documento 2 há uma preocupação em dar esclarecimentos objetivos sobre questões imediatas e bem localizadas, com as quais a população vai se deparar num futuro próximo e bem definido. Isso faz com que as respostas sejam o mais diretas e simplificadas possível, descomplicando aparentemente a ação das pessoas após a reforma financeira.

Para finalizar, gostaríamos de salientar que, mesmo aceitando e procurando evidenciar nos documentos analisados que "toda a atividade de interpretação presente no cotidiano da linguagem fundamenta-se na suposição de que quem fala tem certas intenções, ao comunicar-se" (Koch, 1984:24), não podemos deixar de considerar o texto acabado como resultado de trabalho heterogeneamente constituído. Há uma "vontade" que pré-existe ao produto final do texto, mas há também um assujeitamento do "locutor" (produtor) ao texto que, uma vez entregue, aberto a leituras, ganha autonomia. Maingueneau esclarece que "Um enunciado de uma formação discursiva pode, pois, ser lido em seu "direito" e em seu "avesso": em uma face significa que pertence a seu próprio discurso, na outra, marca a distância que o separa de um ou vários discursos" (1987:120). O que o autor explicita melhor ainda quando diz que "... o discurso é mobilizado por duas tradições: a que o funda e a que ele mesmo, pouco a pouco, instaura" (op. cit. p. 125).

Assim, as inferências feitas na presente análise apontam para uma possibilidade de "interpretação semântica", dentre tantas outras plausíveis de acordo com o conhecimento de mundo de cada receptor, bem como do contexto (condições de produção e de enunciação) ao qual tais textos forem associados.

Bibliografia

- A chave é a emissão. Veja*, São Paulo, edição 1347, ano 27, n. 27, p. 22-25, 1994 -Semanal.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1993.
- Guia prático do real. *Istoé*, São Paulo: n. 1292, 1994.
- GUIMARÃES, J. *Texto e argumentação: um estudo das conjunções do Português*. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- KOCH, I.G.V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.
- LIMA, M.E.A.T. *A construção discursiva do povo brasileiro*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 2.ed. São Paulo: Pontes, 1993.
- OSAKABE, H. *Argumentação e discurso político*. São Paulo, 1979.
- Vilões de última hora. *Veja*, São Paulo, edição 1347, ano 27, n. 27, p. 18-20, 1994-Semanal.
- VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

Desenvolvimento, uma idéia subdesenvolvida

Resumo: somos sociedades que se mobilizaram a fundo pelo desenvolvimento, mas nunca o conseguimos viabilizar. Por quê? Será a agenda da modernização incompatível conosco? Na procura da resposta à estas questões, este texto rastreia a idéia do desenvolvimento, vocábulo até bem pouco tempo sagrado, inquestionável e, por isto mesmo, na maioria das vezes, usado inconscientemente, sem a preocupação em defini-lo.

Amédée Frézier, navegador francês, fez o seguinte relato da sua estadia na Ilha de Santa Catarina em 1712: "Esta gente, à primeira vista, parece miserável, mas eles são efetivamente mais felizes que os europeus, ignorando as curiosidades e as comodidades supérfluas que na Europa se adquirem com tanto trabalho; (...) a terra lhes fornece os elementos necessários à vida, as madeiras e as ervas, o algodão, peles de animais (...); não almejam essa magnificência de habitação mobiliada e bem equipada, que só fazem excitar a ambição e lisonjear durante algum tempo a vaidade, sem tornar o homem mais feliz; o que é ainda mais notável é que eles se apercebem de sua felicidade quando nos vêm ir à

cata de dinheiro com tanta fadiga.

(...) Possuem também muitos remédios naturais (...).

A pesca é muito abundante nas inúmeras enseadas da ilha e da terra firme, onde se pode comodamente pescar; (...)

A caça não é menos abundante que a pesca; mas os bosques são de tão difícil acesso que é quase impossível (...).

O sonho acabou

Seduzido pelo sonho do desenvolvimento, nas últimas cinco décadas o Brasil (e grande parte do terceiro mundo) se transformou de uma sociedade agrária em urbano-industrial, embora à um custo humano intolerável. Nesta implantação tardia (em relação aos países de onde ela surgiu) da indústria, o Brasil procurou saltar etapas, imitando o padrão tecnológico disponível no exterior. A viabilização do nosso desenvolvimento através da industrialização - que ocorreu numa conjuntura internacional extremamente favorável (boom do pós guerra) - se dá apesar (e por causa) da não resolução das contradições internas, isto é, sem rupturas, **sustentando a continui-**

** Professor do Departamento de Ciências Econômicas - Centro Sócio-econômico - UFSC*

"O que existe no mundo basta para satisfazer as necessidades de todos, porém não à cobiça de alguns"

(Gandhi).

dade das elites oligárquicas enquanto "donas do poder" (processo de modernização conservadora).

A idéia de que indústria e tecnificação são sinônimos de progresso estava presente de forma trágica no modelo agrícola vigente a partir dos anos 60, quando adentramos na "revolução verde" através da adoção de um pacote tecnológico (sementes melhoradas, mecanização, insumos químicos e biológicos) que prometia viabilizar a modernização de qualquer país. Forma-se e consolida-se o complexo agro-industrial, vinculando profunda e definitivamente a agricultura - tanto a montante (fornecimento de insumos, maquinaria e serviços), quanto a jusante (através do setor agro-alimentar) - com a indústria.

Com grande otimismo chegávamos a acreditar em meados dos anos 70 que a nossa industrialização retardatária tinha se completado, e que tínhamos, portanto, alcançado os países desenvolvidos. Pensávamos que, apesar de dependentes, estávamos integrados com a economia mundial e que esta "colagem" nos garantiria um desenvolvimento contínuo. Com a crise dos anos 80, constatamos que isto era uma ilusão. Nesta "década perdida" (em termos econômicos) implodiram os mecanismos que viabilizaram o desenvolvimento brasileiro (como o da capacidade do Estado de liderá-lo, e a conjuntura internacional propícia).

Todo o esplendor da industrialização alcançada nos impedia de ver nitidamente que "o rei estava nu", isto é, que tanto em outros cantos do mundo já se constatava a velhice do industrialismo, quanto internamente o desenvolvimento gerava um abismo cada vez maior entre os integrados ao mesmo e a imensa maioria dos excluídos. A crise nos permitiu ver melhor a perversidade do sistema: a sociedade mais desigual do planeta somente era viável (e não explodia) porque havia expansão econômica (era a "regra da bicicleta": enquanto estiver em movimento, não cai). A superação do apartheid social (expressão que surge e se impõe nos anos 90) torna-se o grande

desafio do presente. Como?

Quebrou-se aquele encanto com o pacote tecnológico milagroso da "revolução verde", havendo um consenso crescente de que, no mínimo, a mesma "não conseguiu cumprir suas promessas" (Martine, 1987: 261). Pelo contrário, a produção per capita de alimentos é menor do que no início da industrialização; desencadeou-se uma maciça e irreversível erosão e degradação do solo; debate-se a toxicidade crescente dos alimentos consumidos; constata-se que a homogeneização genética e operacional exigida pela "revolução verde" tem eliminado progressivamente a preciosa biodiversidade. O campo se industrializou, a modernização agrícola foi efetuada de forma acelerada e profunda, mas o êxodo rural também se multiplicou, a já acentuada concentração fundiária se aprofunda, e a fome é uma realidade cada vez mais ameaçadora. Saudada como um "milagre" no princípio, a revolução verde é vivida cada vez mais como um fracasso e um pesadelo.

Naqueles anos 80 ocorreu também uma revolução tecnológica que aumentou extraordinariamente a produtividade, transformando as sociedades ricas em sociedades "pós industriais" (sociedades onde a informação se torna um dos fatores estruturadores da mesma), crescendo a distância que as separava do mundo subdesenvolvido. Afirma Fiori que o crescimento econômico dos países centrais desta vez não alavanca o crescimento dos países atrasados. Pelo contrário, impõe a exigência de um ajuste econômico recessivo que penaliza ainda mais populações já extremamente debilitadas. Esta nova ordem mundial tem sido motivo de apreensão por parte dos países em desenvolvimento, os quais "estão preocupados com a possibilidade de os países industrializados virem a abandoná-los" (Takahashi, 1992: 3).

Esta mutação tecnológica/societária tornou obsoleto nosso padrão industrial¹. Dentro do quadro de um novo paradigma industrial, aquilo que

¹Com fina ironia registra João M. C. de Mello (1992: 59) que "levamos cem anos, de 1830 a 1930, para imitar a inovação fundamental da Primeira Revolução Industrial, o setor têxtil. E noventa anos, de 1890 a 1980, para copiar os avanços da Segunda Revolução Industrial. Quando tudo dava a impressão de estarmos prestes a entrar no Primeiro Mundo, eclodiu a Terceira Revolução Industrial".

²"Nesta crise de final de século (...) o Brasil parece estar em uma situação em que a sua inserção internacional não lhe cria constrangimentos decisivos, mas também não lhe abre opções claras. Vale dizer, a economia e a sociedade brasileiras parecem estar obrigadas a caminhar com as suas próprias forças" (M. C. Tavares, 1993: 180).

³Em amplo balanço do "desenvolvimento da teoria do desenvolvimento" Sunkel afirmava em 1976 que "o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, que é o que realmente temos em mente quando falamos agora da teoria do desenvolvimento, é um tema muito recente na evolução do pensamento econômico. Dificilmente algum livro publicado antes de 1950 continha a palavra desenvolvimento em seu título (...)".

antes era nossa grande vantagem (mão de obra barata) e que atraía capitais externos, passa a ser um empecilho: agora necessita-se de mão de obra qualificada. Hoje descobrimos que "estamos tão longe do desenvolvimento quanto estávamos no final do século XIX, quando o escravismo bloqueou o surgimento duma sociedade industrializada" (Belluzzo). Naquela época, através duma política de "branqueamento", optamos por um padrão mimético de desenvolvimento que abandonou os escravos à sua própria sorte. Corremos o risco de reprisar o desastre da abolição/modernização, só que numa escala muito mais grave: são os pobres que hoje deixam de interessar até como mão de obra a ser explorada. Há razões para afirmar que o novo padrão de acumulação não somente não é adequado para superar os níveis atuais de pobreza como também é gerador de novas formas de exclusão.

O processo de globalização nos colocou num beco sem saída. A "belíndia" (imagem criada por um economista de que no Brasil coexistem uma Bélgica e uma Índia) encontra-se numa encruzilhada: se continuarmos a perseguir a inalcançável modernização (buscando uma inserção competitiva na ordem globalizada), o lado Bélgica continuará se afastando em alta velocidade do lado Índia, levando à uma sociedade cada vez mais absurda e inviável. A crise é uma oportunidade para repensar os caminhos escolhidos². As transformações atuais estão a exigir novos conceitos. O futuro exige que não sigamos nenhum dos modelos tradicionais. Temos de pensar o impensável.

Desenvolvimento: um projeto neocolonial, uma miragem impossível

"O subdesenvolvimento não é ... insuficiência ou ausência de desenvolvimento. **O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento**, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre as diversas regiões do plane-

ta" (Josué de Castro, 1972).

Entendo que a chave do dilema reside na idéia de desenvolvimento. Por que desenvolvimento? Qual seu sentido? De onde surge?

No âmago da imagem do desenvolvimento está a idéia de **progresso** que tem caracterizado a sociedade ocidental nestes 2000 anos, ou seja, uma percepção da vida como expansão material incessante, desmedida. Porém, a gênese dos processos de "desenvolvimento" e "subdesenvolvimento" reside na revolução industrial, grande divisor de águas entre os povos. Reconhece Jaguaribe (1992: 8) que "o desnível entre o Norte e o Sul é, como se sabe, um fato histórico relativamente recente. **Em todas as sociedades civilizadas do mundo, o nível básico de vida foi o mesmo, até a renascença. A revolução mercantilista veio criar diferenças em favor dos países que se dedicaram ao comércio mundial e ao colonialismo. Com a Revolução Industrial, as sociedades industriais passaram a ter, em relação às sociedades que permaneceram agrárias, vantagens cada vez mais aceleradas**".

Mas a difusão do mito do desenvolvimento, de que os povos pobres devem aspirar alcançar o padrão de vida dos ricos, é bem mais recente. O interesse dos economistas pelos problemas da miséria e da desigualdade entre os povos das chamadas "regiões atrasadas" somente surge após a segunda guerra mundial, em decorrência do "furacão de descolonização que varreu o mundo" (conf. Myrdal, 1974: 363)³. A partir do discurso de posse do presidente Truman em janeiro de 1949, quando ele define a maior parte do mundo como **subdesenvolvido** e anuncia um plano de ajuda (programa Ponto Quatro) para que todos os povos avancem no mesmo caminho para a prosperidade, é que dissemina-se o vocábulo desenvolvimento (e sua contrapartida, subdesenvolvimento) com o seu significado atual. Até então ele era utilizado para referir-se à evolução das espécies ou às jogadas de xadrez (Illich, 1988: 150). Agora

"A crise nos permitiu ver melhor a perversidade do sistema: a sociedade mais desigual do planeta somente era viável (e não explodia) porque havia expansão econômica (era a "regra da bicicleta": enquanto estiver em movimento, não cai)".

"As transformações atuais estão a exigir novos conceitos. O futuro exige que não sigamos nenhum dos modelos tradicionais. Temos de pensar o impensável".

4Conf. a clássica tese de Rostow (*"As etapas do desenvolvimento econômico. Um manifesto não comunista"*) de que o desenvolvimento é um processo evolutivo com uma sequência de fases. Esta obra representa, aliás, a afirmação extrema da nova ideologia do desenvolvimento.

5A retirada incessante do fosfato trouxe muita riqueza para seus três mil habitantes. Mas, sem ter onde morar, a população de Nauru resolveu importar terra para tapar o enorme buraco. Logo descobriram que a operação era impossível: o custo de transporte por mar da terra necessária era muito maior que todo o lucro que tiveram devastando seu pequeno lar.

6Este grande consenso industrialista abrange, de modo geral, o pensamento socialista. Isto se evidencia particularmente na obra de Marx, ainda que se possa perceber no mesmo traços de influência da tradição romântica. Esta surge em reação à revolução industrial, se antepondo a mesma em nome de valores pré-capitalistas (conf. Löwy, 1990). Para Wallerstein a indústria, ao ser tomada como sinônimo do socialismo, foi uma promessa vã que enganou a esquerda do terceiro mundo ao longo do século XX.

passa a ser aplicado às pessoas, classificando e dicotomizando os povos, países, definindo as estratégias da marcha de todas as sociedades para a terra prometida. O conceito de desenvolvimento, como um cavalo de Tróia, nasce com a marca da missão civilizadora do ocidente capitalista industrial para enfrentar a novidade da emergência política do terceiro mundo (impulsionada pela revolução chinesa e ascensão do bloco comunista).

A transição do colonialismo direto para a ordem pós-colonial foi gerenciada pelos países do Norte sem que estes perdessem suas vantagens. Ao contrário, eles estenderam para outras áreas seu controle e pilhagem sobre os recursos do Sul através do desejo (e do financiamento) do desenvolvimento controlado pelas instituições multilaterais criadas no pós-guerra (GATT, FMI, Banco Mundial). O "subdesenvolvimento" foi uma caricatura grotesca criada pelo processo de modernização/recolonização, sendo um termo impróprio porque teleológico (isto é, designa as sociedades periféricas como "atrasadas", assemelhando-as aos países "desenvolvidos" em um estágio anterior de seu desenvolvimento⁴), abstraindo o essencial: a gênese histórica do subdesenvolvimento, que deriva da inserção destes países na economia mundial de mercado (Samir Amin). No início deste século Rosa Luxemburg demonstrou que o colonialismo era uma condição necessária para o crescimento capitalista.

A idéia de desenvolver, segundo Furtado (1974: 75), tem sido útil "para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar novas formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo". As políticas desenvolvimentistas arrancaram, em poucas décadas, populações inteiras da sua economia de subsistência tradicional, mas não as integraram plenamente (ou seja, não as transformaram em cidadãs).

Kurz, ao desnudar o colapso da modernização do terceiro mundo, afirma que "a maior parte da sociedade foi apenas modernizada em sentido negativo, isto é, foram destruídas as estruturas tradicionais sem que alguma coisa nova ocupasse seu lugar" (Kurz, 1992: 194). A crença cega no desenvolvimento levou à aberração: Nauru (pequena ilha-nação no Pacífico devorada pela exploração de fosfato que a transformou numa imensa cratera) prenuncia assustadoramente nosso destino⁵.

Nossa civilização vive sob o signo da indústria⁶, a qual se constitui na grande esperança para os povos que querem se desenvolver e aumentar seus níveis de renda. A indústria é portadora da promessa da abundância, de que mais é melhor. Este é o núcleo do projeto desenvolvimentista, do grande mito que justificava todo o sacrifício. Raúl Prebisch afirmou em 1949 (num influente artigo considerado como uma espécie de manifesto inicial da CEPAL) "o significado fundamental da industrialização para os países novos. Ela não é um fim em si mesma, mas o único meio que se dispõe para captar uma parte do fruto do progresso técnico e elevar progressivamente o nível de vida das massas" (grifo nosso).

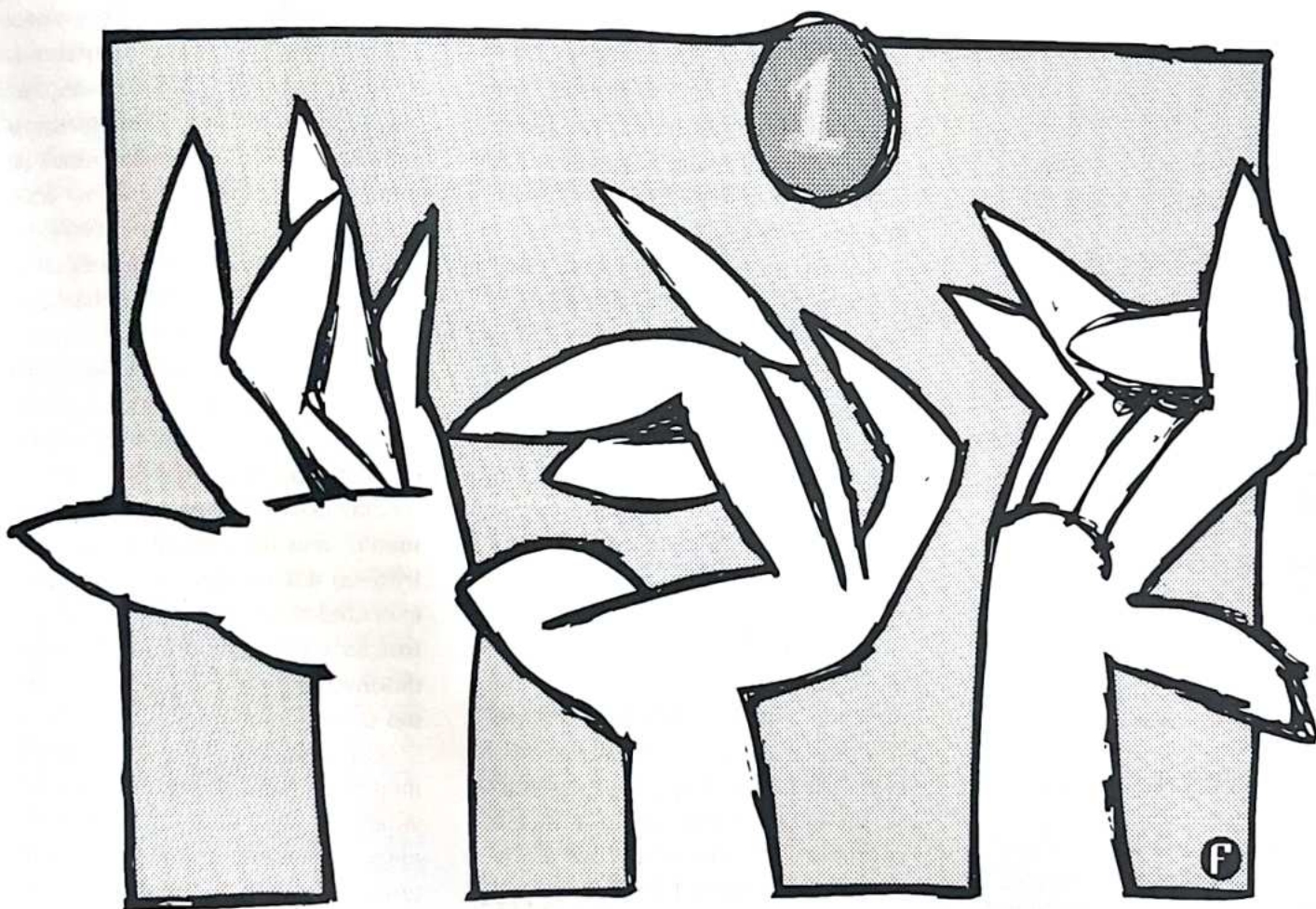
A perspectiva ocidental do desenvolvimento estava fundada sobre a dissipação dos recursos não renováveis (combustíveis fósseis). Hoje, com o previsível esgotamento do petróleo nas próximas duas décadas, bem como a impossibilidade do uso intensivo e extensivo dos carvões minerais, esgota-se um ciclo civilizatório e vislumbra-se as falsas bases da sociedade industrial. A produção industrial capitalista exige uma expansão constante, sem limites, acelerando o tempo próprio do processo produtivo (tempo histórico) de forma incompatível com o tempo (biológico/geológico) que requer a natureza para sua reprodução (Altwater). O tempo da biosfera é um tempo circular, de ciclos regulares e de contínua reciclagem. Do ponto de vista entrópico (físico/energético), o proces-

"As políticas desenvolvimentistas arrancaram, em poucas décadas, populações inteiras da sua economia de subsistência tradicional, mas não as integraram plenamente (ou seja, não as transformaram em cidadãs)".

so econômico moderno rompe com a estabilidade biosférica, sendo uma transformação de recursos naturais e energia em lixo e poluição (Georgescu-Roegen). A aceleração do tempo com o capitalismo é a aceleração da degradação entrópica. As forças produtivas chocam-se com os limites naturais e transformam-se em forças destrutivas, gerando a crise sócio-ambiental e o esgotamento do crescimento econômico (ou seja, decrescimento). A expansão incessante da economia

dhi que "se a Inglaterra pegou os recursos do planeta para alcançar sua prosperidade, quantos planetas necessitará a Índia?". Também Furtado em 1974 nos advertia que o desenvolvimento econômico "é um simples mito", que a promessa dos povos pobres desfrutarem do padrão de consumo gerado pelo capitalismo industrial "é simplesmente irrealizável", pois este estilo de vida "será sempre o privilégio de uma minoria. O custo em termos de depredação do mundo físico

"A expansão incessante da economia (desenvolvimento) é, no fundo, anti-econômica, uma economia do absurdo, pois destrói suas próprias bases de reprodução. A civilização industrial ergue-se sobre pés de barro".



(desenvolvimento) é, no fundo, anti-econômica, uma economia do absurdo, pois destrói suas próprias bases de reprodução. **A civilização industrial ergue-se sobre pés de barro.**

Aos poucos percebe-se que a meta dos pobres de alcançar os níveis de vida dos ricos países industrializados era um projeto impossível, pois, em função dos limites ecológicos, o estilo de vida dos países desenvolvidos não é generalizável (trata-se de um "bem estar oligárquico"). Já denunciava Gan-

(...) é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana".

Mais é melhor? A pobreza do desenvolvimento

Uma sociedade é rica quando minimiza a escassez. A escassez não depende diretamente do volume de bens acumulados ou da tecnologia dis-

**"Na sociedade industrial estamos
aprisionados entre desejos
ilimitados e meios insuficientes
para satisfazê-los".**

ponível, mas da relação entre fins e meios. Isto é conforme o bom senso: uma sociedade afluenta é a que gera o máximo de bem estar com um mínimo de esforço, ou seja, é a sociedade na qual as necessidades são facilmente satisfeitas. E isto se atinge por duas formas: seja produzindo muito, seja desejando pouco.

É neste segundo sentido que Sahlins afirma que os mais primitivos povos da terra (os caçadores/coletores) são a primeira sociedade da afluência, isto é, não são povos pobres. Já a sociedade industrial tem engendrado a escassez de modo jamais visto, à ponto de que nela metade dorme com fome, metade com medo. Na sociedade industrial estamos aprisionados entre desejos ilimitados e meios insuficientes para satisfazê-los.

Mais é melhor? Um nível de produção mais elevado não significa necessariamente que as necessidades estejam sendo atendidas (mais bem estar, portanto). Na medida em que se processa o desenvolvimento, aumenta a variedade de produtos e crescem as necessidades. Como afirma Galbraith (1974: 130) "o nível mais elevado de produção significa apenas um nível mais elevado de criação de necessidades (...)". É da essência da lógica industrial que cada novo produto no mercado cria mais necessidades do que satisfaz: "longe de buscar a satisfação das necessidades, o capitalismo se sustenta justamente pela busca constante de criar e suscitar novas necessidades, única forma pela qual o excedente gerado na produção pode realizar-se no mercado. A produção crescente exige um consumo crescente, ou seja: necessidades continuamente insatisfeitas." (Stahel, 1994: 13). Produzir "sempre mais" é melhor apenas para a lógica da acumulação incessante de capital, encobrindo o efeito "sempre menos" no atendimento dos anseios mais profundos e concretos da maioria dos seres humanos (Assmann, 1994: 120).

É somente com a evolução da economia que vemos surgir o fenômeno da pobreza. São dois movimentos con-

traditórios que caminham historicamente juntos: enriquecimento e empobrecimento. A pobreza se acumula no capitalismo como consequência direta da expansão do capital, a qual destrói a milenar capacidade dos povos de autoproduzirem sua subsistência através do uso comunal dos recursos naturais. A industrialização, longe de gerar a abundância para todos e erradicar a pobreza, a aprofunda ao produzir bens que só podem ser consumidos por poucos (a pobreza não advém da falta de recursos, mas da existência de privilégios). Com o crescimento da produção industrial cresce a pobreza porque todo avanço na produção capitalista, ao desqualificar os produtos anteriores (processo de obsolescência forçada) e ao ser acessível apenas a uma minoria, está constantemente aumentando a desigualdade (fenômeno que Illich chama de "modernização da pobreza"). O crescimento da riqueza tem servido apenas para tornar mais rica uma parcela diminuta da população. Não se trata, portanto, de limitações ou incompetências dos programas de desenvolvimento, mas de um fato estrutural intrínseco aos mesmos: quanto melhor executados forem, mais fome e destruição ecológico-social induzem. O desenvolvimento comporta em si mesmo o subdesenvolvimento.

O padrão mimético do desenvolvimento fundado no estilo ocidental de vida com altos níveis de consumo e desperdício tem cegado os povos do terceiro mundo, os impedindo de se encontrarem com sua identidade. Ora, um povo privado de sua identidade não é capaz de se autodeterminar. "A ocidentalização do terceiro mundo é, antes de tudo, uma desculturação, uma destruição pura e simples das estruturas econômicas, sociais e mentais tradicionais apenas para serem substituídas a prazo por um montão de sucata destinada à ferrugem" (Latouche, 1994: 84). Obcecado por uma modernidade obsoleta, nosso pensamento tem se desencontrado com nossa realidade. Nunca chegamos a ser nós mesmos mas sim "caricaturas de

**"A cegueira do desenvolvimento tem
debilitado a capacidade de cada
povo de decidir-se autonomamente
por algo autêntico".**

outros" aponta Max-Neef. Vivemos um "existir inautêntico", revela Salazar Bondy.

A sedução do desenvolvimento (enquanto imitação dos padrões industriais do ocidente) bloqueou a construção de padrões de consumo próprios que traduzissem nossos valores culturais, impediu a geração de matrizes tecnológicas fundadas em fontes energéticas renováveis e que aproveitassem nossa biomassa tropical. A economia de mercado cresce destruindo a capacidade natural de auto-suficiência das sociedades (economicídio) e os mercados complementares à mesma e subordinados aos interesses comunais, bem como a possibilidade de produzir valores de uso que satisfaçam diretamente às necessidades.

Esta negação da identidade vislumbra-se na própria etimologia do conceito desenvolvimento. Nos principais idiomas ocidentais o sentido literal é o mesmo: descascar, desembulhar, tirar do envelope (conf. Scheibe; Buss, 1992). Para crescer é necessário romper com as amarras, os condicionamentos naturais ou construídos culturalmente que impedem o progresso. "Que lhes resta quando seus deuses estão mortos, seus mitos são fábulas, suas proezas são impotentes e inúteis? À sociedade não ocidental só lhe resta se descobrir numa nudez insensata, tal como o Ocidente o decretou: ela é miserável" (Latouche, 1994: 68). O desenvolvimento é um olhar colonizador sobre o Outro, julgado miserável antes de o ser.

O contrário de desenvolvimento não é decrescimento, é a possibilidade da sociedade de se pensar através dela mesma, de usufruir criativamente da sua diversidade. A cegueira do desenvolvimento tem debilitado a capacidade de cada povo de decidir-se autonomamente por algo autêntico. Evidentemente que a defesa da autodeterminação dos povos num contexto de interdependência global não é a defesa da autarquia absoluta. Autonomia não se confunde com autismo. É a busca por inserir-se na economia mundial de uma forma não mi-

mética, periférica e subserviente.

Enquanto povos do Sul temos que aprender com os erros cometidos pelo Norte, e não repeti-los com atraso. A questão é compreender a situação da América Latina (e dos povos do Sul) não segundo outras realidades mas a partir de si própria, da sua identidade (Ramos, 1965), bem como, a partir deste marco, compreende-la na relação com outras experiências. Temos consciência que a identidade de uma sociedade é algo sempre em transformação. Não se trata duma divagação abstrata sobre o Ser latino-americano, de buscar uma identidade perdida, mítica, mas de perceber que é a construção do nosso futuro que está em jogo.

Nossa crise atual é a crise da ilusão do desenvolvimento. Hoje os povos do Sul estão entregues à própria sorte. Chegou o momento de "deixar de ser o que nunca temos sido, que não seremos e que não temos de ser" (Quijano). Quem sabe agora, depois de 500 anos, possamos descobrir a América Latina? Quem sabe agora possamos construir uma economia inserida no que nos envolve, comprometida com aquilo que trazemos em si, com o que enleia, encanta, cerca, origina, cobre, acondiciona, acolhe. A bússola de uma **oikonomia do envolvimento** certamente não tem por Norte produzir mercadorias para um máximo de ganância, pois rompe com a razão incremental (fundada no princípio de que mais é melhor) procurando a suficiência, a permanência, estando à serviço das necessidades básicas. Nela se parte das relações que entretencem o ambiente em que estamos imersos.

Conclusão

Desenvolvimento: seu resultado é a **primeira era da fome**; é uma crescente dupla clivagem (que se torna descomunal com a nova Revolução Industrial) entre ricos-pobres, Norte-Sul⁷, que vem desestabilizando o frágil equilíbrio global e criando tensões cada vez maiores, tornando "inviável a coexistência de duas sociedades, em um planeta unificado pela comunica-

7 Entre 1972 e 1992 o PIB per capita dos países de alta renda passou de 12,7 para 21,3 vezes maior que o dos países de renda média ou baixa.

Bibliografia

- AMIN, S. *La acumulación a escala mundial*. México: Siglo XXI, 1977 (3. ed.).
- ASSMANN, H. *Crítica à lógica da exclusão*. São Paulo: Paulus, 1994.
- BONDY, A. S. *¿Existe una filosofía de nuestra América?* México: Siglo XXI, 1968.
- CUÉLLAR, J. "Um plano Marshall para a cultura e o desenvolvimento". In: *Folha de São Paulo*, 20.02.94, p. A-3.
- DRUCKER, P. *As novas realidades*. São Paulo: Pioneira, 1991.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. R. J.: Paz e Terra, 1974.
- GALBRAITH, J. *A sociedade afluyente*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1974.
- GOLDENSTEIN, L. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- HAQ, M. Ul. *A cortina da pobreza*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.
- ILLICH, I. *Alternativas II*. México: Joaquín Mortiz/Planeta, 1988.
- JAGUARIBE, H. "A nova ordem mundial". In: *Política Externa*. v. 1, n. 1, junho/92.
- KURZ, R. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LATOUCHE, S. *A ocidentalização do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- LÖWY, M. "La crítica marxista de la modernidad". In: *Ecología política*, 1, 1990.
- LUXEMBURG, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- MARTINE, G. "Considerações finais". In: Martine, G.; Garcia, R. (org.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.
- MELLO, J. M. C. "Consequências do neoliberalismo". In: *Economia e Sociedade*. No 1, agosto/92.
- MENDES, A. "Envolvimento & desenvolvimento: introdução à simpatia de todas as coisas". In: Cavalcanti, C. (org). *Economia da sustentabilidade: princípios, desafios, aplicações. Workshop*. Recife: mimeo, 1994.
- MORIN, E.; KERN, B. *Tierra patria*. Barcelona: Kairós, 1993.
- MYRDAI, G. "Justiça social e desenvolvimento". In: *Painéis internacionais sobre o desenvolvimento socioeconômico*. RJ: APEC/BNDE, 1974.
- PREBISCH, R. "O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas". In: *Revista Brasileira de Economia* 3 (3): 47-111, setembro de 1949.
- RAMOS, C. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965 (2. ed.).
- SACHS, W. "Esplêndido fracasso". In: *Comunicações do ISER*. Ano 12, n. 44, 1993.
- SAHLINS, M. "A primeira sociedade da afluência". In: Carvalho, E. (org.). *Antropologia econômica*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.
- SCHEIBE, L. F.; BUSS, M. D. "O Caráter paradoxal do conceito de desenvolvimento". In: Florianópolis: UFSC (contribuição ao 4º Fórum Estatuante, mimeo), 1992.
- SHIVA, V. *Abraçar a vida*. Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991.
- STAHEL, A. "Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas". In: Cavalcanti, C. (org). *Economia da sustentabilidade: princípios, desafios, aplicações. Workshop*. Recife: mimeo, 1994.
- SUNKEL, O. "El desarrollo de la teoría del desarrollo". In: Sunkel, O. et al. *Transnacionalización y dependencia*. Madrid: ICI, 1980.
- TAKAHASHI, K. "Em busca de novos paradigmas". In: *Política Externa*. v. 1, n. 3, p. 1992-93.
- TAVARES, C.; FIORI, J. *Desajuste global e modernização conservadora*. RJ: Paz e Terra, 1993.
- WALLERSTEIN, I. "Para que serve o conceito de Revolução Industrial?". In: *Economia & Desenvolvimento*. Ano 1, n. 2, fev./1982.

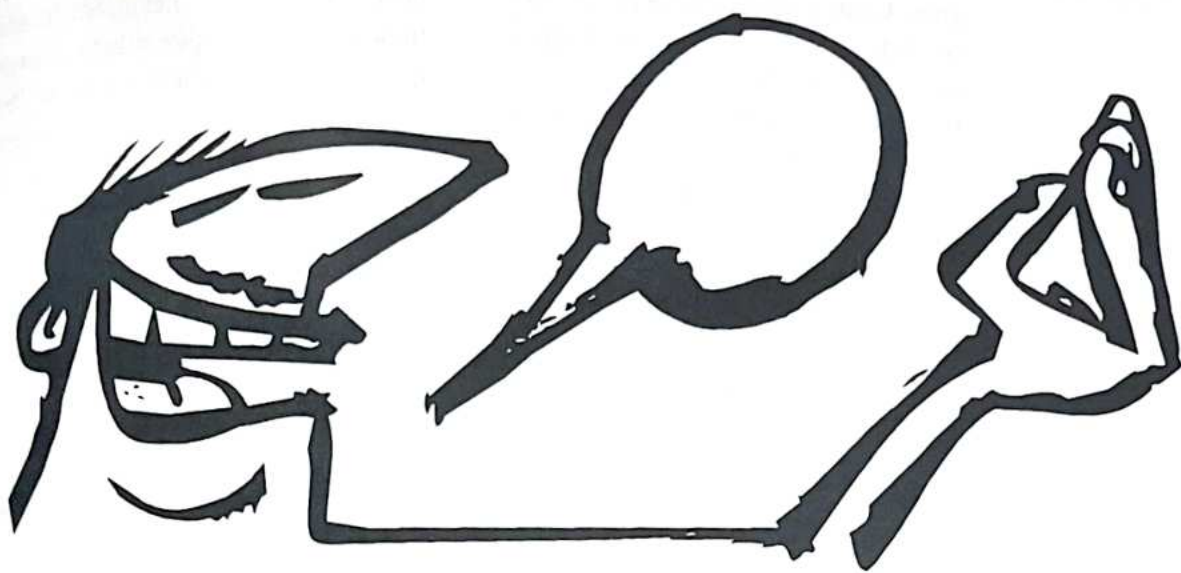
ção instantânea e por uma interdependência econômica e tecnológica que não cessa de se estreitar" (Jaguaribe, 1992: 8). A elevação dos níveis de vida tem degradado a qualidade de vida e a própria vida (há menos água, menos riqueza genética, menos terra fértil como resultado do desenvolvimento). A suposta panacéia do desenvolvimento chega ao fim. Apesar da fantástica expansão econômica sem precedentes desde o pós guerra, Drucker (1991: 117) afirma que, paradoxalmente, "todos sabem que o desenvolvimento econômico não deu certo, que foi um absoluto fracasso".

O desenvolvimento não é solução, é parte do problema, passando a ser visto cada vez mais como ameaça (na última Conferência Mundial da Sociedade Internacional para o Desenvolvimento - México, abril de 1994 - a preocupação era "proteger a Terra do desenvolvimento"). Afirma Cuéllar, ex-secretário geral da ONU, que "nossas formas de desenvolvimento baseadas na expansão contínua do consumo material não são viáveis nem prorrogáveis ao infinito. Não apenas elas dilaceram o tecido de que as culturas são feitas como tam-

bém ameaçam a biosfera e a sobrevivência da humanidade". Faz-se necessário deter o desenvolvimento, estabelecendo prioridades totalmente diferentes para a atividade humana.

Estamos enfermos do desenvolvimento (Morin). Ele se revela contaminante da natureza e das culturas. O que fazer? É suficiente criticar o "mal-desenvolvimento" e redefini-lo? Desenvolvimento humano, na escala humana, social, integral, endógeno, sustentável, alternativo, ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento... Nesta procura por um "outro" desenvolvimento, o esforço de reconceituação descobre e incorpora novos adjetivos (revelando a carência do conceito) que qualificam o essencial, o permanente substantivo: desenvolvimento, uma idéia tragicamente subdesenvolvida (Morin). Se não se cura o mal com o mal, não podemos remediar as insuficiências da industrialização com mais industrialização, mais desenvolvimento. Talvez estejamos andando em círculos. Não se trata de reconceituá-lo. Trata-se de abandoná-lo. "Mi pueblo está cansado de desarrollo, sólo quiere vivir" (C. Esteva, apud. Shiva, 1991: 36).

"O idioma é o substrato da cultura;
perdido o idioma, a cultura fenece".



Elias José Mengarda*

Língua e identidade cultural

A partir da década de oitenta assistimos no Estado de Santa Catarina, particularmente no Vale do Itajaí, a eclosão de uma variedade de festas características da cultura da região. A região do Vale do Itajaí foi colonizada pelos imigrantes alemães e italianos.

Conforme anota BONATI (1974:28), somente no Vale do Itajaí entraram 2.393 tirolezes e italianos entre os anos 1875 e 1881. Os primeiros núcleos de imigrantes eram alemães e chegaram ao Estado em 1820, porém, os núcleos mais fortes e prósperos se estabeleceram em Blumenau a partir de 1850. Outros grupos chegaram mais tarde, sobretudo italianos, entre os anos 1870 e 1890 e se estabeleceram em todo o Vale do Itajaí. O autor salienta que os núcleos de imigrantes, que se instalaram em Santa

Catarina e Rio Grande do Sul, eram compostos em sua maioria de elementos trentinos e Vênetos e se estabeleceram principalmente, nos municípios de Rio dos Cedros, Rodeio e Nova Trento.

O processo de aculturação transformou alguns hábitos, como a língua por exemplo, que paulatinamente continua recebendo interferências da língua oficial e vice-versa, enquanto outros valores se mantêm solidamente até hoje. É praxe entre os imigrantes italianos cultivar o espírito religioso, a obrigatoriedade da missa dominical, a organização das festas religiosas, as novenas em família, os hábitos alimentares como a polenta, o xucru etc.

O imigrante mantém uma relação íntima com a terra e nela trabalha diuturnamente para sustentar sua famí-

* Mestrando em Psicolinguística -
UFSC

"Quando duas culturas entram em contato, os elos que mais rapidamente se mesclam são os verbais por uma necessidade primordial de comunicação, característica típica do homem, dotado de capacidades biopsicológicas especiais para adquirir a linguagem no contexto em que está inserido".

lia. Quanto à língua, as crianças aprendiam o dialeto vêneto e/ou trentino em casa e o falavam normalmente, enquanto na escola aprendiam o português. Com o passar do tempo, os vários dialetos trazidos do norte italiano se mesclaram e, hoje, sabemos da existência de uma *koinè*, ou uma *cultura do talian*. Como os elementos vênets eram maioria no início da imigração era natural que o vêneto se impusesse aos outros dialetos tornando-se a língua mais falada no sul do Brasil. Já passaram várias gerações e, hoje, o dialeto ainda é falado em localidades do interior entre os adultos, os avós e em alguns casos mais raros, jovens e crianças.

As festas típicas que ocorrem na região do Vale do Itajaí despertam e motivam muitas pessoas a participarem de corais, grupos de teatro, grupos folclóricos, fundação de círculos, intercâmbios entre os círculos da região com o país de origem, a Itália, publicações, criação de cursos para o ensino da língua italiana e/ou alemã. A função dos Círculos é de importância fundamental para o reavivamento da mística da italianidade. Constituem-se em pólos de aglutinação e de irradiação da memória histórica dos nossos colonizadores.

Atualmente, em algumas regiões do Estado de Santa Catarina, como o Vale do Itajaí e sul do Estado, as línguas alemã e italiana fazem parte do currículo escolar a partir do Ensino Fundamental e II Grau.

Um dado interessante deve ser mencionado aqui. Passados mais de 120 anos de colonização italiana, o Estado de Santa Catarina ainda mantém uma formação sócio-cultural heterogênea, por abrigar múltiplas etnias e culturas. A coexistência dos imigrantes com a população autóctone é o que vai constituir o *background*, o substrato para a constituição ou a formação de um novo perfil do homem catarinense.

As ilhas culturais existentes em Santa Catarina, ainda mantêm de forma bem saliente seus traços tipicamente europeus. A imigração de elementos étnicos tão variados deu origem a uma

configuração cultural e étnica peculiar à população catarinense. Se há algo que o homem preza é sua origem, sua identidade social. Buscar a identidade do homem catarinense é difícil, exatamente por esta diversidade de raças que aqui foram transplantadas. No entanto, é preciso destacar diversos valores que são comuns a todas as etnias e que nos unem numa grande família, como a solidariedade, o amor ao trabalho, o sentido de comunidade, o gosto pela arte e a música e um espírito profundamente religioso enraizado sobretudo na prática da religião católica.

Preservação da cultura: questão de consciência e identidade

Naturalmente, não será apenas a promoção de festas típicas em si, que farão com que essas regiões de colonização européia resgatem e valorizem suas tradições culturais. Muitas vezes, podem até nos dar a impressão que a motivação principal desses eventos é mais mercadológica relegando-se a mística da cultura a um plano um tanto secundário.

Se o desenvolvimento sócio-econômico agilizou a integração entre as culturas, que desde 1820 coexistem e se interpenetram, por outro lado, esta integração sócio-cultural acelerou o processo da aculturação lingüística. Este fenômeno é o que mais rapidamente se faz notar através do comportamento lingüístico. As aculturações lingüísticas são consideradas as mais imediatas e mais fáceis ao dar-se o contato entre duas culturas. Quando duas culturas entram em contato, os elos que mais rapidamente se mesclam são os verbais por uma necessidade primordial de comunicação, característica típica do homem, dotado de capacidades biopsicológicas especiais para adquirir a linguagem no contexto em que está inserido.

Com a popularização dos meios de comunicação de massa como o rádio, a televisão, a telefonia rural, além da construção de escolas, a abertura de novas estradas com o objetivo de integrar o interior com os centros ur-

banos emergentes, pouco ou quase nada foi realizado em termos de preservação da cultura transplantada pelos diversos grupos étnicos europeus que colonizaram o Estado, resultando na descaracterização progressiva de sua identidade cultural. O desuso progressivo do dialeto vênето e/ou trentino pode ser considerado o sinal maior desse processo de descaracterização ou de enfraquecimento da cultura do imigrante europeu.

No momento em que a língua portuguesa entrou em contato com o dialeto trentino e/ou vênето iniciou-se o fenômeno da mescla lingüística. De um lado, havia a necessidade dos imigrantes se comunicarem com os nativos, e de outro, os nativos também sendo influenciados pela língua dos imigrantes recém-hospedados em terras brasileiras. O contato entre duas ou mais línguas diversas provocará o fenômeno conhecido como a alternância de código e/ou a mistura de código. No início da colonização, o fenômeno da interferência lingüística era menos pronunciado, por existir um certo isolamento entre as comunidades de imigrantes, porém com o rápido desenvolvimento sócio-econômico muitas famílias simplesmente deixaram de usar o dialeto, ficando este, restrito aos adultos, sobretudo os avós.

Como o incentivo oficial é bastante tímido, com relação a uma política de valorização do patrimônio cultural e lingüístico dos imigrantes de forma mais ampla e sistemática, as iniciativas surgem espontaneamente, como que motivadas pelo instinto de sobrevivência através de grupos que se organizam espontaneamente, (Círculos vênéticos e trentinos) como forma derradeira de evitar que não apenas o idioma caia na obsolescência, mas também os valores como um todo não se percam para sempre.

Quando os indivíduos assumirem e cultivarem a mística de sua própria cultura de maneira consciente, teremos a certeza de que nem o colonialismo mais vil, que teima em sufocar e em matar através da introjeção de uma ideologia americanizada e irracional,

conseguirá sobrepujar a resistência e/ou a vontade de resgatar os valores que são parte integrante da história de um povo.

Preservar a língua é preservar a cultura

CHAO (1977:109) assinala que vivemos tão intimamente unidos à língua, que temos a ilusão de que ela é algo *sui generis*. A língua é parte tão importante da vida que até parece ser algo de independente. Durante a nossa vida, usamos a língua sem termos consciência dela a maior parte do tempo. Temos consciência da língua que usamos somente, quando algo vai mal ou acontece algo de inusitado, como dizer a palavra errada, não recordar sua grafia correta ou entrar em contato com uma língua estrangeira.

Ao realizarmos uma pesquisa de campo no âmbito da aquisição da linguagem nos deparamos com situações que ilustram o comportamento depreciativo de muitos adultos em relação ao dialeto vênето e/ou trentino por falta de esclarecimentos. Observamos que o habitante do interior rural ao relacionar-se e/ou ao integrar-se com e no mundo urbano, muitas vezes, menospreza seus próprios valores ou não os considera importantes e acaba por relegá-los ao esquecimento. É um processo inconsciente que revela a perda progressiva de sua consciência de pertencer a um grupo, ou a uma comunidade que tem tradições, valores e crenças comuns.

Relacionamos alguns aspectos que ilustram esta situação ao registrarmos vários relatos de pais a respeito da importância do ensino do dialeto vênето e/ou trentino às crianças. Os depoimentos são ilustrativos e apontam para o que consideramos a perda progressiva da consciência da identidade cultural do imigrante italiano e/ou alemão. Algumas pessoas ao referirem-se sobre o uso do dialeto, sobretudo os mais jovens afirmam que muitas vezes:

a) sentem vergonha em usar o dialeto, por considerá-lo de *status* inferior ao português, deixando por isso de praticá-lo;

b) alguns pais afirmam que não é

"...os pais perdem excelente oportunidade de proporcionar aos seus filhos pequenos o domínio da língua materna no âmbito do contexto familiar por desinformação e falta de conscientização".

útil ensinar o dialeto às crianças e, finalmente,

c) outros acreditam que não é benéfico para a criança misturar dois códigos lingüísticos diferentes podendo resultar em problemas quando ingressasse na escola.

Além disso, um fator muito negativo na vida dos imigrantes foi a proibição das línguas alemã e italiana no sul do Brasil em 1942, em plena II Guerra Mundial, cerceando de forma absurda o direito legítimo das pessoas de se comunicarem livremente na sua língua de origem. Muitos, por força dessas circunstâncias foram abandonando o idioma.

Como se percebe, é necessário que tanto na esfera familiar como educacional haja uma nova postura pedagógica de valorização da cultura local, do ambiente imediato dos indivíduos. Os professores devem trabalhar as características culturais de cada região com as crianças e jovens para conscientizá-los da importância em preservar o patrimônio histórico, cultural e lingüístico. A atitude dos pais e dos avós é de fundamental importância no que tange ao incentivo das crianças na aprendizagem do idioma italiano e/ou alemão e na manutenção de outros valores, como a arte e a música folclórica.

No que concerne ao ensino do dialeto como língua materna, é compreensível o receio dos pais, na medida em que eles próprios tiveram dificuldades em sua época pela vigência de uma concepção ou modelo pedagógico que não levava em conta a pluralidade cultural, nem valorizava a tradição dos imigrantes. Isto certamente, teria se constituído em um poderoso meio de preservação da memória histórica.

Com relação ao item (c) sobre a questão do ensino precoce da língua, apesar de algumas divergências entre os pesquisadores com relação à idade mais adequada para uma criança ser exposta a uma segunda língua, os argumentos a favor da aquisição de uma segunda língua em idade precoce são inúmeros.

Os pesquisadores orientam que a

idade entre quatro e oito anos é extremamente favorável, pois existe na criança, segundo afirma LENNEBERG (1971:55-92), uma inicial plasticidade neurocerebral e a incompleta lateralização hemisférica da primeira infância, permitindo com facilidade a aquisição de dois ou mais sistemas lingüísticos.

Conforme anota MACKY e ANDERSON (1977:19), na verdade as crianças aprendem algumas coisas bem naturalmente enquanto, outras devem ser ensinadas. Aprendem por exemplo a caminhar sozinhas e percebem a palavra visualmente, no entanto a todas elas deve-se ensinar aritmética.

É interessante observar isso, porque fora da escola as crianças parecem aprender a língua sem nenhuma dificuldade, enquanto na escola, com a ajuda dos professores seu progresso com relação à língua é pouco satisfatório. Muitas vezes, constatamos que uma criança ao trocar de país em pouco tempo torna-se razoavelmente proficiente na nova língua num espaço de mais ou menos seis meses.

Devemos ressaltar que são inúmeras as crianças que crescem bilíngües, sem contudo, apresentar problemas de qualquer natureza, seja em nível psicológico ou neurológico. Além do que, metade da população do mundo é funcionalmente bilíngüe dirimindo qualquer dúvida sobre a questão dos efeitos negativos na aquisição precoce de mais de uma língua.

A publicação científica, *Diálogo Médico*¹ relata experiências de escolas na capital paulista que, aos 18 meses já iniciam crianças num segundo idioma com resultados positivos. Observa-se que a criança quanto mais nova, melhor assimila o idioma e de forma muito mais natural.

Estes dados vêm corroborar a tese de que não há motivos em ter receios de ensinar uma segunda língua às crianças, ainda no ambiente familiar. Nas comunidades de colonização italiana e/ou alemã do interior, onde ainda são encontradas famílias que falam o dialeto no ambiente familiar, muitas crianças e adolescentes desenvolvem uma

1. *Diálogo médico* - Ano 10, n° 03, maio/junho de 1995

competência em nível de compreensão da língua, enquanto em nível de produção utilizam apenas a língua oficial.

Este processo deve-se ao fato dos pais comunicarem-se com as crianças apenas na língua oficial, ou seja, em português, enquanto entre eles próprios e os filhos mais velhos a comunicação se processa normalmente em dialeto. Quer dizer, os pais perdem excelente oportunidade de proporcionar aos seus filhos pequenos o domínio da língua materna no âmbito do contexto familiar por desinformação e falta de conscientização.

Estratégias de sobrevivência

Como se percebe, a manutenção do idioma e de outros valores típicos de sua cultura, se transforma em grande desafio para o imigrante. TARALLO (1987:74) afirma que nas situações de contato entre línguas, "dialetos", variedades - seja qual for a situação: bilíngüe, plurilíngüe, bidialetal, multidialetal, diglósica, de alternância de código (CS) -, algumas vezes uma das línguas, um dos dialetos ou uma das variedades pode morrer. Estudiosos previam a morte de uma das línguas oficiais no Canadá, no caso o Francês. Sua preservação só foi garantida porque houve deliberações sociais e políticas impedindo o seu desaparecimento.

Na medida em que a língua dos imigrantes tanto o alemão quanto o italiano não receber um tratamento adequado por parte dos organismos competentes, seja através do Ministério da Educação, das Secretarias de Educação e Cultura do Estado ou do Conselho Nacional de Educação, as mesmas estarão fadadas ao desaparecimento. As diversas iniciativas que relacionamos na parte introdutória deste trabalho são sinais muito positivos de que é possível vislumbrar perspectivas efetivas para a sobrevivência da cultura dos imigrantes.

A consciência e a motivação de muitas pessoas em manterem a língua de origem são fatores importantes, mas por si só insuficientes. São ne-

cessárias ações efetivas em nível oficial para preservar e valorizar o patrimônio lingüístico e cultural dos imigrantes de qualquer grupo étnico, sejam alemães, poloneses ou italianos.

Podemos adquirir uma segunda língua por necessidade através de cursos específicos, assim como podemos adquiri-la de forma espontânea, no ambiente familiar. Estuda-se o inglês para poder competir em melhores condições no mercado de trabalho. Cursos de espanhol são ministrados em profusão diante das perspectivas do Mercosul. Se a língua desempenha uma função social de importância na comunidade ela tende a sobreviver no tempo. No entanto, assim como tudo o que é vivo um dia morre, de certa forma isso ocorre com as línguas. Exemplos como o Latim ilustram a finitude de uma língua. No caso do Latim, este deu origem a outras línguas, as neolatinas.

A cultura é uma atividade criadora do homem. Esta forma-se e transforma-se à base de uma contínua experiência histórica e vital dos colonizadores em contato com o povo hospedeiro e/ou com os nativos. Nós recebemos e modificamos a cultura criativamente e assim, num processo dinâmico continuamos a transmiti-la às gerações futuras. A cultura é transmitida através de um processo de tradição genealógica. Se a identidade cultural de um povo se fragmentar ou se perder nada resta a transmitir.

Preservar a memória é manter a história sempre viva. Dessa forma, um povo pode eternizar-se cultivando sua memória histórico-cultural (vide os gregos, romanos, egípcios, judeus) como pode apagar-se no tempo, não deixando nenhuma restituição de luz para as gerações futuras.

Cultura e língua estão intimamente imbricadas. Quando as pessoas têm consciência do que representa manter vivas as tradições dos imigrantes poderão, num derradeiro esforço, dar alguma sobrevivência à língua, sinal vital de que a cultura daquele povo ainda não morreu. O desafio está em nossas mãos.

"Quando as pessoas têm consciência do que representa manter vivas as tradições dos imigrantes poderão, num derradeiro esforço, dar alguma sobrevivência à língua, sinal vital de que a cultura daquele povo ainda não morreu".

Bibliografia:

1. CHAO, R. *Língua e sistemas simbólicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
2. BONATI, M. *Aculturação lingüística*. Faculdade Salesiana de Lorena, Instituto de Estudos Históricos do Vale do Itajaí de Blumenau, SC, 1974.
3. MACKY, F. W. e ANDERSON, T. *Bilingualism in Childhood*. Massachusetts: Newbury House Publishers, USA, 1977.
4. *Revista Diálogo Médico*, Ano 10, nº 03, mai/jun 1995.
5. TARALLO F. & ALKMIN T. *Falares crioulos - Línguas em contato*. São Paulo: Ática, 1987.



Resenha

Violência neoliberal reacende a luta armada na América Latina

CHOMSKY, N., et alii. Navarra
(Espanha): 1. Ed. Txalaparta, 1995,
209 pp.

Waldir José Rampinelli
Professor do Departamento de História
da Universidade Federal de Santa
Catarina

A resposta mais contundente e radical dada à implantação das políticas neoliberais na América Latina foi a do Exército Zapatista¹ de Libertação Nacional (EZLN). À luta político-social-ideológica agregou-se a armada. E um verdadeiro terremoto sacudiu todo o continente.

O zapatismo apresenta três ensinamentos fundamentais: a) recupera a pauta da esquerda e a reapresenta ao governo; b) afirma que todas as formas de luta são viáveis, inclusive a armada; e c) mostra a importância de uma estreita conexão entre a base e a vanguarda.

Assim sendo, os zapatistas demolem os argumentos dos intelectuais da "nova esquerda" que defendem um diálogo com os governos neoliberais como única estratégia de se obter alguma atenção aos grandes problemas sociais; desmistificam a luta armada e mostram que, no passado como no presente, ela é a úni-

ca alternativa para se fazer a verdadeira revolução social; por último, recuperam a necessidade fundamental da existência de um estreito vínculo entre a base e a vanguarda para não se cometer os erros históricos de "acordos" de cúpula que tantos estragos têm causado nas esquerdas na América Latina. Ou seja, "é preciso mandar obedecendo".

Negociando com armas nas mãos

Chiapas é o resultado do êxito do capitalismo neoliberal. Tão bem integrado está o estado socialista mexicano no desenvolvimento capitalista internacional que chega a produzir 92 mil barris de petróleo/dia, 516,7 bilhões de pés cúbicos de gás/dia, 55% da energia nacional de tipo hidrelétrica e 35% da produção nacional de café. Além do mais, exporta carne de gado, madeira, milho e mel. No entanto, sua população não dispõe de transpor-

1. Emiliano Zapata, herói popular que abriu caminho aos camponeses na Revolução Mexicana de 1910 com a bandeira da reforma agrária, é uma figura em torno da qual vários grupos se articulam, principalmente no Estado de Morelos. Conta-se em algumas regiões do país que para os excluídos "seus heróis não morrem enquanto a justiça não se realiza". Dai o eterno retorno de Zapata.

2. Esta convenção permanente, criada com o objetivo de discutir com a sociedade e o governo as propostas zapatistas, teve inicialmente uma função importante nos debates de democratização do Estado e regime. Mais tarde, por questões internas, diminuiu o seu poder de influência.

te, não usa gás, vive às escuras em seus casebres, raramente come carne e, tampouco, toma café. Para conter esta acumulação capitalista desenfreada, o único caminho foi a luta armada.

A guerrilha não se recusa a negociar. Porém o faz com as armas nas mãos. "Embora o mundo diga não à luta armada, o camponês de Chiapas diz sim, sim, sim." E a exigência é apenas uma: liberdade, democracia, justiça, pão, saúde, educação, habitação, trabalho digno, terra e independência. Valores que o capitalismo diz defender.

O livro **Chiapas Insurgente**, com cinco ensaios sobre a realidade mexicana escritos por cinco autores, retrata os vários aspectos do surgimento do EZLN e de seus objetivos.

- **Noam Chomsky** (professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts) analisa a pobreza a que foi reduzida a imensa maioria da população mexicana, enquanto que uns poucos ligados ao mundo das finanças e aos bancos, os proprietários do setor de comunicações, as companhias de seguro, as casas de investimentos, os grandes escritórios de advocacia, as empresas de relações públicas, os consultores administrativos e alguns do setor manufatureiro são os grandes ganhadores. Ademais, outra consequência do avanço da globalização é "a desapareição gradual dos processos democráticos à medida que a tomada de decisões se concentra nas instituições privadas e nas estruturas governamentais que se estão aglutinando ao redor delas". Seria um "governo mundial de fato".

Para Chomsky, a guerrilha zapatista "não é mais que um vislumbre das bombas de tempo a ponto de explodir, e não apenas no México".

- **Sebastião Tigüera Sobrinho** (É o pseudônimo de Nildo D.

Ouriques. Já que o artigo 33 da Constituição mexicana proíbe a que estrangeiros se "imiscuam nos assuntos políticos do país", é recomendável e prudente, sempre quando se faz uma análise de conjuntura nacional, adotar um pseudônimo. Nildo é doutor em ciências econômicas pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM-) faz um relato minucioso do levante zapatista e analisa seu impacto sobre a "ditadura perfeita" (México), bem como sobre o mito da "democracia racial". Explica as razões que levaram a imprensa, principalmente a escrita, a romper algumas amarras em relação ao Estado; comenta a atitude dos intelectuais mexicanos, sempre muito dependentes do poder; discute a atitude hostil dos partidos políticos em relação ao EZLN; e, por último, fala sobre as dimensões continentais do caso de Chiapas. Conclui afirmando que o zapatismo "recuperou a luta armada como forma de avançar democraticamente" e que a revolta chiapaneca "é uma resposta a 500 anos de dominação e exploração derivados do projeto de modernidade capitalista européia em expansão a partir de 1492".

Autonomia e mecanismos contra a desintegração

Héctor Díaz-Polanco (doutor em sociologia pela UNAM e membro da Convenção Nacional Democrática²) aborda o problema da autonomia dos indígenas. Para ele a autonomia consiste "em um regime jurídico-político que reconheça atribuições específicas às comunidades sócio-culturais, e estabeleça um sistema de autogestão regional e local para exercer direitos no âmbito do Estado-nação".

Para que a autonomia não crie mecanismos de desintegração, o autor a fundamenta em quatro

"O livro Chiapas Insurgente, com cinco ensaios sobre a realidade mexicana escritos por cinco autores, retrata os vários aspectos do surgimento do EZLN e de seus objetivos".

"...a revolta chiapaneca "é uma resposta a 500 anos de dominação e exploração derivados do projeto de modernidade capitalista européia em expansão a partir de 1492"."

"Chiapas Insurgente vale a pena ser lido. Ele tem uma certa dose de ternura, mas de chumbo também, como afirmava o subcomandante Marcos".

princípios básicos: a) a unidade da nação, b) a fraternidade entre os diversos grupos étnicos e as regiões que compõe o país, c) a igualdade do trato de todos os cidadãos nos territórios autônomos e, d) igualdade entre si das comunidades ou grupos étnicos que compartilhem a região autônoma.

Comunicados apresentam critérios éticos

Assim sendo, a autonomia provoca uma descentralização política e administrativa que, por sua vez é fator de democratização da sociedade.

Enrique Dussel (doutor em Filosofia pela Universidade Central de Madrid e História pela Sorbonne de Paris) recupera historicamente a luta dos maias contra os opressores e vê no EZLN de hoje, os combatentes indígenas de ontem. Até os comunicados da guerrilha se diferenciam dos demais movimentos revolucionários da América Latina, ao adotar a maneira própria de falar de seus antepassados.

Dussel vê três critérios de validade ética presentes nos comunicados do EZLN: a) a insistência rebelde em referir-se à *dignidade do sujeito histórico negado*, b) o *cumprimento das exigências da reprodução da vida, dado que a existência humana é a de um ser corporal* e c) a comunidade.

Roberto Díaz (professor da

UNAM) em um longo artigo, trata do problema do racismo e da democracia e propriedade no projeto neoliberal.

No tocante ao racismo analisa a posição dos intelectuais latino-americanos que, com raras exceções, "vêm a realidade que os rodeia com olhos de Primeiro Mundo. Segundo preferências pessoais a vêem como espanhóis (Carlos Fuentes), europeus ou estadunidenses (Octavio Paz), mas não como latino-americanos".

Com referência à democracia e propriedade, o autor descreve, através de dados, os estragos causados pelo neoliberalismo na América Latina. Afirma, por exemplo que, a nível mundial, os 20% mais ricos da população recebem 83% dos lucros totais do universo.

E conclui seu trabalho apresentando três possíveis desenlaces: a) o holocausto nuclear, cuja possibilidade aumenta, face as crescentes contradições do capitalismo e à proliferação de armas nucleares, b) o continuismo dos regimes de classe capitalista e c) a constituição de uma sociedade mundial com uma democracia participativa.

Por tudo isso, **Chiapas insurgente**, vale a pena ser lido. Ele tem uma certa dose de ternura, mas de chumbo também, como afirmava o subcomandante Marcos.

O livro, em número limitado, está à disposição na sede da APUFSC.

Aos colaboradores

Normas para o envio de artigos

1. Os textos devem conter, no máximo, dez laudas. Um texto ideal seria de 5 ou 6.

2. Na preparação dos trabalhos a serem enviados para a Revista, o Conselho Editorial recomenda que:

2.1. Se evite vocabulário especializado, glossários e frases com mais de 4 linhas;

2.2. Se evite títulos e sub-títulos acadêmicos como "Introdução", "Método de trabalho" e "Considerações finais", contudo sugere-se o uso de intertítulos sobre o conteúdo a ser desenvolvido a cada 30 linhas de textos aproximadamente;

2.3. Se produza textos com conteúdos atualizados e informativos, evitando a produção de textos herméticos, "empolados", desinteressantes, com informações já conhecidas, chavões político-partidários, etc.

2.4. Título e conteúdo sejam compatíveis, em que as expectativas geradas sejam efetivamente realizadas ao longo do texto.

3. O Conselho Editorial dará preferência a textos produzidos especificamente para a revista. Deve-se evitar a simples reprodução de palestras, monografias, etc. Quando o autor julgar relevante a publicação desse material, deverá adaptá-lo seguindo as normas de publicação.

4. As referências bibliográficas devem ser citadas de acordo com as normas da ABNT (por exemplo, usar como modelo a revista "Ciência Hoje").

5. Os artigos deverão ser encaminhados em disquetes, acompanhados de três cópias, com parágrafo duplo, no idioma português ou espanhol. Eles devem ser digitados nos

programas Winword 2.0 (ou 6.0) for Windows ou nos programas Word 4.0, 5.0.

6. Os textos deverão conter uma abertura ("lead"), abordando as principais idéias do texto contendo, no máximo, 10 linhas (aproximadamente 80 palavras), acompanhada de uma breve descrição do autor (onde trabalha, o que faz atualmente, endereço para contatos, etc). Tais informações deverão ser escritas em duas línguas: português - inglês ou português-francês.

7. Recomenda-se que as ilustrações necessárias para os textos sejam providenciadas pelos autores, que deverão também sublinhar frases ou trechos que julgam ser convenientes para serem destacados em negrito dentro do artigo.

8. A devolução dos artigos revisados, juntamente com a cópia corrigida pelo revisor, deverá ocorrer no prazo máximo de uma semana.

Seções de Plural

Resenhas críticas: serão aceitas resenhas críticas de livros, artigos, periódicos e teses com informação completa de fonte resenhada. Tais resenhas deverão conter, no máximo 70 linhas (aproximadamente 2 laudas).

Cartas do leitor: serão aceitas, desde que estejam adequadas e eticamente redigidas. Deverão conter no máximo, 30 linhas.

Fotos e ilustrações: serão aceitas fotos e materiais de ilustração (bico de pena, desenhos, ilustrações, charges, etc) que poderão ser aproveitados para matérias específicas. Todo o material será recebido em arte final. Fotos e ilustrações deverão se ater ao tamanho máximo da Revista, acompanhadas de in-

formações sobre o autor.

Contos, poemas e poesias: serão aceitos desde que aprovados pelo Conselho Editorial.

Indicador de leitura: sugestões de livros e revistas recentemente lançados no mercado editorial e que tenham relação com a linha editorial da revista e com as atividades propostas e desenvolvidas no Sindicato.

Professor-repórter: curtos relatos de experiências vivenciadas em outras instituições acadêmicas, tanto nacionais como do exterior, relacionadas à sobrevivência e vida acadêmica desenvolvidas nestes locais.

Intercâmbio universitário: trocas de informações, experiências e outros aspectos relacionados às atividades da comunidade acadêmica, particularmente aspectos polêmicos (por exemplo, experiências com avaliação docente, papel das diferentes CPPDs, etc.).

PLURAL é distribuída gratuitamente para:

- todos os associados da Apufsc/SSIND
- todos os sindicatos do Estado de Santa Catarina
- todas as Universidades Federais Brasileiras
- todas as Universidades Federais do Estado de Santa Catarina
- os deputados da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
- os vereadores da Câmara Municipal da Cidade de Florianópolis

A Comissão Editorial

Plural / APUFSC / SSIND. - 1, n. 1
(jul. / dez. 1991) - . -
Florianópolis: APUFSC / SSIND, 1991
- v.; 30 cm.

Semestral.
INSS 0103-9717.

I. Associação dos Professores da
Universidade Federal de Santa
Catarina

Desejo fazer uma assinatura da Revista Plural por

() um ano ou duas edições () dois anos ou quatro edições

Nome _____

Endereço _____ apto. _____

CEP _____ Bairro _____ Cidade _____ Estado _____

Local e Data _____

Assinatura _____

Valor de assinatura; um ano (duas edições): R\$ 20,00; dois anos (4 edições): R\$ 40,00
Sob pedido sócios da APUFSC-SSind receberão a revista gratuitamente

AGNUS

INDÚSTRIA & EDITORA GRÁFICA LTDA.

Editoração, Fitolito e Impressão
Fone/Fax (048) 246-5335

